

ULTRANEOLIBERALISMO, PÓS-GRADUAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Alessandra Ximenes da Silva
Jordeana Davi
Mônica Barros da Nóbrega
Terçalia Suassuna Vaz Lira
(Organizadoras)



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Alessandra Ximenes da Silva
Jordeana Davi
Mônica Barros da Nóbrega
Terçalia Suassuna Vaz Lira
(Organizadoras)

ULTRANEOLIBERALISMO, PÓS-GRADUAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL



Campina Grande-PB
2023



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidival Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

U47 Ultraneoliberalismo, pós-graduação e serviço social no Brasil
[recurso eletrônico] / organizadores Alessandra Ximenes da
Silva... [et al.]. – Campina Grande: EDUEPB, 2023.
272 p. : 15x21cm ; 1600 KB.

ISBN: 979-85-7879-885-7 (Impresso)
ISBN: 978-85-7879-881-9 (E-book)

1. Ultraliberalismo. 2. Serviço social. 3. Pós-graduação -
Brasil. I. Título.

CDD 320.51

Ficha catalográfica elaborada por Ana Virginia de Queiroz Melo Leite – CRB-15/378

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

APRESENTAÇÃO 9

Alessandra Ximenes da Silva

Jordeana Davi

Mônica Barros da Nóbrega

Terçália Suassuna Vaz Lira

PARTE 1

ULTRANEOLIBERALISMO E PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

CAPÍTULO 1

O FASCISMO ULTRANEOLIBERAL DO BOLSONARISMO NO CONTEXTO DA EXTREMA DIREITA INTERNACIONAL... 21

Gilberto Calil

CAPÍTULO 2

PARTICULARIZAR A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: UMA TAREFA INADIÁVEL..... 51

Josiane Soares Santos

CAPÍTULO 3

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: REFLEXÕES REGIONAIS 73

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Ana Cristina de Souza Vieira

CAPÍTULO 4 A PRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB).....	95
--	-----------

Mônica Barros da Nóbrega

Jussara Gomes Abdala Rodrigues

PARTE 2

DEZ ANOS DO PPGSS DA UEPB:
A CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

CAPÍTULO 5 APARELHOS MULTILATERAIS DE HEGEMONIA, ESTADO E ULTRANEOLIBERALISMO: A POLÍTICA DE SAÚDE POSTA EM XEQUE.....	119
---	------------

Alessandra Ximenes da Silva

Géssica Alanne Claudino Valentim

Girlan Guedes dos Santos

Maria Geremias da Silva

CAPÍTULO 6 FORMAS POLÍTICAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: O DISCURSO DE OLAVO DE CARVALHO E SUAS AFINIDADES COM O PROJETO MILITAR DE PODER.....	155
--	------------

Dandara Emilly Silva Chagas

Jamerson Murillo Anunciação de Souza

CAPÍTULO 7 O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DO ULTRANEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	183
--	------------

Jordeana Davi

Fabrcio Rodrigues da Silva

Paloma Rávylly de Miranda Lima

Rayssa Késsia Eugenia Rodrigues

CAPÍTULO 8	
ENTRE IMPERIALISMOS, CRISES E	
NEOLIBERALISMOS: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA	
ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.....	211
<i>Sheyla Suely de Souza Silva</i>	
<i>Sayonara Santos Andrade</i>	
<i>Larissa Martins de Almeida</i>	
<i>Karla Queiroz do Nascimento</i>	
<i>Ana Hortência de Azevedo Medeiros</i>	
<i>Mayara Santos Brito</i>	
CAPÍTULO 9	
PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR	
TENSIONADA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE	
OS REBATIMENTOS DO ULTRANEOLIBERALISMO NA	
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	237
<i>Adaires Eliane Dantas dos Santos</i>	
<i>Terçália Suassuna Vaz Lira</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	261

APRESENTAÇÃO

Este livro é alusivo aos 10 Anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Na Paraíba, com o objetivo de fortalecer uma formação profissional de qualidade alinhada com o projeto ético-político da profissão e de qualificar novos quadros docentes, a iniciativa de criação de uma pós-graduação *stricto sensu* sempre fez parte das preocupações do Departamento de Serviço Social que remontam aos anos 1990. Em 2011, foi encaminhada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) uma proposta de criação de um mestrado acadêmico que consolidou as possibilidades e viabilidades de implantação do PPGSS/UEPB em 2013, coroando um processo de lutas e conquistas do Curso de Graduação em Serviço Social da UEPB, o que implicou no fortalecimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento reconhecida pelas agências de fomento, a exemplo da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A base do PPGSS se constitui pelos grupos de pesquisa que têm vinculações com os departamentos aos quais os docentes estão ligados. O Departamento de Serviço Social agrega o maior número de grupos, contando com: Grupo Flor e Flor: estudos de gênero; Grupo de Estudos e Pesquisas e Assessorias em Políticas Sociais (GEAPS); Grupo de Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS); Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS); Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão

Comunitária Infantojuvenil (NUPECIJ); e Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS). No Departamento de Psicologia, estão vinculados o Grupo de Psicologia da Saúde e o Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade. Ao Departamento de História encontra-se vinculado o Grupo de Pesquisa História, Cultura e Ensino. Todos os grupos referidos encontram-se atualizados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

O PPGSS/UEPB possui uma área de concentração: “Serviço, Social, Questão Social e Direitos Sociais”. Este é o eixo central e norteador do programa, fundamentando-se numa perspectiva de análise que tem como referências estudos e pesquisas sobre o Serviço Social inseridos nas complexas relações entre Estado e sociedade na sociabilidade capitalista. O PPGSS/UEPB possui duas linhas de pesquisa que se constituem em estratégias de formulação e aprofundamento de estudos, contemplando problemáticas referentes ao Serviço Social e áreas afins, bem como dão sustentação à área de concentração, quais sejam: Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social; e Gênero, Diversidade e Relações de Poder. O Programa atualmente conta com 11 docentes do quadro permanente, um docente colaborador, e dois pós-doutorandos, tendo até o momento diplomado 98 mestres e mestradas em Serviço Social.

No que se refere ao potencial do PPGSS/UEPB, foi identificada a contribuição no fortalecimento da interiorização do ensino de Serviço Social na região Nordeste, particularmente na Paraíba, produzindo conhecimentos relativos à realidade social e às exigências de intervenção nessa realidade, ao formar docentes, pesquisadores e também especialistas com competências para contribuir na formulação, implementação, monitoramento, avaliação e execução das políticas sociais e, através destas, atender às áreas prioritárias de desenvolvimento do estado.

A crescente procura pelo processo seletivo do PPGSS/UEPB vem expressando a visibilidade e a credibilidade do Programa

na região Nordeste. Embora apresente uma significativa submissão de candidatos/as formados/as em Serviço Social, observa-se considerável diversidade de formações profissionais dos/as pleiteantes ao ingresso, sendo provenientes de áreas como Direito, Comunicação Social, Enfermagem, Psicologia, Administração, História, Ciências Sociais, Pedagogia e Letras, entre outras.

O PPGSS/UEPB procura investir na pesquisa e qualificação de docentes e profissionais em Serviço Social e áreas afins, que estejam comprometidos com a análise crítica da realidade social brasileira e, em particular, do Nordeste e da Paraíba. Objetiva, através de estudos e discussões, o debate sobre o Serviço Social, a Questão Social, os Direitos Sociais e a Política Social. Assume a direção de, neste espaço acadêmico, procurar conhecer e subsidiar a formação e o exercício profissional de assistentes sociais e demais profissionais da área.

Os estudos desenvolvidos no PPGSS/UEPB vêm se debruçando sobre as determinações da pobreza, do desemprego, da violência, da saúde e da educação, bem como sobre as políticas e programas sociais, incorporando, assim, temáticas relacionadas às áreas prioritárias de desenvolvimento do estado da Paraíba. As políticas sociais vêm sendo priorizadas nos estudos, que buscam aprofundar o desvelamento das determinações da desigualdade, expressas pela extrema pobreza, pelo desemprego, pela violência e pela violação de direitos sociais. Esses estudos, enfim, vêm problematizando o enfrentamento da desigualdade social, com a possibilidade de subsidiar ações de ampliação e defesa dos direitos sociais.

O desenvolvimento das pesquisas no âmbito dessa pós-graduação permite dar visibilidade às problemáticas regionais, considerando que a Paraíba constitui-se como um dos estados da federação com graves problemas sociais.

O livro que ora se apresenta é o resultado de estudos de docentes, discentes, colaboradores/as e parceiros/as que vêm desenvolvendo nos últimos anos pesquisas que tratam da análise

do ultraneoliberalismo e de suas implicações na sociedade, na política de educação, em especial, no ensino superior e na pós-graduação.

Esta obra está dividida em duas partes. A primeira trata sobre o ultraneoliberalismo e a pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Para corroborar a discussão, foram convidados/as autores/as que ao longo do tempo têm contribuído com tal debate. Para tanto, o texto de Gilberto Calil, *O fascismo ultraneoliberal do bolsonarismo no contexto da extrema direita internacional*, disserta sobre o bolsonarismo enquanto um movimento tipicamente fascista e ultraneoliberal que vem se afirmando como dominante no contexto mundial de movimentos fascistas. Discute a validade da categoria de “fascismo” para designar parte dos movimentos contemporâneos de extrema direita. Resgata o processo histórico que une o conservadorismo moral e cultural, o ultraneoliberalismo econômico na prática desses movimentos e o Olavismo. Por fim, reflete sobre o processo de ascensão de uma “nova direita” no Brasil que resultou no movimento bolsonarista. O autor debruça-se sobre alguns elementos que caracterizam o processo de ascensão da direita no Brasil, e afirma que esse processo não foi repentino, mas longamente construído com base na ação de aparelhos privados de hegemonia, resultando na associação entre conservadorismo moral e ultraneoliberalismo, sob um viés claramente fascista, conduzindo à conformação do bolsonarismo e à tragédia que o país viveu sob o governo de Jair Messias Bolsonaro.

O artigo intitulado *Particularizar a “questão social” no Brasil: uma tarefa inadiável*, de autoria de Josiane Soares Santos, trata da discussão da “questão social”, não mais estranha no Serviço Social. Para a autora, o *status* em torno do debate da “questão social” vai ser alterado com o processo da revisão curricular entre 1994 e 1996 e somente quando aprovadas as atuais “Diretrizes Curriculares” que reafirmam a centralidade do trabalho e da “questão social” como transversais e fundantes da profissionalidade do Serviço Social é que se verifica a valorização do seu

potencial explicativo. A autora busca problematizar a parcela mais significativa da produção bibliográfica da área, observando até que ponto ela contribui, considerando os seus diversificados desdobramentos, na compreensão das chamadas expressões da “questão social” no Brasil. Isso significa questionar se o potencial explicativo da “questão social” tem sido explorado suficientemente na produção bibliográfica recente do Serviço Social brasileiro. Por fim, a autora afirma que particularizar a “questão social” é uma tarefa inadiável para imprimir maior fecundidade ao projeto de formação profissional e, sobretudo, para incidir de modo diferenciado na formulação das respostas a essa problemática que estão sendo operacionalizadas no cotidiano da atuação dos/as assistentes sociais.

O artigo intitulado *A Pós-Graduação em Serviço Social no Nordeste: reflexões regionais*, de autoria de Moema Amélia Serpa Lopes de Souza e Ana Cristina de Souza Vieira, faz uma análise sobre a formação pós-graduada na área de Serviço Social no país, considerando o atual estágio do capitalismo de recrudescimento das orientações neoliberais, com implicações para as universidades públicas. Conforme as autoras afirmam, a área de Serviço Social tem significativa importância para a consolidação de programas emergentes e para o desenvolvimento de ações de solidariedade entre programas com melhor qualificação e outros com menor qualificação ou iniciantes. Ressaltam ainda a fundamental existência de propostas financiadas pelas agências de fomento, apoiando pesquisas conjuntas, processos de intercâmbio, bolsas de mestrado e doutorado sanduíche, pós-doutorados, mobilidade docente e discente, e disponibilização de recursos para a publicação em periódicos e de livros que divulguem a produção. O apoio à realização e participação em eventos é essencial para garantir trocas e intercâmbios entre pesquisadores de diferentes regiões e instituições. Por fim, ressaltam o relevante papel das entidades representativas da categoria profissional, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(ABEPSS) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por possibilitarem as conquistas da área, implementando estratégias de resistência na defesa de uma formação profissional alinhada ao projeto ético-político profissional, tanto no nível da graduação quanto no da pós-graduação.

O artigo de autoria de Jussara Gomes Abdala Rodrigues em parceria com Mônica Barros da Nóbrega discorre sobre os resultados da pesquisa intitulada *A direção social estratégica da produção de conhecimentos no Serviço Social: uma análise da produção teórico-metodológica da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba*. Realizada no ano de 2021, tal pesquisa adotou o tipo documental e fundamentou-se no método crítico-dialético, tendo como material empírico as dissertações de mestrado apresentadas e aprovadas entre 2015 a 2019. Nesse lapso temporal, o Programa possuía 49 dissertações defendidas e aprovadas, e 45 destas estavam liberadas para consulta pública na Biblioteca de Teses e Dissertações da UEPB. Conforme as autoras salientam, a produção de conhecimento elaborada nos diferentes programas de pós-graduação da área de Serviço Social, em particular no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, resistiu aos ataques do contexto negacionista, do revigoreamento do pensamento conservador e da adesão ao pensamento pós-moderno e às suas inflexões nas produções teóricas. Enfim, a despeito de todos os limites impostos, essas produções vêm se constituindo enquanto instrumento valioso na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na luta pela preservação e consolidação da atual direção social estratégica da profissão.

Na segunda parte, os artigos tratam de resultados de pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes da linha intitulada *Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais*. No que se refere aos artigos da linha de *Gênero, Diversidade e Relações de Poder*, informamos à leitora e ao leitor que estão sendo divulgados em outra coletânea que também integra a comemoração dos 10 Anos do PPGSS/UEPB.

O artigo intitulado *Aparelhos multilaterais de hegemonia, Estado e ultraneoliberalismo: a política de saúde posta em xeque*, de autoria de Alessandra Ximenes da Silva, Gêssica Alanne Claudino Valentim, Girlan Guedes dos Santos e Maria Geremias da Silva, analisa as funções do Banco Mundial, da Organização Mundial de Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde no processo de contrarreforma da Política de Saúde brasileira. Os aparelhos multilaterais de hegemonia têm disseminado ideologias e proposições que incidem sobre o processo de contrarreforma na política de saúde brasileira, ao questionarem a universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), os gastos sociais e a necessidade de reestruturação da Atenção Primária à Saúde, além de defenderem as parcerias público-privadas na gestão e na prestação de serviços do SUS. Portanto, desvelar a função dos aparelhos multilaterais de hegemonia e do Estado no processo de contrarreforma é primordial para apreender os interesses em disputa pela formulação da política de saúde, no contexto contemporâneo de crescente acumulação capitalista, expressa pela financeirização, privatização e focalização das políticas sociais. Os aparelhos multilaterais de hegemonia trabalham a serviço do processo de acumulação capitalista, utilizados, assim, como instrumentos do capital imperialista. Esse processo tem se constituído de várias formas, na ideologia, na economia e na política. Com os governos ultraneoliberais de Temer e de Bolsonaro, várias proposições são reatualizadas, apontando para a necessidade de nova forma de financiamento, de reestruturação da Atenção Primária à Saúde e de construção de um novo sistema de saúde por meio das parcerias público-privadas.

O texto de Dandara Emilly Silva Chagas e Jamerson Murillo Anunciação de Souza, *Formas políticas da extrema direita no Brasil: o discurso de Olavo de Carvalho e suas afinidades com o projeto militar de poder*, analisa o discurso irracionalista e reacionário do astrólogo Olavo de Carvalho, como uma espécie de cruzada anti-progressista, designada como “olavismo”, e o projeto de poder de

parte do alto comando das Forças Armadas brasileiras. Os autores mostram que a ideologia de extrema direita produzida por Olavo de Carvalho e algumas teses que a aproximam do projeto reacionário-militar de poder se apresentam como as formas políticas de extrema direita no Brasil, que vão desde a organização criminosa de células neonazistas até a produção audiovisual sofisticada presente nas redes sociais, o que vem sendo caracterizado por alguns intelectuais como *neofascismo*. Os autores qualificam esse projeto como *reacionário* e *autocrático*, expressando conteúdos, ideais e ideias condizentes com o neofascismo. Apontam que um dos efeitos resultantes da influência das ideias golpistas no campo bolsonarista ocorreu por meio da apologia à Ditadura Militar e do desprezo pelas instituições democráticas e constitucionais. Finalizam mostrando que a ascensão do olavismo como hegemonia ideológica e método de negacionismo parece estar se fragmentando ante as forças mais tradicionais e pragmáticas da política brasileira, e vem se fragilizando à medida que se desenrolam as investigações sobre os atos antidemocráticos ocorridos em janeiro de 2023, entre outros inquéritos de investigação.

O artigo *O orçamento da Seguridade Social no contexto do ultraneoliberalismo no Brasil*, de autoria de Jordeana Davi, Fabrício Rodrigues da Silva, Paloma Rávylly de Miranda Lima e Rayssa Késsia Eugenia Rodrigues, contribui com o debate sobre a apropriação do fundo público, indicando a necessidade de somar forças em prol da luta da classe trabalhadora para questionar a lógica ultraneoliberal vigente. Trata da apropriação do fundo público no ultraneoliberalismo, particularmente acerca das inflexões da intensificação do ajuste fiscal no Orçamento da Seguridade Social. Para isso, realizou-se pesquisa documental no portal de transparência do orçamento público Siga Brasil, bem como em fontes secundárias, relativas aos dados financeiros que tratam das Desvinculações de Receitas da União (DRU), das Renúncias Tributárias e do Orçamento Geral da União (OGU), incluindo o Orçamento da Seguridade Social (OSS) e, ainda, do serviço da

dívida pública, no período de 2016 a 2022, que compreende os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Os autores partem da perspectiva de que os/as trabalhadores/as são os principais financiadores/as do fundo público, portanto, faz-se necessário questionar a destinação do orçamento para financiar o capital financeiro. Além disso, é necessário reivindicar o uso do orçamento público na oferta de políticas sociais universais e de qualidade, conforme preceitos constitucionais. Nesse sentido, o citado capítulo contribui com o debate sobre a apropriação do fundo público, indicando a necessidade de somar forças em prol da luta da classe trabalhadora para questionar a lógica ultraneoliberal vigente.

Nessa direção, o artigo *Entre imperialismos, crises e neoliberalismos: contradições e desafios da Assistência Social brasileira*, de autoria de Sheyla Suely de Souza Silva, Sayonara Santos Andrade, Larissa Martins de Almeida, Karla Queiroz do Nascimento, Ana Hortência de Azevedo Medeiros e Mayara Santos Brito, analisa a agenda ultraneoliberal que interfere diretamente no Sistema de Seguridade Social, em seu financiamento e em sua gestão, para viabilizar as expropriações de direitos das classes trabalhadoras e direcionar o fundo público para o capital financeiro internacional. Dessa maneira, a burguesia interna empenha-se em construir um arsenal de dominação que dá apoio à agenda ultraneoliberal, empreendendo uma refuncionalização do Estado, que, sob o argumento do controle fiscal e da prioridade do pagamento da dívida, opera a redução drástica dos investimentos sociais. A análise é realizada por meio da Política de Assistência Social, que se materializa através da restrição de direitos e benefícios, alcançando exatamente os trabalhadores que vivenciam o desemprego e, assim, são colocados em situação de desigualdade social extrema e, portanto, tornam-se demandantes dos serviços socioassistenciais, que, por sua vez, encontram-se cada vez mais sucateados, gerando um ciclo vicioso de abandono do trabalho.

O texto de Adaíres Eliane Dantas dos Santos e Terçália Suassuna Vaz Lira, denominado *Permanência estudantil no ensino*

superior tensionada: algumas considerações sobre os rebatimentos do ultraneoliberalismo na Assistência Estudantil, trata de analisar a Assistência Estudantil no ensino superior federal. As autoras evidenciam as vulnerabilidades enfrentadas pela Assistência Estudantil brasileira nos últimos anos, frente à crise que atinge as universidades diante do ultraneoliberalismo, apontando os seus dilemas e desafios. Destacam que nesse cenário sociopolítico e econômico, a pasta da educação pública sofreu duros ataques. O ensino superior público, que tinha vivenciado um importante processo de expansão e democratização do acesso na década, passou por severas restrições orçamentárias que comprometeram as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo, nesse contexto, a Assistência Estudantil, enquanto uma política orgânica para a educação, sofrido uma asfixia no seu orçamento, que dificultou a continuidade do desenvolvimento de suas ações, cobertura dos serviços e permanência dos/as estudantes, especialmente dos/as que possuem dificuldades socioeconômicas de manutenção no ensino superior.

Campina Grande, 16 de outubro de 2023

Alessandra Ximenes da Silva
Jordeana Davi
Mônica Barros da Nóbrega
Terçália Suassuna Vaz Lira

PARTE 1

**ULTRANEOLIBERALISMO E
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS À
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

CAPÍTULO 1

O FASCISMO ULTRANEOLIBERAL DO BOLSONARISMO NO CONTEXTO DA EXTREMA DIREITA INTERNACIONAL

Gilberto Calil

“Liberal na economia, conservador nos costumes”. O conhecido *slogan* bolsonarista costuma causar estranheza e muitas vezes é visto como uma contradição em termos. Quando se discute a pertinência ou não da caracterização do bolsonarismo como movimento de caráter fascista ou neofascista, o argumento mais recorrente em sentido contrário é justamente seu caráter ultraneoliberal. Isso se apresenta muitas vezes como um estranhamento em relação ao que teriam sido as experiências do fascismo histórico, ou ainda ao que caracterizaria os atuais (neo)fascismos, em especial na Europa. Por exemplo, o cientista político Ariel Goldstein (2019, p. 25) afirma que, “diferente da extrema-direita nacionalista da Europa, a extrema-direita no Brasil tem um caráter neoliberal” e o sociólogo Michael Lowy (2020, p. 16) comenta que “enquanto boa parte da extrema direita, em particular na Europa, denuncia a globalização neoliberal em nome do protecionismo, do nacionalismo econômico e do combate à ‘finança internacional’, Bolsonaro apresentou um programa econômico ultraneoliberal”. Nessa perspectiva, restaria recusar a qualificação de fascista

ao bolsonarismo, ou considerá-lo uma forma *sui generis* de fascismo. A proposta deste capítulo é argumentar, ao contrário, que o bolsonarismo é um movimento tipicamente fascista e que o ultraneoliberalismo não apenas não é hoje contraditório com relação ao fascismo, como inclusive vem se afirmando como dominante na heterogênea constelação mundial de movimentos fascistas.

Para isso, discutiremos inicialmente a validade da categoria de “fascismo” para designar parte dos movimentos contemporâneos de extrema direita; a seguir buscaremos elementos que ajudem a pensar sobre a historicidade da síntese entre conservadorismo moral e cultural e ultraneoliberalismo econômico na prática desses movimentos; e por fim refletiremos sobre o processo de ascensão de uma “nova direita” no Brasil que conduz à constituição de um fascismo ultraneoliberal, expresso no movimento bolsonarista

É possível falar em (neo)fascismo no século XXI?

O entendimento aqui proposto é de que fascismo é uma categoria que segue válida e que é relevante para a compreensão de um conjunto de movimentos de inegável relevância no mundo contemporâneo. Para uma definição muito sumária¹, e considerando-se especificamente o fascismo como movimento (dado que os regimes fascistas possuem características distintas), vale indicar três elementos fundamentais: um núcleo ideológico reacionário, uma base social pequeno-burguesa, e uma forma de organização militante e constituída na perspectiva de formação de uma tropa de choque. Embora nas diferentes experiências históricas sejam perceptíveis variações relevantes, alguns elementos ideológicos são definidores do fascismo: anticunismo,

1 Não há espaço para propor aqui uma discussão mais exaustiva em torno do conceito. Uma abordagem mais cuidadosa e detalhada pode ser encontrada em Calil (2021a, p. 84-100, 2005, p. 147-159).

antipolítica, anti-intelectualismo, criação de inimigos sociais, militarismo e armamentismo, nacionalismo chauvinista, mitificação do líder, misoginia e oposição aos direitos humanos, entre outros. Vale destacar que o anticomunismo é o elemento central, dado que os movimentos fascistas ganham força em época de crise capitalista e cumprem justamente a função de dar um sentido reacionário à insatisfação e ao sentimento de revolta por muitos compartilhado nesse contexto adverso. Outro elemento que se destaca é a criação de inimigos sociais, necessária para responsabilizar um ou mais grupos pelos problemas decorrentes da crise. Os elementos ideológicos não se apresentam sempre da mesma forma, mas, ao contrário, adequam-se às condições concretas de cada momento histórico. Por exemplo, sob a liderança de Jean Marie Le Pen, o Front National francês era explicitamente antissemita. Quando o antissemitismo se tornou disfuncional e era perceptível a hostilidade de parcela dos franceses em relação aos imigrantes árabes, Marine Le Pen impôs a substituição do antissemitismo pela islamofobia, chegando a expulsar seu pai do partido, em 2015, pelo seu antissemitismo. Nesse exemplo, ainda que o objeto do ódio sejam grupos distintos, o efeito que cumpre a criação do inimigo é basicamente o mesmo.

Um segundo elemento definidor é que o fascismo arregimenta seus adeptos sobretudo na pequena burguesia e em setores intermediários, especialmente afetados pela crise, suscetíveis ao medo de proletarização e dispostos a defender seus pretensos privilégios sociais, materiais ou simbólicos. Isso não significa que os movimentos fascistas não busquem apoio de setores populares e proletários, em especial como base eleitoral, mas não são estes que constituem o grosso de sua militância. É importante registrar que, apesar de ter uma base social pequeno-burguesa, uma vez no poder, o fascismo se converte em instrumento do grande capital monopolista, frustrando, portanto, os anseios e expectativas de muitos de seus militantes. Finalmente, um terceiro elemento é fundamental para distinguir movimentos fascistas

de outros movimentos tradicionais de direita: o fascismo visa sempre à mobilização ativa de seus adeptos, em uma perspectiva militante, o que no limite tem como objetivo a constituição de uma tropa de choque capaz de intimidar e ameaçar seus adversários e que cumprirá papel relevante na imposição de um regime de tipo fascista, ainda que a chegada dos fascistas ao governo se dê pela via eleitoral. É essa tropa de choque que dá sentido ao processo de fascistização, que se inicia com as ameaças e agressões aos adversários antes mesmo de o fascismo tornar-se força de governo – e que, mesmo depois disso, seguirá atuando, tensionando a ordem vigente e pressionando para a imposição de uma ruptura institucional.

Entre os autores que recusam a utilização do conceito de fascismo, é recorrente o uso do termo “populismo” para designar um vasto conjunto de movimentos (de direita e de esquerda), ou, de forma um pouco mais restrita, o conceito de “nacional populismo”, para designar governos de direita chauvinistas que confrontam os marcos da liberal democracia. Há aqui escassa precisão conceitual e, como indica o historiador Enzo Traverso (2018, p. 29), “os conceptos de populismo y nacional-populismo, a mi entender, no hacen más que sembrar confusión”. Michel Lowy (2020, p. 14) aprofunda a crítica, tratando-o como “um conceito inoperante” e uma definição “vaga e imprecisa”, apontando que, assim, o termo “funciona como um eufemismo, ocultando a realidade destes líderes e regimes de extrema direita, profundamente antipopulares, intolerantes, com traços fascizantes”.

Por sua vez, Enzo Traverso (2018, p. 18) propõe restringir o uso do termo neofascismo aos movimentos que reivindicam abertamente uma continuidade ideológica com o fascismo histórico, propondo designar os demais como pós-fascistas:

El postfascismo ya no expresa valores “fuer-
tes” como sus ancestros de la década de
1930, pero pretende llenar al vacío dejado

por la política reducida a lo impolítico. Sus recetas son políticamente reaccionarias y socialmente regresivas. Postulan el restablecimiento de las soberanías nacionales, la adopción de formas de proteccionismo económico y la defensa de las “identidades nacionales amenazadas” (Traverso, 2020, p. 39).

No entanto, entendemos que abarcar um grupo de movimentos sob um conceito definido em certa medida pela negativa – o sufixo “pós” indica algo já superado – resulta muito insuficiente. Além disso, o fato de que um movimento não reivindique abertamente o legado do fascismo não é razão suficiente para que deixe de ser considerado fascista. Entendemos que uma organização que por razões táticas opte por não reivindicar essa continuidade, mas cujo conteúdo, objetivos e forma de organização se enquadrem na definição de fascismo, deve ser tratada como fascista.

Um argumento usado para sustentar essa proposição é que inúmeros partidos da extrema direita europeia almejam uma certa “normalização”, eliminando ou ocultando qualquer caráter abertamente institucional e buscando conquistar o poder através de eleições. O caso do Front National francês, renomeado como Rassemblement National, seria o mais notório. No entanto, seria temerário concluir que a opção por buscar a conquista do poder através de processos eleitorais implicaria em definitiva renúncia à perspectiva de subversão da ordem e imposição de um novo regime político. Finalmente, para sustentar a distinção entre fascismo e pós-fascismo, Traverso (2020, p. 33) propõe também que o caráter ultraneoliberal dos pós-fascismos os diferenciaria dos fascismos clássicos, que “no eran neoliberales, eran muy estatistas e imperialistas”. Essa é uma objeção importante, pois, concordando-se com a afirmação de Traverso (2020), seria necessário reconhecer uma diferença profunda entre os fascismos atuais e o histórico.

No entanto, embora evidentemente os fascismos clássicos não tenham sido especificamente ultraneoliberais (o que seria um anacronismo), foram menos nacionalistas do que se costuma imaginar. Como lembra o cientista social Daniel Feierstein (2019), o fascismo surgiu como expressão do capital monopolizado. Para ele, nem no período dos fascismos históricos nem atualmente há antagonismo entre os fascismos e o capital transnacional:

El supuesto nacionalismo “rabioso” o incluso “antiimperialista” de las experiencias italiana o alemana convivía tan bien con las necesidades del capital transnacional del principio y mediados del siglo XX como puede hacerlo el nuevo nacionalismo xenófobo argentino o brasileño con las necesidades del capital concentrado transnacional en este siglo XXI. (Feierstein, 2019, p. 52).

Assim, a despeito da onipresença do nacionalismo retórico e propagandístico, quando se observam concretamente as políticas de gestão econômica, a avaliação é distinta. Feierstein (2019) menciona diversas pesquisas recentes – dentre as quais, as de Andrés Barrada, Anthony Sutton e Edwin Black – que colocam em questão o suposto nacionalismo das políticas econômicas dos regimes fascistas italiano e alemão, demonstrando o apoio que receberam de grandes transnacionais como General Motors, Coca-Cola, IBM, City Bank e inúmeras outras. Em conjunto, essas investigações “desarman la visión que piensa los fascismos como expresión de burguesías nacionales – en este caso alemanas o italianas – intentando construir un proyecto nacional en oposición a los intereses del capital concentrado transnacional de la época” (Feierstein, 2019, p. 67).

O clássico estudo de Edwin Black (2001) é uma robusta demonstração da simbiose de interesses entre a IBM e o regime nazista. De acordo com ele:

Durante todo 1942, se puso al descubierto una cantidad de compañías estadounidenses debido a sus relaciones comerciales con la Alemania nazi. Una Lista Proclamada de compañías europeas y latinoamericanas incluidas en la lista negra creció de 1.800 en el verano de 1941 a 5.000 para mediados de enero de 1942 (Black, 2001, p. 380).

O esforço de guerra nazista se apresentava como possibilidade de grandes lucros, e nisso estavam juntos empresas transnacionais e companhias alemãs. O caso da IBM é paradigmático, por ser uma grande transnacional que não sofreu qualquer sanção em Nuremberg, ainda que tenha estado diretamente envolvida nos campos de concentração e na produção do holocausto:

En algunos campos, como Dachau y Storkow, se instalaron hasta dos docenas de clasificadoras, tabuladoras e impresoras de IBM. Em otras solo trabajaban con perforadoras y sometían sus tarjetas a sede centrales como Mauhausen o Berlín. Casi siempre el equipo de IBM estaba localizado dentro del campo mismo, consignado a un departamento especial, llamado Oficina de Asignación de Trabajo (Black, 2001, p. 397).

É importante lembrar aqui que a finalidade histórica do fascismo não é o nacionalismo, mas a superação de uma situação de crise de hegemonia, e também nesse sentido o fascismo atual é análogo ao clássico, ainda que de forma distinta:

La reemergencia fascista contemporánea podría constituir un modo – por muy distinto que fuera de las experiencias del siglo XX, que de hecho es – de reconfigurar una hegemonía que se vuelve compleja para el

liberalismo contemporáneo en lo que hace la posibilidad de sostener apoyos políticos masivos dentro de un sistema representativo (Feierstein, 2019, p. 51).

Feierstein (2019, p. 51-52) ainda acrescenta:

Es cierto que esta nueva reconfiguración y resolución de una crisis de hegemonía vendría de la mano de un neoliberalismo feroz y no de un intervencionismo estatal, y de esto radicaría una importante diferencia con las experiencias del siglo XX, pero queda la duda si dicha diferencia resulta suficiente para eliminar la posibilidad de caracterizar estos regímenes como fascistas o neofascistas.

O prefixo “neo” pretende sublinhar a adequação ao novo contexto histórico e as distinções em relação ao fascismo histórico, como ilustra a afirmação de Lowy (2020, p. 14):

Proponho designar como neofascistas líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e com frequência, raízes históricas neste passado – mas também algumas diferenças substanciais. Trata-se de fenômenos novos, que não são idênticos aos que conhecemos no passado. Alguns exemplos seriam: o partido de Marine Le Pen na França, o FPÖ (“Liberal”) da Áustria, o partido Vlaams Belang na Bélgica, Salvini e a Lega italiana, Jair Bolsonaro (sem partido orgânico) etc. Trump tem alguns aspectos neofascistas, mas misturados com um reacionarismo tradicional.

Entendemos que é próprio de um conceito ou categoria que a expressão do fenômeno por ele referido se dê com contornos distintos em diferentes contextos históricos, pelo que o prefixo nos parece desnecessário. Ainda assim, essa designação parece-nos mais apropriada do que a de pós-fascismo, pois não pressupõe uma ruptura com o fascismo histórico. E de fato grande parte dos movimentos (neo)fascistas que se afirmam no atual contexto assumem uma perspectiva ultraneoliberal. Tratando especificamente da conformação da extrema direita e de sua articulação com frações burguesas, o historiador Flávio Casimiro (2020, p. 150-151) avalia

Se há alguma novidade no espectro político-ideológico dessa nova direita seria o chamado libertarianismo. [...] A aposta no discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira e do discurso “anticorrupção”.

Em termos semelhantes, Carapanã (2018, p. 34) define a “nova direita” como “um aglomerado ideológico mais ou menos coeso [...] no qual misturam-se ideias do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo”. Casimiro (2018, p. 466), novamente, ressalta as influências ultraneoliberais na confirmação da “nova direita” brasileira:

A nova direita brasileira não possui uma homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo da Escola Austríaca, com Von Mises e Hayek, ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo da geração austríaca de Murray Rothbard.

Seguramente nem toda chamada “nova direita” é fascista, sobretudo se restringirmos o conceito aos movimentos que se organizam a partir de uma perspectiva mobilizadora e miliciana. Ainda assim, é no seio dessa “nova direita” que são gestados diversos movimentos fascistas, entre os quais o próprio bolsonarismo. No entanto, antes de retomar esse ponto, é importante refletir sobre a forma particular como, no fascismo atual, articulam-se o conservadorismo (ou reacionarismo) social e cultural com o ultraneoliberalismo econômico, o que faremos a seguir.

“Liberal na economia, conservador nos costumes”: o fascismo ultraneoliberal na atualidade

O quadro atual de movimentos que podem ser considerados fascistas é bastante diverso e seria temerário fazer generalizações. Se existem atualmente fascismos ultraneoliberais, seguramente há outros que são protecionistas, e isso é condicionado por diversos elementos, históricos e conjunturais. O historiador Pablo Stefanoni indica a existência de três grandes linhas de tensão que dividem as novas direitas radicais: estatismo X antiestatismo; ocidentalismo X antiocidentalismo; e putinismo X atlantismo (Stefanoni, 2022, p. 60-61). Essas demarcações os colocam muitas vezes em campos opostos, como se verifica, por exemplo, no contexto da guerra na Ucrânia. Além desses, agrega outros elementos, como a divisão entre grupos com apego a valores tradicionais e fundamentalistas religiosos, de um lado, e a desvinculação em relação a tais valores por parte de outros grupos, inclusive dando origem ao que se designa de homofascismo e ecofascismo, recursos usados para a normalização social de movimentos fascistas (*pinkwashing*, *greenwashing*), sobretudo no norte da Europa.

A relação com a Rússia e com Putin torna-se cada vez mais demarcadora de uma divisão dos fascistas europeus, pois, enquanto partidos de ex-repúblicas soviéticas veem a Rússia como ameaça e se colocam em franca oposição, outros, como o

Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), a Liga de Mateo Salvini e o Rassemblement National de Marine Le Pen “mantienen estrechas relaciones con el partido gobernante de Moscú” (Camus; Lebourg, 2020, p. 296).

É no interior dessa diversidade que nas últimas duas décadas vem se afirmando progressivamente uma vertente fascista neoliberal. Já em 2002, o cientista político Jean-Yves Camus identificava a consolidação de uma extrema direita ultraneoliberal:

Assistimos, na realidade, ao êxito de uma direita extrema atípica, que substituiu o culto do Estado pelo ultraliberalismo, o corporativismo pelo jogo do mercado e até, às vezes, o âmbito do Estado-nação pelos particularismos regionais ou simplesmente locais. O êxito destes partidos seria decorrente do fato de que aparecem como capazes de fornecer soluções através de uma proposta política fechada, amplamente consensual e totalmente alinhada ao modelo econômico e social ultraliberal (Camus, 2002).

Atípica ou não, essa unidade em um projeto socialmente reacionário com uma plataforma econômica ultraliberal tem origens na década de 1970, com a conformação do paleolibertarianismo. Ainda que essa não seja a única fonte dos fascistas neoliberais, foi a que inaugurou historicamente tal simbiose. O paleolibertarianismo é proposto pelo economista Murray Rothbard a partir da proposição de que se os *libertarians*² abandonassem a defesa de algumas liberdades individuais que contrariavam os princípios cristãos tradicionais e se aliassem a estes, teriam melhores

2 A tradução do termo estadunidense *libertarian* por libertário tende a produzir confusão, pelo que grafamos o termo no original.

condições de fazer avançar seu programa. Stefanoni (2022, p. 117) indica que “a finales de la década de 1970, Rothbard abandonó el Partido Libertario que había ayudado a fundar y, en una vuelta a la *old right*, pergeñó una nueva articulación entre principios libertarios y conservadores”, engendrando um reacionarismo radical que o levou a apoiar ativamente o governo Reagan. O paleolibertarianismo seria já, assim, “una forma específica de articulación entre libertarianismo y valores conservadores e incluso autoritarios”, baseada nas instituições consideradas tradicionais – família, igrejas e empresas privadas (Stefanoni, 2022, p. 118). Dessa forma, Rothbard afastou-se das posições tidas como “contraculturais”, como a defesa da liberalização das “drogas” e da legalização do aborto, passando a reivindicar a tradição da cultura ocidental cristã. Outra tática preconizada por Rothbard que inspirou inúmeros movimentos de direita radical foi “apelar a las masas directamente para ‘cortocircuitar’ a los medios de comunicación dominantes y las elites intelectuales; movilizar a las masas populares contra las elites que las están saqueando, confundiendo y oprimiendo, tanto social cuanto económicamente” (Rothbard *apud* Stefanoni, 2022, p. 122). Curiosamente, essa alegada opressão econômica não remete às relações sociais capitalistas, mas se restringe ao sistema tributário e às políticas estatais.

Quando observamos o programa de oito pontos apresentado por Rothbard, é difícil não lembrar do bolsonarismo: 1) reduzir drasticamente os impostos; 2) desmantelar o Estado de bem-estar social; 3) abolir os privilégios raciais e de grupo; 4) recuperar as ruas: aplastar os criminosos; 5) recuperar as ruas: desfazer-se dos vadios; 6) Abolir a Reserva Federal: atacar os banqueiros criminosos; 7) Primeiro os Estados Unidos; 8. Defender os valores familiares (Stefanoni, 2022, p. 122). Salvo pela drástica redução dos impostos, na prática inviável em virtude da dívida pública e pelo ataque discursivo aos banqueiros, é nítida a coincidência programática e a perspectiva fascistizante. O paleolibertarianismo nos faz lembrar do bolsonarismo também pela sua base

sociorracial, especialmente constituída por homens brancos de classe média (Stefanoni, 2022, p. 123) Antifeminismo, crítica à imigração e criminalização da pobreza seriam outros elementos de aproximação com o fascismo, assim como o antiglobalismo e a denúncia da suposta decadência do Ocidente. Constituído em 2009, o Tea Party expressou um salto organizativo dessa perspectiva, articulado ao Partido Republicano. De acordo com o historiador Lucas Patschiki (2012, p. 289):

O Tea Party nos permite apontar como um movimento fascista de terceira onda plenamente desenvolvido (talvez até a vanguarda, visto que ideologicamente sua defesa do ultraliberalismo é muito mais avançada do que em seus congêneres) é integrado e atua dentro do sistema democrático-parlamentar burguês.

A cientista política Marina Lacerda (2019, p. 58) indica outro elemento de articulação entre ultraneoliberalismo e conservadorismo moral: “O eixo da ideia neoconservadora é a ideia de privatização. Seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais, seja no sentido de manter intocado o poder patriarcal”. A autora apresenta a hipótese de que “existe uma articulação de grupos em prol de uma agenda conservadora”, constituindo “um movimento político que contempla: a) defesa de valores morais religiosos e da família tradicional frente ao feminismo e ao movimento LGBT; b) o punitivismo; c) o militarismo anticomunista; d) a defesa de Israel; e) o neoliberalismo” (Lacerda, 2019, p. 59).

Essa síntese entre ultraneoliberalismo econômico e conservadorismo social é especialmente influente na América Latina, sob o impacto do crescimento do fundamentalismo religioso. Como indica o cientista político Ariel Goldstein (2022, p. 16): “Las ideas de derecha en la región son principalmente la defensa del

libre mercado y las posturas morales conservadoras”. A defesa do ultraneoliberalismo seria uma das marcas características de seus setores mais extremistas: “La derecha radical de América Latina que, a deferencia de la europea, es neoliberal sin ambigüedades en economía, ha encontrado en las iglesias evangélicas, espacios privilegiados de influencia sobre las masas” (Goldstein, 2022, p. 18). Conforme Goldstein (2022, p. 20), há uma “afinidad electiva entre la visión conservadora de la familia y la defensa del libre mercado promovido en las iglesias evangélicas pentecostales y las fuerzas y liderazgos de derecha radical emergente”.

Um destacado exemplo do fascismo neoliberal na linha do paleolibertarianismo é o economista Javier Milei, a principal estrela da extrema direita argentina atual³. Milei se projetou com base em posicionamentos socialmente conservadores e economicamente ultraneoliberais, afirmando-se anarcocapitalista, criticando sistematicamente a ação estatal e o setor público e apontando Murray Rothbard como sua principal inspiração e referência (Stefanoni, 2022, p. 98). Seus seguidores admiram Donald Trump e Jair Bolsonaro, defendem a liberdade de portar armas e se opõem ao aborto (Stefanoni, 2022, p. 98). Ariel Goldstein (2022, p. 270) indica que Milei mobiliza ressentimentos de uma forma que conduz ao fascismo:

Con esta perspectiva que proyecta una salvación milagrosa del país a través de la iniciativa privada, se expresa en la sed de venganza y castigo autoritario hacia

3 No início de junho de 2023, Milei e o partido por ele criado (La Libertad Avanza) lideravam a disputa pela presidência da República, com 27,6% das intenções de voto (UNA ENCUESTA [...], 2023). Antes de Milei, na eleição presidencial de 2019, a extrema direita apresentou-se com duas candidaturas que somaram pouco mais de 3% dos votos: Juan José Centurión (1,71%), um ex-militar negacionista dos crimes da ditadura argentina, e José Luis Espert (1,47%), que articulava uma perspectiva ultraneoliberal com um radical punitivismo.

aquellos que estarían privilegiados por la obtención de recursos del Estado, lo que representaría “un robo” a quienes merecen sus logros. Nuevamente, el germen del fascismo.

Ainda que não chegue a constituir uma tropa de choque, como é característico de um movimento fascista, o libertarismo argentino de Milei é fortemente calcado em um discurso antissistêmico, forjando uma imagem “rebelde” que é decisiva para a arregimentação de adeptos, como se não fosse um radical defensor das relações sociais capitalistas. Em sua construção narrativa, ser rebelde é ser “politicamente incorreto” para atacar o Estado e quaisquer perspectivas fundadas nas ideias de justiça social e igualdade (Stefanoni, 2022, p. 102). Essa perspectiva do fascismo de capturar as insatisfações e dar um sentido reacionário à rebeldia delas decorrentes assume a forma de antipolítica. Daniel Feierstein (2019) indica que dessa forma capturaram e ressignificaram o “*que se vayan todos*”:

El “que se vayan todos” tendió a homologar proyectos contradictorios. La focalización del enemigo en la “casta política” alienó la comprensión de los procesos más estructurales de la acción social, facilitando un fenómeno impredecible en la política argentina: que un conjunto de representantes de los sectores más concentrados de la economía rentística pudiera llegar al gobierno a través de elecciones democráticas, algo que solo habían logrado hasta aquel momento por sonadas militares, pero que ahora se transforma en un fenómeno regional o internacional (Feierstein, 2019, p. 132).

Dessa forma, o discurso antipolítica teria permitido a eleição de governantes de direita como Macri (Argentina), Fox (México), Piñera (Chile), Kuzkinsky (Peru) e Trump (Estados Unidos) e “abierto las puertas para el acceso directo del empresariado a la función pública” (Feierstein, 2019, p. 133), mas, ao mesmo tempo, propiciado condições muito mais favoráveis à disseminação do fascismo:

El fascismo del siglo XXI se monta en esta demonización de la política, pero, antes el fracaso en la gestión de la mayoría de estos regímenes empresariales, busca ahora proyectar los resentimientos y frustraciones a través de la habilitación del odio, lo cual requiere construir un enemigo sobre el que descargarlo, otro negativo que bien puede ser encarnado por los inmigrantes en busca de trabajo, los militantes de determinadas fuerzas políticas, los musulmanes, los gitanos, los “cabecitas negras” de los suburbios del conurbano, los trabajadores organizados y sindicalizados, los piqueteros y manifestantes, los docentes o, apelando a los imaginarios más antiguos, los judíos, que siempre continúan disponibles para abatir sobre ellos las más disparatadas conspiraciones (Feierstein, 2019, p. 133).

A instrumentalização da noção de liberdade – sempre tomada em termos exclusivamente individuais e vinculada à propriedade – é uma constante nos discursos de Milei⁴, tal qual ocorre com Bolsonaro e outros líderes da direita fascista que promovem

4 Não é coincidência que o principal aparelho privado de hegemonia – ou “*think tank*” – que dá sustentação a Milei e aos ultraliberais argentinos se denomine Fundación Libertad. Essa entidade, “asociada a la red Atlas

uma ressignificação do termo. Para o paleolibertarianismo, reivindicar a liberdade implica, sobretudo, recusar o pagamento de impostos e a obediência a normas socialmente estabelecidas. Assim, não é de surpreender que também na Argentina, como no Brasil, a extrema direita tenha se utilizado do pretexto de defesa das liberdades individuais para confrontar as normas protetivas socialmente necessárias:

El establecimiento de la cuarentena reforzó la idea de que es necesaria la lucha por la “libertad” individual como forma de resistencia a las medidas de confinamiento promovidas por el Estado, y esta situación ha sido capitalizada por Juntos por el Cambio [coalizão da direita tradicional] y por Milei (Goldestein, 2022, p. 246).

Até meados de 2020, a Argentina teve expressivo êxito na contenção da pandemia, mas esse esforço foi sabotado pela direita, em nome das liberdades individuais e do ultraneoliberalismo:

Este proyecto de ignorar la pandemia y lidiar con la enfermedad como si ella no existiera fue encarnado de forma explícita por gobiernos como los de Estados Unidos y Brasil, pero fue asumido también por grupos políticos de oposición en varios países, entre ellos Argentina. Mucho más consciente de las derivas sociales y políticas de la crisis del Covid-19, este proyecto consideraba como objetivo fundamental que de ninguna manera se podría poner en cuestión la distribución del ingreso y la organización social existente, los

Network, nuclea a estos grupos de la derecha liberal argentina” (Goldstein, 2022, p. 216).

fundamentos de la tasa de ganancia o la articulación de la vida, de la economía y de la sociedad que existían antes de la irrupción del virus (Feierstein, 2021, p. 20).

De acordo com Feierstein (2021, p. 20), isto se deu em virtude “de la profunda convicción de que, más allá de la magnitud de la catástrofe, resultaba necesario proteger a toda costa la hegemonía neoliberal”. Assim, não hesitaram em promover manifestações públicas visando quebrar o consenso em torno da necessidade de isolamento social, realizar marchas, queimar máscaras ou propagar *fake news*, logrando com isso “el quiebre de un clima social caracterizado por la necesidad de cuidado y instalación de un conjunto creciente de dudas sobre las medidas gubernamentales” (Feierstein, 2021, p. 59). Observada do Brasil, que teve no governo central o centro difusor do negacionismo e dos ataques às medidas de isolamento social, essa situação enfrentada pela Argentina até parece menos desfavorável. No entanto, a desorientação produzida levou ao total descontrole da pandemia, fragilizando as políticas públicas e tentativas de contenção, fazendo com que o país atingisse índices de mortes por milhão de habitantes quase tão terríveis quanto os do Brasil.

Feierstein (2021) identifica um conjunto de práticas sociais correntes na Argentina atual que qualifica como de caráter fascista: 1) campanhas de delação contra professores, acusados de politizar a educação; 2) oposição ativa às políticas de gênero, reforçando posições religiosas fundamentalistas; 3) ataques a movimentos populares, como camponeses em luta, docentes em greve ou organizações de defesa dos direitos humanos⁵; 4) limitação ao exercício do jornalismo, com reiterados ataques e

5 Nesse ponto, Feierstein (2021, p. 78) registra a gravidade dos ataques cometidos, mas ressalta que ainda assim “no han llegado a los niveles de gravedad de lo ocurrido em el vecino Brasil a partir de la destitución de Dilma Rousseff”.

desqualificação de jornalistas de oposição; 5) instigação a micro-violências, incluindo o estímulo ao porte de armas e a fazer justiça com as próprias mãos; 6) fustigamento e perseguição a opositores políticos, incluindo linchamentos virtuais e processos judiciais; 7) Antissemitismo, inclusive perpetuado por grupos abertamente neonazistas. Não é necessário grande esforço para identificar sua semelhança com as práticas sociais disseminadas pelo bolsonarismo. À exceção do antissemitismo, todos os demais são centrais em suas práticas sociais. No contexto do fascismo brasileiro, o antissemitismo é marginal e restrito a grupos neonazistas, dado que o próprio Bolsonaro mantém vínculos estreitos com a direita judaica, tendo proferido, em 2017, um de seus discursos mais explicitamente racistas no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, no qual afirmou que quilombolas pesavam quatro arrobas (Guimarães, [2018]).

Essas ações praticadas pelos fascistas disseminam-se além dos próprios círculos fascistas. É conhecido o caso do discurso anti-imigração na Europa, que no contexto das disputas eleitorais é reproduzido igualmente por grupos da direita liberal e até mesmo por setores tidos como progressistas. O autor menciona situação análoga na Argentina, onde, inclusive, dirigentes kirchneristas propagam um discurso punitivista de combate à criminalidade e até mesmo uma visão xenófoba contra bolivianos e peruanos, em termos semelhantes ao da extrema direita.

Para além da América Latina, há esforços por uma articulação mundial de movimentos fascistas que articulam perspectiva moral conservadora e ultraneoliberalismo:

Actualmente se está desarrollando una red internacional – con la derecha europea y estadounidense, que, teniendo entre sus principales protagonistas a Vox de España, Ley y Justicia de Polonia, Chega de Portugal y think tanks vinculados al Partido Republicano, alimenta la radicalización y

unión de la derecha radical latinoamericana en un programa común, en defensa de las “libertades” y la “democracia” contra el “comunismo” (Goldstein, 2022, p. 18).

O partido fascista espanhol Vox se constitui como importante referência para a extrema direita latino-americana, justamente pela articulação entre um programa ultraneoliberal e a defesa de valores sociais conservadores/reacionários baseados no fundamentalismo cristão, como indica Antonio Maestre (2020, p. 11-12):

El supremacismo masculino, el discurso antiinmigración e islamofóbico y la defensa de las tradiciones católicas forman parte también del corpus ideológico de Vox. [...] En el aspecto económico, Vox es una formación de ultraderecha ultraliberal. Muy similar a la extrema derecha latinoamericana, con la que tiene muchas similitudes por sus profundas raíces cristianas. El ejemplo paradigmático de sus políticas económicas es el economista Raul Manso, un anarcoliberal que propugna la privatización de los servicios públicos. El ideario de Vox de encuentra alineado con las políticas de Jair Bolsonaro o Sebastián Piñera, y la herencia del neoliberalismo ultramontano de Augusto Pinochet.

Este programa fez com que Vox ocupasse um papel de destaque na articulação europeia da extrema direita fascista, integrando “un grupo que se define por su visión ultraliberal de la economía y su rechazo a la inmigración masiva y la defensa de los valores tradicionales cristianos de Europa” (Maestre, 2020, p. 15). A centralidade da pauta moral, que aproxima o Vox dos fascismos latino-americanos, e também dos fascismos no poder na Hungria de Victor Orbán (Fidesz) e na Polónia de Jaroslaw Kaczunski (Lei

e Justiça), distancia-o de outros fascismos europeus nos quais a mobilização reacionária se dá muito mais pela pauta anti-imigração do que pela proclamação de valores morais conservadores: “VOX muestra elementos disimiles a los otros partidos populistas: mientras estos últimos se dicen feministas – si bien, es cierto, por su islamofobia – VOX asume un sexismo inimaginable em Francia, por ejemplo” (Camus; Lebourg, 2020, p. 293).

A configuração do fascismo ultraneoliberal: nova direita e bolsonarismo

Para finalizar, é importante trazer algumas indicações sobre o processo de ascensão da direita no Brasil, com a conformação de uma nova direita que é a base para a formação do bolsonarismo. Diversos estudos indicam que esse processo não foi repentino, mas longamente construído com base na ação de aparelhos privados de hegemonia (Casimiro, 2018). Em nossa avaliação, uma figura-chave na articulação desse processo foi Olavo de Carvalho (Calil, 2021b), e um marco importante foi a criação do sítio eletrônico Mídia Sem Máscaras, um aparelho constituído por ele em 2002 como espécie de observatório de imprensa dedicado a denunciar o suposto caráter comunista da grande imprensa brasileira, mas que operou para a articulação e unificação de diferentes vertentes da extrema direita brasileira, e para a produção da síntese entre liberalismo econômico e conservadorismo moral como seu eixo fundamental. Como indica Patschiki (2012, p. 386):

Esta cisão retórica entre economia e moral que levam a cabo, os permite defender argumentos ultraliberais em relação à economia enquanto moralmente advogam por uma sociedade plenamente submetida e controlada através de instituições tradicionais, capazes de disseminar “símbolos de

ordem” que já estariam contidos “naturalmente” no povo.

Em sua esteira, são criados inúmeros aparelhos, como o Escola sem Partido (2004) e o Instituto Mises Brasil (2007). O historiador Demian Melo (2016, p. 71) indica que a eleição de 2010 marca o avanço do discurso de ódio que se expressa em “uma mistura de neoliberalismo *hardcore* com fundamentalismo cristão”. Lacerda (2019, p. 187) observa que foi nesse momento que Bolsonaro percebeu uma oportunidade e adequou seu discurso:

A expressiva acumulação de forças de Bolsonaro ocorre ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Desde então, são os seguintes os eixos de discurso parlamentar: militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e *kit gay*. O diferencial de sua atuação nesses anos é justamente a mobilização dos temas relacionados à moral sexual, que não compunham seu repertório anteriormente.

Simultaneamente a esse giro moralista, Bolsonaro também redefiniu seu posicionamento econômico, trocando o vago nacionalismo do período anterior por premissas ultraneoliberais:

Ao longo das gestões petistas, Bolsonaro não defende posições ideológicas nítidas em relação à política econômica. Mas a partir de 2015, Bolsonaro o faz. Votou contra a mudança do regime de exploração do pré-sal, a favor da emenda constitucional que estabeleceu teto de gastos por vinte anos, preservando juros, e a favor da reforma trabalhista (Lacerda, 2019, p. 187).⁶

6 Essa transição se complementaria em abril de 2018, com a indicação de Paulo Guedes como seu principal conselheiro econômico. Desde então,

Marcelo Badaró Mattos (2020, p. 185) propõe que “O ponto de virada começou em 2014, quando surgiram ou se reciclaram as principais organizações que convocariam as manifestações de massa de direita”. O cientista político Luis Felipe Miguel (2019, p. 91-92) observa, no contexto daquelas manifestações, uma contraposição entre tucanos e grupos extremistas, constituídos por “anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas”. E indica que, enquanto o PSDB “entendeu que seu caminho era liderar a direita”, “a direita entendeu que havia espaço para radicalizar seu discurso”, articulando três grupos principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo (Miguel, 2019, p. 94). O autor também observa a crescente unificação entre esses diferentes grupos, que seria fundamental para a conformação do bolsonarismo, mencionando que os libertarianistas brasileiros não encampavam posições de defesa de liberdade individual que os colocassem em oposição aos cristãos fundamentalistas, que se tornariam seus “principais aliados” (Miguel, 2019, p. 100). Miguel (2019) menciona Olavo de Carvalho como principal referência do grupo anticomunista, mas, como indicamos, já há mais de uma década Carvalho atuava para articular e unificar os diferentes grupos da extrema direita, incluindo especialmente os ultraneoliberais e os fundamentalistas cristãos.

É razoável pensar que os grandes articuladores e operadores do golpe de 2016 não planejavam colocar Jair Bolsonaro na presidência. A mobilização agressiva da extrema-direita seria instrumental para manter acuada a esquerda, mas abriria caminho para o retorno ao poder da

defendeu de forma enfática as privatizações, a redução dos direitos trabalhistas (“carteira de trabalho verde e amarela”) e o Estado mínimo.

velha elite conservadora. No entanto, o jogo mudara. O discurso de demonização da política atingiu também os partidos da direita tradicional. [...] Abriam-se, assim, dois caminhos para a direita brasileira. Um era retomar as negociações com o PT. [...] A outra opção era apoiar Jair Bolsonaro, reconhecido por seu despreparo e truculência, já então suspeito de ligações com o crime organizado, inimigo confesso da democracia e dos direitos humanos, com um discurso com nítidos traços fascistas. Esta foi a opção feita. (Miguel, 2019, p. 115-116).

Em pesquisa realizada sobre movimentos e lideranças das manifestações de 2015-2016, a socióloga Débora Massenberg (2019) identificou três grandes campos semânticos: antipe-tismo, conservadorismo moral e princípios ultraneoliberais. As ideias-força do primeiro seriam *impeachment*, corrupção, crise econômica e bolivarianismo; do segundo, seriam família tradicional, resgate da fé cristã, patriotismo, anticomunismo, combate à violência e oposição às cotas raciais; e do último, Estado mínimo, eficiência do mercado/privatização, livre iniciativa/empreendedorismo, meritocracia e corte de políticas sociais (Massenberg, 2019, p. 194). De acordo com a autora, “as emissões discursivas presentes no campo semântico ‘conservadorismo moral’ envolvem de forma extremada conteúdos de natureza homofóbica, sexista, racista e xenofóbica” (Massenberg, 2019, p. 202), ao passo que a propagação dos princípios ultraneoliberais “professam de maneira articulada a defesa incontestada da economia de mercado sob a égide do neoliberalismo” (Massenberg, 2019, p. 206).

Em termos semelhantes, pesquisa realizada por Celina Lerner em 2017 identificou que a maior rede no Facebook é a que designou como conservadora, na qual se destacava “a centralidade da página de Jair Messias Bolsonaro” (Lerner, 2020, p. 98), seguida

pelas páginas Olavo de Carvalho, Direita Conservadora e Eduardo Bolsonaro, todas voltadas a “declarar apoio à polícia e ao exército; combater a ideologia de esquerda, o comunismo, o marxismo, o feminismo; para apoiar o capitalismo, o liberalismo, as privatizações; ou sustentar o direito de defesa da vida e da propriedade pela posse de armas, entre outras questões” (Lerner, 2020, p. 100). A autora conclui:

A análise da rede conservadora de Páginas Públicas no Facebook nos mostra que a direita contemporânea brasileira congrega atores de um amplo espectro: dos militares aos conservadores cristãos, passando pelos liberais, pelos monarquistas e por todo um complexo de mídia e política envolvendo veículos e partidos tradicionais e também novos partidos e novos movimentos sociais de Internet. [...] Jair Bolsonaro aparece como figura central da rede, com maior número de curtidas de páginas (Lerner, 2020, p. 117).

O caráter ultraneoliberal dessa nova direita em ascensão tornava-se evidente. O cientista político Fábio Gentile (2020, p. 224) registra que:

Os movimentos neoliberais brasileiros estão entre os principais defensores da globalização, implementada por meio de uma agenda de políticas transnacionais, portanto não compartilham o programa racista e homofóbico do movimento de Bolsonaro, porém o consideram útil para desviar as críticas dos interesses que representam.

Rejane Hoeveler (2016, p. 89) indicava que, em 2015, a nova direita era essencialmente ultraneoliberal e que sua funcionalidade

era justamente “pressionar o governo para a adoção de medidas que aprofundarão a saída recessiva para a crise econômica, com ataques cada vez mais profundos aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos”. O economista André Guimarães Augusto (2014) demonstra que há uma continuidade entre a defesa explícita de posições antidemocráticas por partes de Ludwig von Mises (que em diversas situações expressou sua simpatia pelo fascismo) e a posições hoje defendidas pelos seus seguidores que propagam o *slogan* “Mais Mises, Menos Marx”:

É fácil constatar empiricamente que os defensores do “Mais (von) Mises” elegeram a democracia liberal como seu maior inimigo no presente. [...] A natureza aristocrática da crítica que os libertinos da propriedade privada fazem à democracia liberal é explícita em vários momentos. [...] A proposta de uma “ordem natural” é a de uma ditadura de elite, liberta dos controles formais “coletivistas” de eleições, atuação de grupos de pressão e até mesmo de forças armadas públicas. Em tal ditadura, o direito de excluir – leia-se, de discriminar – e a desigualdade seriam plenamente vigentes (AUGUSTO, 2014, p. 422, 423).

É essa unidade entre conservadorismo moral e a defesa do ultraneoliberalismo, em uma síntese claramente fascista, que conduz à conformação do bolsonarismo e à tragédia que o país viveria sob seu governo.

Referências

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “Mais Mises, menos Marx”. **Marx e o Marxismo**, [S. l], v. 2, n. 3, p. 418-425, ago./dez. 2014.

BLACK, Edwin. *IBM y el holocausto*. Buenos Aires: Atlantida, 2001.

CALIL, Gilberto. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. **Materialismo Storico: Rivista di Filosofia, Storia e Scienze Umane**, Urbino, v. 9, n. 2, p. 70-122, 2021a.

CALIL, Gilberto. **O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, 2021b.

CAMUS, Jean-Yves; LEBOURG, Nicolas. **La extrema derecha en Europa: nacionalismo, xenofobia, odio**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2020.

CAMUS, Jean-Yves. Metamorfoses políticas na Europa. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 1º maio 2002. Disponível em <https://diplomatique.org.br/metamorfoses-politicas-na-europa/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASIMIRO, Flávio Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASIMIRO, Flávio Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FEIERSTEIN, Daniel. **La construcción del enano fascista**: los usos del ódio como estrategia política en Argentina. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.

FEIERSTEIN, Daniel. **Pandemia**: un balance social y político de la crisis del Covid. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2021.

GENTILE, Fábio. Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea. In: FARIA, Fabiano; MARQUES, Mauro. **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo liberal-conservador. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 221-240.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

GOLDSTEIN, Ariel. **La reconquista autoritaria**: cómo la derecha global amenaza la democracia en América Latina. Buenos Aires: Marea, 2022.

GUIMARÃES, Katia. Bolsonaro é processado por quilombolas de todo o país pelo crime de racismo. **Conaq**, [2018]. Disponível em: <https://conaq.org.br/noticias/bolsonaro-e-processado-por-qui-lombolas-de-todo-o-pais-pelo-crime-de-racismo/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 77-91.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zook, 2019.

LERNER, Celina. A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook. *In*: FARIA, Fabiano; MARQUES, Mauro. **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero conservador. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 90-120.

LOWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. *In*: FARIA, Fabiano; MARQUES, Mauro. **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero conservador. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 13-19.

MAESTRE, Antonio. Prólogo. CAMUS, Jean-Yves; LEBOURG, Nicolas. **La extrema derecha en Europa**: nacionalismo, xenofobia, odio. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2020. p. 9-17.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 67-76.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileira. *In*: SOLANO, Ester; ROCHA, Camila (org.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litoros da nossa burguesia**: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

STEFANONI, Pablo. **La rebeldía se volvió de derecha?**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022.

TRAVERSO, Enzo. **Las nuevas caras de la derecha**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

UNA ENCUESTA muestra un empate en la oposición y le da esperanza a un ministro. **La Nación**, 8 jun. 2023. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/una-encuesta-muestra-un-empate-en-la-oposicion-y-le-da-esperanza-a-un-ministro-nid08062023/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CAPÍTULO 2

PARTICULARIZAR A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: UMA TAREFA INADIÁVEL

Josiane Soares Santos

Introdução

Já há algum tempo, a “questão social” deixou de ser estranha ao universo profissional do Serviço Social. A partir do diálogo inaugurado por Yamamoto e Carvalho (1995) com a obra marxiana em “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, a discussão sobre os fundamentos dessa profissão passa a ter em conta a mediação da “questão social” como razão de ser das políticas sociais públicas e privadas no contexto do capitalismo monopolista. Estas, por sua vez, constituem parte significativa do que viria a ser o mercado de trabalho, não só de assistente sociais, mas também de outras especialidades do trabalho coletivo, demarcando a fronteira entre práticas sociais de filantropia (as chamadas protoformas do Serviço Social) e a força de trabalho assalariada que se institucionaliza nos anos 1940.

No que diz respeito à “questão social”, sua conhecida definição, da autoria de Cerqueira Filho (1982), é significativamente redimensionada, ganhando em densidade e determinações, posto

que matizada pelas categorias centrais à análise marxiana – especialmente as que comparecem na lei geral da acumulação – d’O Capital. Nesta concepção, a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital: a incorporação pelos capitalistas das inovações *técnicas*, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, empregado na força de trabalho.

Com isso, o decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às [suas] necessidades. [...] [O aumento da extração da mais-valia relativa e absoluta] faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar [...]. Cresce, pois, uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento: não são os “inúteis para o mundo”, a que se refere Castel, mas os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e a procura – com evidente interferência na regulação dos salários. [...] parcela da população trabalhadora cresce sempre mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital [...]. Gera, assim uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na

sociedade capitalista (Iamamoto, 2001a, p. 14-15).

Uma vez colocadas no debate, essas premissas passam a ser incorporadas dos mais diversos modos pela cultura profissional, fortalecendo o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional. Isso ocorre na medida em que respondem pela possibilidade de superação de análises endogenistas (Montaño, 1998), demarcando que a história da profissão é um aspecto particular da história da sociedade brasileira, determinada pela lógica do capitalismo mundial.

Entretanto, nesse primeiro momento de incorporação da concepção de profissão em tela, que cobre os anos 1980 até meados dos anos 1990, penso que, salvo poucos(as) pesquisadores(as) além de Yamamoto e Carvalho (1995), a exemplo de Netto (1996) e Martinelli (1989), deram o devido destaque à “questão social” no conjunto das premissas supracitadas.

Na produção de conhecimento sobre a história da profissão, típica dos anos 1980, visivelmente laterais são as menções à “questão social” para entender a legitimação dessa profissão pelo Estado capitalista. Muito embora já passando por revisões críticas desde o processo de renovação profissional (Netto, 1996), a discussão acerca da história da profissão aparecia nesse cenário dominada pelo “endogenismo”. Disso nos fala Montaño (1998), analisando a produção bibliográfica sobre o tema e indicando que, apesar de já reivindicarem uma perspectiva de totalidade, alguns(algumas) autores(as) “caem na armadilha” da endogenia, conferindo centralidade a aspectos como as ‘personalidades desbravadoras’ e os processos de ‘tecnificação da filantropia’.

Não sendo meu objetivo analisar o debate em torno da história da profissão, tangenciá-lo é inevitável, dado que a “questão social” aparece a ele vinculada. Surge, entretanto, de um modo coadjuvante, uma vez que nessa época parece não receber o devido destaque, tendo em vista a sua ausência no rol da produção bibliográfica em relação a outros debates, como o das “políticas sociais”

e o da “metodologia”, cuja expressão bibliográfica é bem mais saliente do ponto de vista quantitativo no período em questão.

Percebo, dessa forma, que o *status* em torno do debate da “questão social” se alterará substantivamente com o desencadeamento da revisão curricular, entre 1994 e 1996. Nesse sentido (e apesar das demais publicações acima referidas), considero que, somente quando aprovadas as atuais “Diretrizes Curriculares” que reafirmam a centralidade do trabalho e da “questão social” como transversais e fundantes da profissionalidade do Serviço Social, tem-se seu potencial explicativo valorizado.

É esse o marco que coloca ambos os temas no seu auge em termos de produção bibliográfica no interior do Serviço Social brasileiro nos primeiros anos do século XXI. O conjunto de pesquisadores(as) ligados(as) à tradição marxista no Serviço Social enfrenta ambos os debates, não sem a existência de polêmicas internas, até os dias atuais. Trata-se de um esforço coletivo na direção de consolidar o projeto ético-político formulado como consequência da ruptura com o tradicionalismo, reafirmando a centralidade dessas mediações (trabalho e “questão social”) tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional.

Interessando-me mais particularmente pelo debate travado em torno da “questão social”, pretendo apontar algumas de suas ausências a partir de um balanço que obviamente não se pretende exaustivo. Mais precisamente, interessa-me problematizar a parcela mais significativa dessa produção bibliográfica¹, observando até que ponto ela ajuda, a partir de seus diversificados desdobramentos, a entender as chamadas expressões da “questão social” no Brasil. Isso significa nos perguntar se o potencial explicativo da

1 Refiro-me às produções de circulação nacional, uma vez que sua acessibilidade ao público profissional é maior. Essa opção exclui do escopo deste artigo, portanto, vários trabalhos de pós-graduação e eventuais artigos publicados em periódicos de circulação restrita.

“questão social” tem sido explorado suficientemente na produção bibliográfica recente do Serviço Social brasileiro.

Associado a isso, pretendo destacar, ainda que de um modo panorâmico (dados os limites deste texto), premissas presentes na tese de doutorado de minha autoria – cujo objeto tem sua centralidade dada pela “questão social” – e que foi publicada como volume 6 da Biblioteca Básica de Serviço Social (Santos, 2012). Tais premissas indicam algumas das mediações necessárias à tarefa, que me parece inadiável, de particularizar as expressões da “questão social” no Brasil, considerando-se o padrão de exploração do trabalho vigente na constituição do capitalismo brasileiro.

A reflexão teórica sobre a “questão social” no Serviço Social

As ponderações que tenho a levantar sobre o observado nas leituras do material que debate a “questão social” no interior do Serviço Social dizem respeito, conforme já anunciado, mais às suas ausências que às suas polêmicas.

Retomo, uma vez mais, o ponto de partida da introdução a esse debate no Serviço Social que se dá quando Yamamoto e Carvalho (1995, p. 19; 77) afirmam que

o surgimento e desenvolvimento [do Serviço Social] são vistos a partir do prisma da “questão social” [...] [entendida como] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Com essa reflexão, considero que o marco teórico-conceitual do debate sob o prisma do marxismo estava consideravelmente estabelecido. É fato reconhecido que a análise marxiana do capitalismo, em especial, da lei geral da acumulação, apesar de não tratar diretamente da “questão social”, “revela a [sua] anatomia [...], sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios” (Netto, 2001, p. 45) e isso já aparecia articulado nas análises de Yamamoto (1995, 2001a). Obviamente que essa introdução bem-sucedida não exime a necessidade de maiores desdobramentos teórico-conceituais, até porque o ponto de vista do marxismo não é o único que se coloca no debate profissional contemporâneo.

O que pretendo salientar com a afirmação de que esse marco inicial é já suficientemente denso do ponto de vista teórico-conceitual é que, após o longo intervalo existente entre essa reflexão e as demais, que datam dos primeiros anos do século XXI (conforme hipótese já apresentada), registram-se poucas inovações nas publicações. Percebo, assim, que, de um modo geral, a análise da produção bibliográfica sobre a “questão social” no Serviço Social *apresenta poucos aprofundamentos em relação ao marco inicial do debate supracitado*. Isso significa dizer do muito de “tinta” já gasto para afirmar mais do mesmo: a “questão social” é expressão das relações de exploração do trabalho pelo capital.

Essa é, por exemplo, a conclusão mais significativa de Pastorini (2004, p. 110-111), ao delimitar “o novo e o que permanece” na “questão social” a partir de um “balanço” do debate com autores como Castel, Rosanvallon, Heller e Féhér, e também com autores do Serviço Social (notadamente os publicados na Revista *Temporalis* [2001] sobre o tema), mas também com Wanderley (2000). Santos (2004, p. 65), por sua vez, também desemboca na mesma premissa como conclusão do confronto entre a concepção marxista com a de Castel e Rosanvallon sobre a “questão social”, pretendendo “refletir sobre a temática da questão social na

atualidade, debruçando[-se] em aspectos decisivos relacionados ao debate contemporâneo”.

Nascimento (2004), outra autora que intervém no debate sobre o tema, no que pese apresentar em seu texto uma nota de rodapé (nº 4) com elementos essenciais para um processo de particularização histórica do debate sobre a “questão social” no Brasil, e, especialmente na Amazônia – onde introduz os nexos entre a realidade nacional e o contexto do imperialismo –, não os toma como epicentro do referido artigo. Neste, sua preocupação é a de pensar a “questão social” a partir do desenvolvimento capitalista e, nesse sentido, volta-se, como Santos (2004), também para aspectos universais do debate para afirmar ao final que “aos clássicos miseráveis produzidos pela modernidade incompleta, juntaram-se os miseráveis do capitalismo da idade dos monopólios, mantidos todos pelo mesmo fundamento ontológico: a exploração do trabalho pelo capital” (Nascimento, 2004, p. 61).

Sem pretender negar a importância de demarcar conclusões como essas no debate teórico contemporâneo – cada vez mais marcado pelo relativismo e pela negação de categorias como trabalho e classes sociais –, há que se reconhecer que tais inferências não constituem propriamente uma novidade. São, antes, reafirmações de supostos que balizam historicamente o nosso debate sobre os fundamentos da “questão social” no Serviço Social. Partindo de uma concepção marxista, os aspectos enfatizados quase sempre dizem respeito aos seus determinantes universais, próprios do “modo de produção”, repetindo exaustivamente a premissa de que a gênese e o desenvolvimento da “questão social” devem ser tributados à exploração do trabalho pelo capital.

Talvez o “engavetamento” dessa discussão durante a década de 1980 tenha produzido uma necessidade de retomar o debate de onde ele havia parado, uma premissa, aliás, legítima. Entretanto, considero pouco expressivos os desdobramentos que se apresentaram após a aprovação das “Diretrizes Curriculares”, momento que demarca o seu retorno com uma invulgar saliência.

O quadro societário que nos leva, enquanto categoria profissional, a reafirmar no projeto de formação profissional a centralidade fundante da “questão social” e do “trabalho” é marcado por elementos da crise capitalista atual e do desenvolvimento do capitalismo tardio (ou maduro), (Mandel, 1985). Nesse sentido, é evidente que suas determinações históricas são consideravelmente diferentes daquelas às quais poderia se referir a análise de Yamamoto nos anos 1980. A tarefa que se coloca nesse momento é inequívoca: *desvendar as novas determinações e expressões da “questão social” na sociedade contemporânea e, assim o fazendo, enfrentar o debate teórico colocado por uma certa literatura européia das ciências sociais que enxerga nesse quadro uma “nova questão social”*. Essa seria, a meu ver, a direção a ser tomada no processamento do debate. Isso significa dizer que poucos resultados seriam factíveis no caso de uma inversão que priorizasse o enfrentamento do debate teórico e suas polêmicas, sem a substância concreta que confere determinações para que esse debate teórico apareça como “concreto pensado”.

Entretanto, esse entendimento não parece se refletir como direção predominante na produção teórica do Serviço Social sobre a “questão social”, mesmo entre os(as) marxistas, dada a visível prioridade conferida ao embate entre as concepções teóricas sobre o tema. Sem desprezar a importância desse enfrentamento entre as diferentes concepções da “questão social”, gostaria de chamar a atenção para a sua escassez, que corresponde, a meu ver, à insuficiente centralidade conferida às mediações do nível histórico-concreto. Tanto assim que Yamamoto desde o ano de 2006², em suas palestras e publicações, vem insistentemente

2 Refiro-me, especialmente, às suas intervenções durante o X ENPESS, realizado de 4 a 8 de dezembro de 2006, em Recife (PE), e à publicação do livro “Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social” (2007).

fomentando análises que têm como foco as particularidades da formação social brasileira, articuladas à necessidade de um adensamento do debate em torno da “questão social”.

Isso não deve levar a crer, em hipótese alguma, que os textos em questão não tratem do debate da “questão social” na perspectiva da historicidade ou que padeçam de falta de contextualização. Significa, sim, dizer que os textos de maior circulação nacional entre os assistentes sociais caracterizam-se pela **intencionalidade focada** na contraposição às concepções, geralmente de Castel e Rosanvallon, **no plano do embate teórico**. Falta-lhes saturar a concepção afirmada com as mediações históricas determinantes das expressões da “questão social”. Dito de outro modo: falta conferir centralidade ao plano histórico, ontologicamente fundante, da concepção afirmada, que, por se referir especialmente à sociedade brasileira, requer a abordagem das particularidades estruturantes dessa formação social. Trata-se, portanto, de uma **preocupação com o lugar destinado às mediações histórico-concretas que, embora presentes, não são o foco do debate travado que se dá, predominantemente, no plano teórico-conceitual**. Assim sendo, ao extrapolar o debate teórico, as referências que se encontram às expressões da “questão social” quase sempre se fazem acompanhar de um incômodo “etc.”, denotando não apenas a complexidade dos fenômenos constitutivos da “questão social”, mas, também, do meu ponto de vista, a generalidade do seu nível de apreensão.

Verifica-se com facilidade essa afirmação em praticamente todos os textos analisados³. Desse modo, a tendência a uma abordagem no nível da universalidade se verifica como majoritária entre as publicações recentes acerca da “questão social”, que

3 A relação completa dos textos referidos encontra-se na bibliografia deste artigo.

acabam, assim, caindo numa das “armadilhas” sinalizadas por Yamamoto (2000, p. 54), definida por

[...] aprisionar a análise em um discurso genérico, que redundando em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderarem suas expressões particulares, que desafiam a pesquisa concreta de situações concretas.

Poucos dos textos em questão apresentam-se voltados a um processo de particularização do debate, como é o caso do material de autoria de Yazbek (2001, p. 33), onde ela privilegia “a análise da pobreza e a exclusão social como algumas das resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade”. As análises apresentadas, entretanto, dados os limites de um texto ensaístico, não ultrapassam muito o perfil do “etc.”, tendo como preocupação central articular esse debate como epicentro da “refilantropização” nas respostas à “questão social”. Entre suas conclusões, a autora faz referência a algumas características da cultura política brasileira presentes em nosso padrão de proteção social:

Em síntese, tudo indica que, no caso brasileiro, as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão neste quadro de regressão de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito (Yazbek, 2001, p. 38).

Tais características aparecem como se fossem autoexplicativas: não vêm acompanhadas de uma problematização conceitual ou histórica que as situe no conjunto das particularidades do capitalismo brasileiro, dando-as por supostas.

Outro autor que merece menção nesse sentido é Wanderley (2000), que, num extenso artigo, pretendeu sinalizar as diversas expressões da “questão social” “no caso latino-americano e caribenho”. Sua identificação dessas expressões, apesar de acenar com contribuições significativas para a discussão, parte da premissa de Castel (1998), cuja característica central é a dissociação entre a origem da “questão social” e o capitalismo ou, no dizer de Pastorini (2004), o rastreamento de uma “genealogia da ‘questão social’”. Nesse sentido, o esforço de Wanderley pretende se assemelhar ao de Castel, localizando as longínquas origens da “questão social” na América Latina e Caribe:

Se na trajetória do capitalismo mundial, a questão social relevante na Europa girou em torno da questão operária, com incidência ainda que atenuada nos dias de hoje, minha hipótese é a de que na América Latina ela se expressou de outro modo, recobrando principalmente as questões indígena, nacional, agrária, operária, de gênero e étnica.

É evidente que com todas as mudanças havidas nestes 500 anos, de maior ou menor monta, estas questões perduram, intocadas ou mal focadas no essencial. Pelo impacto na opinião pública e pela candência que manifestam na vida cotidiana, outras **questões sociais**, derivadas ou não daquelas, adquirem destaque e entram na agenda das sociedades latino-americanas, tais como, droga e narcotráfico, violência no campo e na cidade, epidemias históricas

(malária, gripe, etc.) e atuais (AIDS), trabalho infantil, etc. (Wanderley, 2000, p. 171-172, grifo nosso).

Em que pese a intencionalidade de contemplar as particularidades da “longa história” que condiciona as diferenças entre a “questão social” no Brasil e em países europeus, o autor passa longe disso, apresentando uma leitura histórica carente de mediações, especialmente no nível da economia política. Isso acaba derivando uma concepção de “questão social” como “questões sociais” – outra das “armadilhas” referidas por Yamamoto (2000), qual seja, a da pulverização e fragmentação de suas expressões que acabam desconectando-as de sua gênese comum. Nesse sentido, além de não suprimir a generalidade no trato das expressões que pretende abordar, pouco contribui para entendê-las contemporaneamente. Outros artigos analisados (Cardoso *et al.*, 2000 e Serra, 2000) também intencionam uma abordagem no nível da particularidade, sem, no entanto, contemplar adequadamente as mediações referentes à formação social brasileira.

Conclui-se, portanto, que, por motivos diferentes, tanto os textos com foco no debate teórico entre as concepções de “questão social” quanto os que pretendem uma abordagem de suas expressões no Brasil tendem a tornarem-se “prisioneiros da armadilha” da “universalidade”. Isso aponta, na minha apreciação, uma lacuna investigativa no que toca à incorporação das particularidades do capitalismo brasileiro enquanto fatores essenciais à compreensão das expressões da “questão social”.

“Pistas” para investigações sobre as particularidades da “questão social” no Brasil

Como já se disse anteriormente, a partir da formulação das atuais “Diretrizes Curriculares”, um conjunto de conteúdos relacionados à realidade brasileira passa a compor os projetos pedagógicos com maior centralidade. Embora já presente

anteriormente (desde os anos 1980), o amadurecimento coletivo do projeto de formação profissional em Serviço Social indicou tais conteúdos como um dos seus princípios nos seguintes termos:

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a: [...] Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de **apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país** (ABESS, 1997, p. 62, grifos nossos).

Desse princípio deriva um dos “núcleos de fundamentação” da lógica curricular vigente, que é exatamente relativo à “formação sócio-histórica da sociedade brasileira”. Obviamente não se trata de supor que na área de Serviço Social serão produzidos conhecimentos inéditos sobre esse tema, até porque uma longa tradição histórico-sociológica já se encarregou de dotar o debate acadêmico de referências mais que suficientes nesse âmbito. Entretanto, o debate acerca da “questão social”, como vem ocorrendo na maior parte da produção bibliográfica do Serviço Social, parece ignorar solenemente esse legado de estudos sobre a formação social brasileira, já que os mesmos não costumam estar presentes nas análises formuladas sobre a “questão social” conforme nos referimos no item precedente. Dito de outro modo: identifica-se uma **ausência de incorporação das investigações sobre a formação social brasileira para pensar as particularidades da “questão social” no Brasil**.

A preocupação com esse tema é representativa de um segmento do debate profissional do Serviço Social, posto que aparece como uma lacuna de pesquisa coletivamente sinalizada. Na avaliação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social (ABEPSS) sobre a implementação das Diretrizes Curriculares, realizada entre 2006 e 2008, por exemplo, essa necessidade aparece sob a forma de dificuldades devidas à ausência de bibliografia que possibilitasse uma discussão acerca das expressões da “questão social” no Brasil. Assim é que a escassez bibliográfica a respeito dessa temática na direção supramencionada é, ainda hoje, um indicativo acerca da necessidade de adensar esse campo de investigações. Registra-se que os textos utilizados pelos(as) docentes nos planos de curso trabalham, em geral, apenas a discussão conceitual, ou seja, as diferentes concepções acerca do que seria a “questão social” – o que não chega a ser precisamente uma surpresa, considerando-se as análises apresentadas ao longo do presente texto.

Superar essa dificuldade implica ultrapassar o nível genérico do debate teórico-conceitual, apanhando as mediações sócio-históricas próprias ao nível da formação social, para além de suas determinações em termos do modo de produção capitalista. Isso significa que, para explicar a “questão social” no Brasil, não basta identificar as categorias centrais no modo de produção capitalista, constitutivas do nível da universalidade (relação capital x trabalho, por exemplo). Há que se acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que haja condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social”.

Foi partindo dessa dificuldade que me propus a contribuir com o debate na direção de uma aproximação mais concreta das mediações históricas da “questão social” no Brasil. Obviamente que, nos limites deste texto, não se trata de apresentá-las. Apenas indico, a seguir, algumas “pistas” para provocar o debate acerca dessa necessidade, que me parece inadiável, de particularizar a questão social no Brasil.

Em se tratando da concepção de “questão social” originada a partir das relações de exploração do trabalho pelo capital,

subjacente à centralidade na categoria “trabalho” como geradora de valor, penso que algumas mediações são essenciais para a apreensão de tais particularidades na nossa *formação social*, entre as quais, **destaco as modalidades de exploração da força de trabalho dominantes na constituição do capitalismo brasileiro**. Vários(as) estudiosos(as) da formação social brasileira são enfáticos(as) na afirmação de que o Brasil, no contexto do capitalismo mundial, destaca-se, entre outras características, por uma superexploração da força de trabalho que se “naturalizou” como condição para sua inserção subordinada nas engrenagens do capitalismo monopolista de corte imperialista.

Essa condição da força de trabalho no Brasil remete às particularidades da formação social brasileira que, de acordo com hipóteses sugeridas por Netto (1996), residem em três aspectos: **o caráter conservador da modernização capitalista no Brasil** (com especial ênfase à manutenção da estrutura agrária concentrada); **os processos de “revolução passiva”** e a **centralidade da ação estatal na constituição desse capitalismo**. Ao tratar essas particularidades, penso que se evidenciam alguns dos caminhos a serem “trilhados” em busca de mediações presentes no padrão de exploração da força de trabalho no Brasil, cuja configuração é dada pela sua condição de país de “capitalismo retardatário” (Cardoso de Mello, 1994).

Essa “pista” pode servir para desvendar as mais diversas e intrincadas expressões da “questão social” no caso brasileiro. No meu texto (Santos, 2012), dediquei-me a pensar, por exemplo, o desemprego como expressão da “questão social” no Brasil e cheguei à conclusão de que as particularidades da formação brasileira foram decisivas na constituição do que chamei de “fordismo à brasileira”. Isso significa dizer que ocorreu com o trabalho no Brasil algo bastante distinto do ocorrido nos países cêtricos – onde o fordismo teve um padrão de proteção social que reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período. **Aqui, ao contrário da estabilidade,**

foi a flexibilidade/precariedade da estrutura de ocupações que se afirmou como princípio estruturante dos postos de trabalho durante o auge do fordismo (especialmente no período do desenvolvimentismo acelerado durante os 20 anos de Ditadura Empresarial-Militar), fato que só adquire sentido quando se levam em consideração as particularidades do capitalismo brasileiro.

De posse desses elementos, ficará facilmente evidenciada a inadequação do debate teórico da “questão social” travado a partir de concepções como as de Castel (1998) e Rosanvallon (1998). A título de exemplo, observe-se a premissa presente em Castel (1998) sobre a crise das formas de solidariedade na “sociedade salarial” – supõe um contexto de desenvolvimento do fordismo clássico, com seus padrões de negociação coletiva e ganhos de produtividade para a classe trabalhadora que não chegou a constituir-se enquanto realidade das relações entre capital e trabalho no Brasil. Desse modo, é flagrante a inadequação do trato conferido à “questão social” que tenha por base essa bibliografia em países de capitalismo periférico.

Por esse motivo, não me parece produtivo, portanto, que as disciplinas de “questão social” ministradas nos cursos de graduação em Serviço Social do país inteiro restrinjam-se ao chamado “debate teórico-conceitual” sem contemplar as mediações que particularizam esse fenômeno na formação social brasileira. Fazer o debate teórico-conceitual é, sem dúvida, importante para demonstrar a funcionalidade conservadora dessas concepções. Porém, antes disso, é preciso evidenciar que adotar essas concepções para pensar o Brasil significa ignorar as particularidades do capitalismo brasileiro e, sobretudo, como tais particularidades determinam a “questão social” no país.

Considerações finais

O percurso do presente texto enfatiza propositadamente uma lacuna bibliográfica da área de Serviço Social que diz respeito ao

tema da “questão social” em sua abordagem voltada à realidade brasileira. No interior do conceito “questão social” estão agrupados vários processos sócio-históricos reais que precisam ser investigados em suas “múltiplas determinações”. Daí a insuficiência de remetê-los somente ao modo de produção e suas categorias fundamentais sem particularizar o nível da formação social, como tem predominantemente ocorrido até aqui.

Apesar de se tratar de uma lacuna reconhecida entre os(as) vários(as) autores do campo marxista no Serviço Social, a incorporação dessas particularidades se mostra, até o momento, insuficiente. Os textos sobre o tema continuam reproduzindo predominantemente a polêmica teórica sobre a chamada “nova questão social”, o que repercute de maneiras variadas na apreensão do debate junto à categoria profissional.

Carecendo dessas mediações no plano da formação social brasileira, o debate sobre a “questão social” tende, por exemplo, a não contribuir suficientemente para a compreensão do significado social da profissão e, principalmente, de suas demandas contemporâneas. O perigo mais evidente é que sua árida aparência de um debate conceitual acabe desinteressando os(as) assistentes sociais em acompanhá-lo. o que, por sua vez, pode tornar estéreis os esforços de fazer chegar até esse público materiais potencialmente possibilitadores do “constante aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”, propugnado eticamente desde 1993.

No plano da formação profissional, também são verificáveis consequências dessa ausência de particularizações da “questão social” quando o ensino do tema se restringe, por dificuldades bibliográficas, a tratar apenas da sua dimensão conceitual. Isso dificulta a percepção do caráter histórico-concreto das expressões da “questão social” que correm o risco de voltar a ser interpretadas de modo fragmentário, sem uma aproximação da realidade das relações entre capital e trabalho nas regiões concretas em que esses(as) estudantes estão inseridos(as). Temas

como o desemprego, o trabalho informal, o trabalho precarizado e os alarmantes índices de vulnerabilidade social em estados da região Nordeste, por exemplo, precisam ser objetos de estudo nas disciplinas de “questão social” para que se possa matizar a compreensão sobre suas expressões em municípios de pequeno porte e de características rurais (e não somente urbanas) que constituem o essencial do mercado de trabalho de assistentes sociais nos dias que correm.

Assim é que as particularidades do capitalismo brasileiro e das expressões da “questão social” me parecem os principais desafios à pesquisa desse tema na atualidade. Nesse sentido, espero que as provocações deste texto sejam convidativas à ampliação de esforços no sentido de identificar e adensar os elementos disponíveis sobre a “questão social” não só no Brasil em geral, mas em suas distintas regiões e estados. Estou convencida de que, somente rumando nessa direção, pode-se superar a “generalidade” que “aprisiona” o fecundo debate da “questão social” entre nós. Longe de ser “apenas um debate teórico”, **particularizar a “questão social” é uma tarefa inadiável** para imprimir maior fecundidade ao nosso projeto de formação profissional e, sobretudo, para incidir de modo diferenciado na formulação das respostas a ela que estamos operacionalizando no cotidiano do trabalho profissional.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. As transformações da questão social. *In*: BÓGUS, L., YAZBEK, M. C., BELFIORE-WANDERLEY, M. (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CARDOSO DE MELLO, J. M. de **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, F. G. *et al.* Questão social: fenômeno vinculado à histórica luta de classes e determinante básico do Serviço Social como profissão. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, p. 79-94, 2000.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DEMO, P. Dialética da ajuda. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001a.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e Indivíduo Social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001b.

IAMAMOTO, M. V. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, K. **O Capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. l. 1, v. I.

MONTAÑO, C. **La Naturaleza del Servicio Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, N. S. F. Desenvolvimento capitalista e “questão social”: notas para o debate. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 46-61, 2004.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 41-50, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, p. 119-132, 2000.

PEREIRA, P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 51-62, 2001.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Ed. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, E. P. A questão social em debate. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 62-83, 2004.

SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHWARTZ, E.; NOGUEIRA, V. M. Exclusão social: a desigualdade do século XX. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000.

SERRA, R. M. S. A questão social hoje. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000.

STEIN, R. H. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. *In*: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 33-40, 2001.

CAPÍTULO 3

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: REFLEXÕES REGIONAIS

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
Ana Cristina de Souza Vieira

Introdução

A comemoração dos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) exige uma reflexão sobre a formação pós-graduada na área, no país, considerando o atual estágio do capitalismo, o recrudescimento das orientações neoliberais, com impacto nas universidades públicas.

O Serviço Social tem reconhecimento na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como profissão e área de conhecimento, produzindo estudos e reflexões que contribuem para as políticas públicas, para o enfrentamento das desigualdades no país, para a atuação nas expressões da questão social. Com o crescimento do desemprego, da pobreza e da miséria gerado por uma intensificação do privilegiamento dos interesses do capital em detrimento do trabalho, o Serviço Social se vê diante de grandes dilemas em seus diversos espaços de trabalho, e a formação pós-graduada pode contribuir para entender essa realidade

e discutir formas de apoio a trabalhadores e trabalhadoras, com suporte do projeto ético-político do Serviço Social, que incorpora uma leitura materialista histórico-dialética do real.

As pesquisas desenvolvidas por mestrandos e doutorandos, amplamente publicizadas por periódicos qualificados, procura responder a diversos questionamentos nas áreas de saúde, direitos de crianças, adolescentes e idosos, direito à cidade, à água, à terra, das mulheres, das pessoas negras, LGBTQIA+, de populações indígenas, quilombolas, conjuntos considerados minoritários – mas que não são, pois minoritários são aqueles que detêm as maiores proporções da riqueza produzida no país, com o trabalho de todos os demais.

A ampliação dos programas de pós-graduação vem gerando o aumento das reflexões sobre essa realidade, levando também para os espaços da graduação questões e propostas que tratam dos temas emergentes, ou de temas antigos, sob outras leituras. Sem a pós-graduação, seria muito pobre nossa contribuição às políticas sociais e à defesa de direitos sociais, pois estaríamos à mercê de leituras limitadas ou acríicas do real. O tempo de pensar, amadurecer e formular reflexões é fundamental, mas nem sempre desejado por governos que insistem em reduzir trabalhadores a repetidores de ações, pelos interesses do capital. Ultrapassar essa leitura é fundamental!

Universidades no Brasil e a pós-graduação

Pensar a pós-graduação brasileira e, nela, o Serviço Social, deve ser tarefa permanente, de leitura e interpretação do real, considerando a realidade do capitalismo, a atuação do Estado em meio ao confronto entre classes e a categoria profissional. Mas, sem dúvida, como afirma Cury (2020, p. 40), “a qualificação de docentes e pesquisadores brasileiros no país e no exterior resulta, nos últimos 55 anos, de uma política de pós-graduação por meio de uma ação direta do Estado cujos resultados podem ser exibidos

em múltiplos fóruns e na vida acadêmica”. Nessa ação, o Estado estimulou financeiramente a pós-graduação, numa perspectiva de construção de bases de conhecimento em universidades e institutos de pesquisa, no sentido de imprimir uma marca de autonomia, de independência científica no país. Entretanto, nos últimos seis anos, sob governos que aprofundaram a austeridade fiscal seguindo diretrizes neoliberais, essa marca foi questionada, até mesmo impedida de avançar, num mundo em que conhecimento é essencial para garantir avanços no enfrentamento de desigualdades, neste país que está entre os mais desiguais do mundo, apesar das riquezas naturais e do investimento anterior na formação de recursos humanos qualificados e no crescimento do quantitativo de pesquisadores.

Segundo Saviani (2020), o processo de construção de universidades no país é recente, datado do século XX, enquanto na Europa, a primeira instituição de ensino superior foi estabelecida do século XI, a Universidade de Bolonha, na Itália, fundada em 1088.

Nos anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se um processo de criação de universidades, induzido pelo Estado brasileiro. Faculdades isoladas começam a se articular, formando universidades federalizadas ou estadualizadas. Naquele período, poucas universidades mantinham cursos de doutorado, com a pós-graduação no país seguindo o modelo francês antigo, apenas com doutorado. A Lei Nº. 1.310, de 15 de janeiro de 1951 criou o então denominado Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). No mesmo ano, em 11 de julho, o presidente Getúlio Vargas cria a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O educador Anísio Teixeira teve papel importante na criação da Capes, inspirado também por Rômulo de Almeida. Esses dois organismos foram fundamentais para apoiar a formação de nível superior e a criação da pós-graduação, lançando editais para financiamento e avaliação de programas e de apoio a pesquisas

em todas as áreas de conhecimento e garantindo bolsas para discentes, no país e no exterior (Cury, 2020). Havia a preocupação com a autonomia científica do país, impossível de se concretizar sem a formação de mestres e doutores.

No Brasil, o Estado teve papel central estimulando, inicialmente, a criação de universidades públicas. Entretanto, a partir da década de 1990, com as diretrizes neoliberais adotadas pelos governos centrais,

[...] freou-se o processo de expansão das universidades públicas estimulando-se a expansão de instituições privadas sem e com fins lucrativos. Essa foi a política adotada nos oito anos do governo FHC. Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais com o Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, destinado à compra de vagas em instituições privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições (SAVIANI, 2020, p. 15).

Cury (2020, p. 50) avalia que “a criação específica da pós-graduação teve um dos seus momentos mais significativos na fundação da Universidade de Brasília (UnB)”, em 1961, por inspiração de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. A Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, previa a criação de cursos de pós-graduação e a realização de estudos e pesquisas.

Pode-se afirmar que o início da pós-graduação no Brasil, segundo Saviani (2020), foi viabilizado após a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1961, ao incluir, no artigo 69: “Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: [...]

b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma”. A partir dessa referência, o ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, pediu que o Conselho Federal de Educação encaminhasse a regulamentação dos cursos de pós-graduação, o que foi feito através do Parecer CFE nº 977/1965, elaborado por Newton Sucupira, sendo publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 1966, iniciando o processo de institucionalização dos estudos pós-graduados no Brasil (Saviani, 2020).

Algumas características são ressaltadas no Parecer CFE nº 977/1965, considerado como o marco da pós-graduação brasileira: cursos de mestrado e doutorado que aprofundem o conhecimento adquirido em cursos de graduação, flexibilidade dos cursos, doutorado representando capacidade de pesquisa inovadora e criativa, orientação e acompanhamento de docentes doutores, seleção de alunos intelectualmente mais aptos, entre outras.

A regulamentação da pós-graduação se concretizou com o Parecer CFE nº 77/1969, também elaborado por Newton Sucupira, aprovado em 11 de fevereiro de 1969. Assim, os dois pareceres que delinearam a pós-graduação no país se processaram sob a Ditadura Civil-Militar, iniciada em 1964, e aprofundada em dezembro de 1968, sob o comando do general Costa e Silva, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Sob o regime ditatorial, foi aprovada a

Lei nº 5.540/68, Lei de Reforma Universitária, de 28.11.1968, imposta pelo regime militar referenda tanto o Parecer nº 977/65 quanto a sugestão do GTRU [Grupo de Trabalho da Reforma Universitária]. A universidade foi adequadamente definida como instituição que se caracteriza pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, condicionada à forma da lei, consoante seu art. 3º (Cury, 2020, p. 52).

A pós-graduação brasileira seguiu o modelo dos Estados Unidos, delimitando que os cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado deveriam oferecer disciplinas, exigindo a elaboração de um trabalho final, a dissertação para o mestrado e a tese para o doutorado. Mas a influência europeia também se fez presente, garantindo autonomia e responsabilidade aos doutorandos, com ênfase teórica, contrapondo-se à influência técnico-operativa da pós-graduação americana (Saviani, 2020).

Para Saviani (2020), mestrado e doutorado se distinguem, pois, no primeiro, o aluno ainda não possui amadurecimento que possibilite definir sozinho, autonomamente, o tema de sua dissertação, formular o problema, definir a perspectiva teórica, delimitar o objeto, a metodologia e os procedimentos de coleta de dados e de análise:

Enquanto para o mestrado a autonomia intelectual e a originalidade constituem ponto de chegada, para o doutorado esses requisitos se põem no ponto de partida como condições prévias para a realização da etapa final do processo de formação do pesquisador (Saviani, 2020, p. 28).

Para os cursos de mestrado, inicialmente, pensou-se em estipular a duração de quatro anos, mas, posteriormente, esse tempo foi reduzido para dois anos, período em que as agências de fomento alocam bolsas para a formação. Já para o doutorado, previu-se a conclusão em quatro anos, tempo máximo de concessão de bolsas.

Saviani (2020, p. 33) expõe um dilema atual da pós-graduação – a exigência de produtividade de docentes e discentes, ou seja, a produção de artigos, livros e trabalhos em congressos num ritmo e quantidade que podem comprometer a qualidade das pesquisas: “a exigência de produtividade dificulta a realização da qualidade e a ênfase na qualidade não se enquadra nos critérios de mensuração da produtividade”.

Mudanças na formação graduada e pós-graduada, determinadas pelo aprofundamento do capitalismo nos países centrais, foram formuladas a partir do processo de Bolonha, imprimindo uma mudança nos mestrados e doutorados, gerando os cursos profissionais, sem a exigência de uma dissertação ou tese com fundamentação teórica bem desenvolvida, mas, sim, preocupada com aspectos técnico-operacionais relacionados a espaços profissionais. A Capes estimulou nos últimos anos esse formato de pós-graduação, criando normativas, favorecendo os processos desse tipo, inclusive admitindo a orientação por pessoas fora do circuito acadêmico, sem doutorado. Os cursos profissionais, assim como os acadêmicos, precisam de aprovação da Capes para a emissão de diplomas, mas não podem contar com recursos da agência para seu funcionamento, o que faz com que, em sua maioria, sejam financiados pelos próprios alunos ou por seus empregadores.

Mostra-se, assim, o vínculo entre a formação pós-graduada e os interesses de empresas e instituições, fortalecendo o desenvolvimento capitalista, como mostra Saviani (2020, p. 15):

O avanço da privatização da educação superior está expresso nos índices quantitativos das instituições e do alunado chegando a uma relação de quatro instituições privadas para uma pública. No caso, porém, da pós-graduação essa relação se inverte manifestando-se uma clara supremacia das instituições públicas. Mas, como veremos, por meio do produtivismo também a pós-graduação vem sendo pressionada a submeter-se à lógica do mercado.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 concluiu o seu tempo de duração e, no governo de Jair Bolsonaro, foi nomeada, em julho de 2022, uma comissão para a elaboração do novo plano, para o período 2021-2030. No final de 2022, foram lançadas as propostas para o plano e abertas consultas públicas

para serem realizadas em 2023. O atual governo revogou a comissão e a consulta pública, em 29 de junho de 2023, mas ainda não apresentou o processo de elaboração do novo plano.

O PNPG 2011-2020 já mostrava a evolução da pós-graduação no país:

[...] havia, em 2009, 2.719 programas em atividade responsáveis por 4.101 cursos, sendo: 2.436 de mestrado (59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%). Havia 57.270 docentes e 161.117 estudantes matriculados ao final de 2009, sendo destes 103.194 alunos de mestrado e mestrado profissional e 57.923 alunos de doutorado. (Brasil, 2010, p. 45).

Leher (2021, p. 13) aponta o problema crescente da mercantilização da educação, indicando que, no Brasil:

O estado maior do capital atua nos processos políticos justamente para assegurar governos afins aos seus propósitos de classe e, assim, garantir os seus objetivos particularistas. O mesmo é verdade em relação aos aparelhos privados de hegemonia dos grupos econômicos (APHe) que atuam no ramo educacional: o objetivo é lograr o maior grau de hegemonia possível sobre o conjunto da sociedade e, necessariamente, sobre os assuntos de Estado em matéria educacional e, por isso, direta ou indiretamente, buscam influenciar os governos para que se engajem na educação em conformidade com os seus objetivos de classe.

Esses processos, entretanto, ainda estão muito voltados ao ensino de graduação, presencial e em EAD, ainda não se espalhando sobre a pós-graduação. Especificamente em relação ao Serviço Social, verifica-se uma frágil capacidade de pagamento por cursos de graduação e, principalmente de pós-graduação, gerando

dificuldades de manutenção de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, que só podem contar com um corpo docente com titulação de doutorado, o que aumenta os custos para as instituições. Em 2023, a área de Serviço Social foi surpreendida com a notícia de que a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que havia acabado de receber a maior nota na sua Pós-Graduação em Serviço Social, vai fechar o programa, pois ele não se mostra viável economicamente, apesar das bolsas distribuídas pela Capes, que cobrem as mensalidades de alunos/as. A abertura do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, ainda que tenha apenas o mestrado, na UFRGS, um curso gratuito e com bolsas que cobrem despesas de discentes, provavelmente retirou discentes da universidade confessional, inviabilizando a continuidade do programa, que se torna deficitário.

Leher (2021, p. 25) considera que, na Educação Superior, “a incorporação da agenda neoliberal não se deu com o objetivo exclusivamente econômico, mas também ideológico, objetivando conduzir avanços na pauta da ‘guerra cultural’”.

Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e a particularidade do Nordeste

O Serviço Social no Brasil, como área de formação profissional, teve início em 1936, na PUC/SP, região Sudeste. Em 1940, foi criado o primeiro curso no Nordeste, em Pernambuco. Desde então, essa região ampliou o espaço de formação, com escolas isoladas, geralmente ligadas a organizações de confissão católica. Nos anos 1960-1970, todas as escolas de Serviço Social da região se vincularam às universidades públicas que foram sendo criadas, congregando escolas isoladas de Direito, Engenharia e Medicina, entre outras. Nos anos 1970, foram criados os primeiros cursos de mestrado em Serviço Social – em 1972, na PUC/SP e na PUC/RJ, e, em 1976, na UFRJ. No Nordeste, ainda nos anos 1970, foram criados os dois primeiros mestrados – 1978 na UFPB e 1979 na UFPE.

Em 1976, a Capes incluiu o Serviço Social como área de conhecimento, o que significou o “reconhecimento de uma luta intensa no sentido de prover *status* acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão socio-técnica do trabalho” (Garcia; Fernandez, 2018, p. 264). Essa luta envolveu a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e os programas de pós-graduação, assim como as coordenações de área na Capes.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Reforma do Estado Brasileiro, desenvolvida por Bresser-Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, plantou as bases para a mercantilização do Ensino Superior, ao postular que educação, saúde, ciência e tecnologia não são áreas exclusivas do Estado, devendo ser desenvolvidas em parceria público-privada. A partir de então, empresários do setor educacional ampliaram sua participação no ensino superior, principalmente através de curso de graduação a distância (EAD). Garcia e Fernandez (2018, p. 267) afirmam:

Um pouco mais da metade dos cursos de Serviço Social oferecidos pelas IES estão vinculados a centros universitários e faculdades (55,1%). São instituições que não asseguram a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, predominando a transmissão do conhecimento. Destaca-se, na Região Sudeste, a preponderância de cursos em faculdades (41,2%), o que difere das demais regiões em que prevalecem as universidades. No entanto, quase 100% dos centros universitários são de natureza privada.

O ensino a distância predomina na Região Centro-Oeste, praticamente se iguala ao ensino presencial na Região Norte, enquanto nas demais, predomina o ensino presencial (Garcia, Fernandez, 2018).

Deve-se considerar a expansão do ensino superior nos cursos de Serviço Social por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A expansão dos cursos (presenciais e a distância) foi assegurada por financiamento público ao setor privado (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES) e também pela ampla isenção fiscal concedida ao setor privado presencial por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Garcia; Fernandez, 2018, p. 268-269).

A pós-graduação, entretanto, não experimentou uma expansão no setor privado, especificamente na área de Serviço Social. A criação de cursos novos de mestrado e doutorado passa por um rigoroso processo de análise das condições para o exercício dos programas, e a qualificação aponta para a exigência de um quantitativo de doutores com produção qualificada, o que limita a plena expansão dos cursos. A flexibilização desses critérios incidiu sobre os cursos profissionais de mestrado e doutorado, enfrentando resistência do Serviço Social, pois são cursos pagos realizados em universidades públicas, ou em universidades privadas, não financiados pela Capes, sem acesso de discentes a bolsas. Algumas áreas, diante da redução de financiamento das universidades, ofertam cursos profissionais como forma de garantir complemento financeiro a docentes, compra de equipamentos e material de consumo. A flexibilização, entretanto, não abrange a coerência da proposta em relação a objetivos, conteúdos e estrutura curricular, mas permite a oferta por não doutores e não exige dissertação ou tese acadêmicas para a sua conclusão – uma proposta de caráter técnico, em relação a problemas na realidade institucional. Não há, até o momento, na área de Serviço Social, curso profissional de pós-graduação, seja de mestrado ou de doutorado.

O Documento da Área 32 da Capes – Serviço Social de 2019, expõe que:

Nos anos 1960, havia 38 Programas de Pós-Graduação no Brasil, e nenhum deles na área de Serviço Social, em 2016 registravam-se 34 PPG em funcionamento nessa área, correspondendo esse número, na avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016), a 0,8% dos Programas existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (Carvalho; Santana; Stampa, 2019, p. 4).

A pós-graduação em Serviço Social teve um crescimento escalonado no Nordeste – dois cursos no final dos anos 1970 (UFPB em 1978 e UFPE em 1979), um curso nos anos 1990 (UFMA, 1993), dois cursos no início dos anos 2000 (UFRN em 2000 e UFAL em 2004). Na década de 2010, foi criada a maior parte dos cursos: UFPI em 2010, UECE em 2012, UEPB, UERN e UFSE em 2013, UFBA e UFRB no final da década, em 2019.

A UFPE preparou-se para criar o doutorado com o apoio da UFRJ, que contava com Nobuko Kameyama, Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Foram feitas duas seleções para o doutorado, e os(as) alunos(as) faziam algumas disciplinas na UFPE e outras na UFRJ. Em 1999, o doutorado foi criado na UFPE, abrindo espaço para docentes de universidades do Nordeste poderem fazer pós-graduação na própria região, o que qualificou docentes e possibilitou a criação de cursos de mestrado na UFAL, UFRN, UEPB e UERN, entre outras.

Aponta-se a ocorrência de um processo de colaboração, de solidariedade na região, em que uns cursos foram apoiados em sua criação por outros já consolidados. A UFMA contribuiu para a criação do mestrado na UFPI, a UFPE realizou dois Minter com UFAL e um com a UECE, antes mesmo de existir essa modalidade regulamentada na Capes. Realizou depois um Dinter com a UFAL,

no início dos anos 2000, e um Minter e um Dinter no interior do Piauí, com a Faculdade Raimundo Sá, de Picos.

Atualmente há seis doutorados nas seguintes universidades da região: UFPE, UFMA, UFRN, UFAL, UFPI e UFPB (esta teve recente aprovação do doutorado em 2022) – todos criados após os mestrados estarem consolidados.

Esta expansão da pós-graduação em Serviço Social representou um avanço quantitativo e qualitativo para a produção do conhecimento na área, contribuindo com uma maior dinamicidade nas pesquisas, na solidificação de um acervo cultural próprio, permitindo maior visibilidade acadêmica, em nível tanto nacional quanto internacional.

Expansão fundamental, considerando as distâncias entre as regiões do país, mas também pelas especificidades do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A demanda dos cursos de pós-graduação no Nordeste, até a década passada, concentrava docentes dos cursos na região. Atualmente, a maioria do corpo docente das universidades federais e estaduais da região já concluiu o doutorado, e as(os) discentes que buscam ingresso são pessoas ainda sem vínculo com universidades públicas, com experiência em universidades privadas e que se preparam para prestar concursos nas universidades estaduais e federais da região e de outras partes do país.

Iniciativas da Capes e do CNPq, como o Programa de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Casadinho, entre outras, podem garantir apoio de pós-graduações consolidadas, iniciantes ou em consolidação, através de intercâmbio docente e discente (mestrado e doutorado sanduíche), desenvolvimento de pesquisas conjuntas, financiamento de publicações, pós-doutorados – UFRJ com UFPE, UFRJ, UnB e UERJ com UFRN, UFPB com PUC/SP, UFPE com UFPA, entre outras parcerias.

Na última quadrienal, os 34 [sic] Programas da área 32 estavam assim distribuídos: 12 na Região Sudeste (36,4%), 11 na

Região Nordeste (33,3%), 5 na Região Sul (15,2%), 3 na Região Centro-Oeste (9%) e 2 na Região Norte (6%). Como se percebe, 69,7% dos Programas encontram-se concentrados no Sudeste e no Nordeste do país (Carvalho; Santana; Stampa, 2019, p. 7).

Por que a concentração de pós-graduação nas Regiões Sudeste e Nordeste? É fundamental destacar que a Pós-Graduação em Serviço Social *stricto sensu* no Brasil existe apenas em universidades públicas ou confessionais –PUC/RJ, PUC/SP e PUC/RS. Esse espaço não está ocupado por universidades privadas, provavelmente em função do alto custo de funcionamento, que exigiria pagamentos de alto valor de discentes, o que não é condizente com as condições salariais em instituições públicas e privadas de políticas sociais.

O Sudeste tem apenas quatro estados e 11 pós-graduações na área – Minas Gerais (só tem um curso de Serviço Social em universidade pública, com pós-graduação, na UFJF (2005), os demais são em universidades confessionais e privadas); Rio de Janeiro (com universidades públicas federais (UFRJ e UFF – com duas pós-graduações) e estadual (UERJ)), uma confessional (PUC/RJ, primeiro mestrado no Brasil em Serviço Social); Espírito Santo (uma federal – UFES, e uma confessional – Emescam, ligada à Santa Casa de Misericórdia) e São Paulo – onde há pós-graduação em Serviço Social na PUC/SP (confessional), e federais – Unesp (Franca) e Unifesp (Santos), esta com o curso de graduação em Serviço Social criado em 2009.

O Nordeste tem nove estados e 12 pós-graduações em Serviço Social. Em todos os estados, há graduação e pós-graduação em Serviço Social, a maioria em universidades federais (UFMA, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFAL, UFS, UFBA – esta só abriu o curso de Serviço Social em 2009 – e a UFRB, que inaugurou o seu curso em 2008), e três têm graduação e pós-graduação em universidades estaduais (UECE, UERN e UEPB). Como o Nordeste agrega o

maior quantitativo de estados e a pós-graduação predomina em universidades públicas, todas as unidades federativas da região atualmente têm graduação e pós-graduação em Serviço Social.

No Sul, Santa Catarina tem curso de graduação em Serviço Social na UFSC desde 1958. No Rio Grande do Sul, a UFRGS só criou o curso de Serviço Social em 2009, implantando posteriormente o mestrado na área. Há uma confessional, a UCPEL, que tem pós-graduação na área. O Paraná só tem graduação em Serviço Social em universidades estaduais e tem duas pós-graduações em universidades estaduais – UEL e Unioeste.

A região Norte só tem pós-graduação na UFPA (mestrado e doutorado), na UFAM (apenas mestrado) e na UFT, todas universidades federais.

No Centro-Oeste, temos pós-graduação na UnB, de âmbito federal, o mais antigo, na PUC-GO, confessional, e na UFMT, também federal. Apenas a UnB tem doutorado, ocupando o espaço de formação de doutores para a região.

Considerando esses dados, não identificamos na pós-graduação em Serviço Social no Brasil a ocorrência de grandes desigualdades como as vivenciadas em outras áreas, ou mesmo na graduação em Serviço Social, especialmente em relação aos cursos de mestrado e doutorado nas regiões Sudeste e Nordeste. As desigualdades, entretanto, expressam-se na distribuição de recursos para a pesquisa, que acabam centrados no eixo Sul-Sudeste.

De acordo com Garcia e Fernandez (2018, p. 269),

Prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das universidades públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (15,2%), com pouca expressividade de instituições privadas (6%), tendência inversa à detectada na graduação, como mencionado anteriormente.

Em 2023, a Plataforma Sucupira registra 36 programas de pós-graduação na área de Serviço Social, 14 exclusivamente com mestrado e 22 com mestrado e doutorado. São, ao todo, 56 cursos no país, 36 de mestrado e 20 de doutorado. Os programas que só têm mestrado vêm se qualificando e consolidando, na perspectiva de criar curso de doutorado. As universidades que não têm programas de pós-graduação vêm apresentando propostas iniciais de criação de mestrado, interessadas na qualificação de recursos humanos para a pesquisa, docência e atuação em instituições públicas e privadas, inclusive com processos de interiorização da pós-graduação.

Alguns programas de pós-graduação focalizam o eixo central no Serviço Social, mas um número significativo se coloca com foco em políticas públicas ou sociais. Nas universidades em que não havia número de docentes com formação em Serviço Social para constituir um curso especificamente na área e, pensando também na possibilidade de ampliar o leque de discentes, não só para pessoas desse campo de estudo, mas envolvendo áreas correlatas, a opção foi criar a pós-graduação em políticas sociais/públicas.

Um destaque deve ser feito para a internacionalização estimulada pela Capes: ela ainda é compreendida como se o país estivesse em condição inferior às áreas de conhecimento das universidades de países desenvolvidos, com o Brasil tendo que seguir os padrões de outras nações, desconsiderando que, com a autonomia científica desenvolvida aqui, podemos também influenciar outras plagas. É importante desenvolver projetos comuns de ensino e pesquisa, através de projetos de cooperação internacional, pois o conhecimento produzido por pesquisadores brasileiros tem contribuído para avanços científicos. Em relação ao Serviço Social, no nosso país, o desenvolvimento do projeto ético-político profissional representa um avanço em relação ao Serviço Social voltado ao ajustamento social, e vem influenciando a profissão em outros países da América Latina e europeus, como

Portugal, em que a pós-graduação na área foi criada a partir da formação de docentes e pesquisadores em universidades brasileiras, principalmente a PUC/SP.

Outro aspecto a destacar refere-se à questão do produtivismo, entendido como o estímulo ao uso de métricas quantitativas de produção acima de limites razoáveis, exigidas pelas áreas para distribuição de recursos públicos. A área de Serviço Social vem questionando o produtivismo enquanto condição vinculada à medição quantitativa de artigos, livros, capítulos de livros e produção técnica, reivindicando critérios que garantam a qualidade desses produtos e relativizem o competitivismo exacerbado gerado pelas métricas adotadas por agências de fomento à pesquisa. Sem dúvida, é fundamental publicizar as pesquisas realizadas, e uma das formas é a produção de artigos e livros, mas não se pode aceitar que sejam estabelecidos padrões que ultrapassem os limites logicamente possíveis de produção, favorecendo coautorias que não deixam claros os critérios para a inserção de autores num trabalho.

A introdução dessa lógica empresarial no Ensino Superior acompanha um cenário de competitividade e individualismo que afeta docentes e discentes, promovendo um maior desgaste físico e mental. Essa lógica também converte as instituições de Ensino Superior em fábricas de diplomas, através do aligeiramento do processo de ensino, da supervalorização da produção bibliográfica e do encolhimento do tempo médio para a titulação de mestres/as e doutores/as. É um processo que impõe retrocessos à pós-graduação, como reflexo do sucateamento e desvalorização da formação pós-graduada, mas também da educação de modo geral. Em contrapartida, mantêm-se as exigências do mercado em detrimento de condições objetivas para realizar a pesquisa, principalmente nas instituições públicas (Serpa; Gonzaga; Matias, 2022).

Em que pese essa lógica que conduz à formação pós-graduada, a área de Serviço Social reconhece e valoriza o protagonismo

da pós-graduação como espaço de criação e expansão da pesquisa, que tem fomentado uma significativa literatura na área, expressa em publicações de livros, artigos, coletâneas etc. que dão visibilidade às investigações produzidas pelas dissertações e teses oriundas dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos no Brasil. Nesse espaço, incorporam-se também as agências de fomento à pesquisa, como a Capes, o CNPq e as fundações de pesquisa estaduais, nacionais e internacionais, ainda que estas agências mantenham a lógica seletiva e produtivista também no acesso aos editais de financiamento à pesquisa.

É relevante destacar que, nas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas da área, encontramos um amplo leque de projetos de pesquisa e extensão, com destaque para teses e dissertações com foco nas mais diversificadas áreas, que fortalecem e consolidam uma produção intelectual crítica e permitem subsidiar, para além do trabalho docente, um conjunto de profissionais que atuam nas políticas públicas e sociais. Isso revela a importância da pós-graduação e da pesquisa para o Serviço Social, na medida em que sua produção teórica apresenta-se consistente, crítica, diversificada, plural e atual, fornecendo os aportes necessários à qualificação e à sustentabilidade da formação pós-graduada em nossa área (Cantalice *et al.*, 2021).

Frente às investidas de desmonte da pós-graduação brasileira e das universidades públicas (não somente das públicas), em especial nos últimos quatro anos, sob a égide do bolsonarismo, que proferiu, clara e intencionalmente, ataques à ciência e às artes, o desfinanciamento da educação como um todo, a implantação de novas propostas de flexibilização e de aligeiramento do ensino e as fusões que estiveram explicitamente colocadas nas propostas do governo, é necessário registrar a ameaça que tudo isso representa, bem como a luta que precisamos travar para mantermos os nossos avanços e seguirmos na direção da criação das condições necessárias à produção de conhecimento crítico.

Considerações finais

É necessário que o Estado induza e financie a pós-graduação no país – com bolsas de mestrado e doutorado, recursos para pesquisa, estímulo à internacionalização com financiamento de projetos de intercâmbio, fortalecimento da autonomia científica do país. Contudo, o que se vê é a indução e o financiamento submetidos a cortes, sob o aprofundamento da investida neoliberal.

Considerando a Emenda Constitucional N^o 95 e, também, a negação da ciência e da construção de conhecimento, especificamente no período 2019-2022, em que a ciência foi extremamente necessária para o enfrentamento da Covid-19, há que se garantir o apoio à pós-graduação como ação do Estado, e não apenas de governo.

Os processos de mercantilização da Educação Superior não chegaram com força à pós-graduação, a não ser através do incentivo a mestrados e doutorados profissionais, não gratuitos e sem apoio financeiro da Capes. Mas apresentam-se limites à expansão dessa lógica no Serviço Social, tanto por resistência a processos de cobrança de alunos em universidades públicas quanto pela baixa capacidade de pagamento de assistentes sociais, considerando o rebaixamento de salários ocorrido nos últimos anos.

No atual contexto brasileiro, enfrentamos a regressão de direitos e o desmonte da educação, o que nos coloca muitos desafios no universo da pesquisa, da pós-graduação e da produção de conhecimento. No entanto, é necessário enfatizar que a permanência do Serviço Social como área do conhecimento passa, fundamentalmente, pela expansão, manutenção e consolidação das pós-graduações. Os avanços no interior da profissão, tanto na formação quanto no trabalho profissional, têm suas bases na produção e qualificação da pesquisa, da investigação científica e das possibilidades de analisar, problematizar e dar respostas aos dilemas contemporâneos da profissão.

Na área de Serviço Social, tem se mostrado muito importante para a consolidação de programas emergentes o desenvolvimento de ações de solidariedade entre programas com melhor qualificação e outros com menor qualificação ou iniciantes. Para isso é fundamental a existência de propostas financiadas pelas agências de fomento, apoiando pesquisas conjuntas, processos de intercâmbio, bolsas de mestrado e doutorado sanduíche, pós-doutorados (atuação de professores visitantes no país e no exterior), mobilidade docente e discente, e a disponibilização de recursos para a publicação em periódicos e de livros que divulguem a produção. O apoio à realização e participação em eventos também é essencial para garantir trocas e intercâmbios entre pesquisadores de diferentes regiões e instituições.

Por fim, não podemos desconsiderar que as entidades representativas da categoria profissional, a ABEPSS e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), têm assumido um papel relevante para assegurar nossas conquistas, implementado estratégias de resistência na defesa de uma formação profissional alinhada ao projeto ético-político profissional, tanto ao nível da graduação quanto da pós-graduação, confrontando-se, principalmente, com o ensino a distância, com a implementação de mestrados e doutorados profissionais e com o desfinanciamento da política de educação brasileira.

Caminhar contra a corrente requer compromisso ético-político direcionado também para assegurar os avanços e conquistas no âmbito da formação pós-graduada. Nesse sentido, a expansão e a qualificação dos programas de pós-graduação no Nordeste revelam que estamos no caminho certo.

Referências

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer CFE Nº 77, de 11 de fevereiro de 1969**. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v08n27/v08n27a08.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer CFE Nº 977, de 3 de dezembro de 1965**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020)**. Brasília: Capes, 2010. 2 v.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951**. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11310.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13998.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

CANTALICE, Luciana; SERPA, Moema Amélia; TEIXEIRA, Rodrigo; REIDEL, Tatiana; GUERRA, Yolanda. Desafios, tendências e perspectivas: a produção de conhecimento em Serviço Social. *In*:

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. (org.). **Pós-graduação e produção de conhecimento em Serviço Social**: conjuntura, tendências e desafios. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 99-116.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SANTANA, Joana Valente, STAMPA, Inez Terezinha. **Documento de Área 32**. Brasília: Capes, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A pós-graduação no Brasil: itinerários e desafios. **Movimento, Revista de Educação**, Niterói, n. 14 (edição especial), p. 40-65, 27 nov. 2020.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262-275, ago./dez. 2018.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Meio século de pós-graduação no Brasil: do período heroico ao produtivismo pela mediação de um modelo superior às suas matrizes. **Revista Movimento, Revista de Educação**, Niterói, n. 14 (edição especial), p. 12-39, 27 nov. 2020.

SERPA, Moema Amélia; GONZAGA, Anna Raquel; MATIAS, Mikaele. O mercado de trabalho profissional a realidade da inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social na Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Brasília: Editora ABEPSS, 2022. v. 1. p. 1-17.

CAPÍTULO 4

A PRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

*Mônica Barros da Nóbrega
Jussara Gomes Abdala Rodrigues*

Introdução

O presente artigo expõe os resultados da pesquisa intitulada “A Direção Social Estratégica da Produção de Conhecimentos no Serviço Social: uma análise da produção teórico-metodológica da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)”. O estudo, realizado no ano de 2021, foi do tipo documental, fundamentando-se no método crítico-dialético e tendo como material empírico dissertações de mestrado apresentadas e aprovadas de 2015¹ a 2019. No referido período, o Programa possuía 49 dissertações defendidas e aprovadas, porém, apenas 45 estavam liberadas para consulta pública na Biblioteca de Teses e Dissertações da UEPB, compondo, assim,

1 Ano que corresponde às primeiras defesas do Programa.

a nossa amostra. A coleta de dados ocorreu no ano de 2021. O roteiro que orientou a coleta contemplou os seguintes aspectos: título da dissertação; anos de defesa e de aprovação da dissertação; linha de pesquisa; orientador; tema; objeto; autor; objetivos do estudo; tipo de estudo; referencial teórico-metodológico anunciado; categorias de análises; técnicas e instrumentos para a coleta e a análise dos dados; e referências bibliográficas mais utilizadas.

O objetivo geral que norteou a pesquisa foi analisar a relação entre o conhecimento teórico-metodológico reproduzido nas dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e a direção social estratégica da profissão. A abordagem teve como objetivos específicos: identificar as temáticas que prevaleciam nas produções; apreender a perspectiva teórica anunciada nos estudos e identificar as referências bibliográficas mais utilizadas.

O debate sobre a produção do conhecimento no Serviço Social ganhou significativo espaço nas discussões e elaborações da categoria nas últimas décadas e, sobretudo, no cenário em que se desenvolveu nosso estudo. Vale destacar, um cenário de muitos desafios para a pós-graduação e para a produção de conhecimento em Serviço Social. O aprofundamento da contrarreforma do Estado brasileiro, intensificado nos últimos anos, com os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, trouxe inflexões significativas para as políticas de educação, ciência e tecnologia, tanto no que se refere à direção quanto ao financiamento. O Estado brasileiro priorizou a destinação de investimentos para a produção de conhecimentos nas áreas consideradas estratégicas, chamadas de ciências “duras”, em consonância com as orientações dos governos neoliberais, que respondem às demandas do capital.

A política negacionista e anticientífica adotada explicitamente pelo governo Bolsonaro aprofundou o desmonte das instituições de pesquisa científica e das agências de fomento no Brasil. Esse desmonte aprofundou-se, justamente, no contexto da pandemia de Covid-19 que provou o quão importante é a ciência para a

humanidade. O corte brutal de bolsas e recursos, sobretudo para a formação de novos pesquisadores, o sucateamento dos laboratórios de pesquisa e a estratégia de tentar tornar os cientistas descredenciados, ignorados e discriminados impactaram, de uma maneira sem precedentes, os rumos da pesquisa científica, feita principalmente nas universidades públicas. Sabe-se que o desprezo pelo conhecimento científico gera efeitos catastróficos para a nação e compromete o futuro do país, pois a Ciência é uma área estratégica para o desenvolvimento econômico e para a soberania dos países.

Nesse sentido, podemos dizer que as medidas governamentais impuseram desafios à realização da pesquisa, à sobrevivência dos programas de pós-graduação nas áreas das Ciências Sociais e Humanas com conceito 3 e ao desenvolvimento regional, visto que a existência da pós-graduação é essencial para o desenvolvimento social e regional, principalmente no Nordeste (Silva; Matias; Nóbrega, 2018).

Nesse contexto contraditório de avanços, ataques e retrocessos, a produção de conhecimento elaborada nos diferentes programas de pós-graduação da área de Serviço Social resistiu aguerridamente aos ataques acima citados, indo além do revigoreamento do pensamento conservador e da adesão ao pensamento pós-moderno e às suas inflexões nas produções teóricas. Mesmo com todos os limites impostos, essas produções vêm se constituindo enquanto instrumento valioso na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na luta pela preservação e consolidação da direção social estratégica da profissão.

A produção de conhecimento nas dissertações de mestrado defendidas e aprovadas no Programa de Pós-Graduação em serviço Social da UEPB

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UEPB foi criado mediante um processo de luta e resistência do Curso de Serviço Social da referida instituição, diante da

conjuntura de mercantilização da educação superior e da submissão da universidade aos ditames do mercado, repercutindo fortemente na formação em Serviço Social. A implementação do Programa foi impulsionada por dois fatores importantes: primeiro pela própria política da Universidade, visando à capacitação e à formação continuada de pesquisadores e docentes, contribuindo para o desenvolvimento estadual e regional; e segundo pela política nacional de pós-graduação em sua proposta de interiorização e fomento da produção do conhecimento em regiões com poucos investimentos científicos e tecnológicos (Capes, 2017).

Com estrutura curricular organizada a partir de sua área de concentração, *Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais*, o PPGSS da UEPB possui duas linhas de pesquisa: *Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social*; e *Gênero, Diversidade e Relações de Poder*, que, articuladas aos objetivos do Programa, vêm sustentando a área de concentração, contemplando problemáticas e aprofundando os estudos referentes ao Serviço Social e áreas afins.

Observa-se, ao longo dos anos, um expressivo aumento no número de candidatos inscritos, o que demonstra a visibilidade e credibilidade que o Programa adquiriu na região Nordeste. Verifica-se a inserção sistemática de alunos provenientes de diferentes cidades da Paraíba e de outros estados do Nordeste. Tal fato contribui para o processo de interiorização do ensino de pós-graduação em Serviço Social. Percebe-se uma significativa demanda de candidatos(as) com formação em Serviço Social e de outras áreas do saber, fato que possibilita ao Programa a integração com os demais campos do saber, além de contribuir para o processo de produção de conhecimento na área e de discussão de temas de relevância social que perpassam pelos mais variados campos de atuação do/da assistente social e de demais profissionais.

De acordo com o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, o PPGSS da UEPB, após a primeira Avaliação Quadrienal da Capes (2013-2016), permaneceu com o mesmo conceito 3. Diante disso,

o Programa, a despeito da conjuntura adversa, vem imprimindo esforços para alcançar a elevação do seu conceito, seguindo uma trajetória de contínua construção e crescimento e se constituindo enquanto um espaço de pesquisa plural e de diálogos frutíferos que contribui para a apreensão da dinâmica da sociedade contemporânea. Assim, vem apresentando um significativo desempenho em sua produção intelectual.

No tocante à produção bibliográfica dos docentes e discentes do PPGSS da UEPB, constatam-se publicações de artigos em periódicos importantes de circulação nacional e internacional, organização de livros, publicação de capítulos de livros e comunicações orais em eventos internacionais, nacionais e regionais, sobre os mais diversos temas. Desse modo, o Programa vem contribuindo com a produção intelectual da área, com a socialização do conhecimento, com a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, docência e atuação nas políticas governamentais e nas assessorias aos movimentos da sociedade civil, bem como com o fortalecimento das lutas da categoria por uma formação pública, gratuita e de qualidade, além de colaborar na defesa dos direitos sociais.

O conhecimento que vem sendo produzido enfoca temas de grande relevância na atualidade e demonstra, sobretudo, a “preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais (Capes, 2017, p. 8). A diversidade de temas que compõem o conjunto da produção de conhecimento do Serviço Social tem sido significativa. As investigações revelam a direção da produção do conhecimento tanto no âmbito das pós-graduações quanto nas publicações em revistas da área e eventos científicos da categoria, demonstrando a direção assumida por essas produções, os eixos de análises e suas contribuições para a formação e a prática profissional (Lewgoy; Souza, 2018). Essa diversidade de temática das pesquisas realizadas

no âmbito do Serviço Social é um privilégio da categoria profissional, “socialmente convocada a atuar transversalmente nas múltiplas expressões da Questão Social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam” (Iamamoto, 2010, p. 457). Isso indica, especialmente, uma profissão com vocação histórica de atenção às transformações que ocorrem nas relações entre o Estado e a sociedade brasileira, no marco das relações internacionais, apresentando uma agenda de questões que demonstra a profunda interlocução da profissão com o movimento da sociedade (Iamamoto, 2010).

Essa diversidade de temas que permeia os debates e as produções construídas no interior do Serviço Social é resultante das profundas transformações da sociedade, do Estado, das políticas sociais e das requisições postas ao Serviço Social, que exigem respostas concretas, como já destacado por Iamamoto (2010). Esses debates são essenciais para a profissão no seu processo de análise da sociedade e em seu posicionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Nas dissertações de mestrado que compõem o universo da nossa pesquisa, constatamos o interesse dos pesquisadores do PPGSS da UEPB, resultante da preocupação e da sintonia com os acontecimentos da contemporaneidade, contribuindo para o acúmulo do conhecimento já existente. Desse modo, objetivando identificar e analisar as temáticas, as tendências teórico-metodológicas e a direção social contidas no conjunto das dissertações que analisamos, passamos a expor os dados, inicialmente, apresentando o quadro geral das temáticas que perpassaram pelos estudos. Vale destacar que as temáticas abordadas em nosso trabalho foram agrupadas e sistematizadas tomando como base a classificação adotada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nos Grupos de Trabalho de Pesquisa (GTPs).

Mediante análises dos dados, constatamos a predominância de assuntos relacionados à área temática *Serviço Social, Relações*

de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, e Sexualidade, congregando o total de 49% da produção de conhecimento do PPGSS da UEPB, no lapso temporal definido na pesquisa. No conjunto dessa produção, a referida área temática lidera em termos numéricos, reunindo 22 dissertações. A produção expressiva nessa área pode ser explicada pelo crescente aumento das discussões de gênero no âmbito acadêmico, pelo trabalho do/da assistente social nas políticas de proteção às mulheres, bem como pela especificidade do PPGSS da UEPB em oferecer uma linha de pesquisa sobre “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”. Além disso, o expressivo aumento de todas as formas de violência e a ascensão do racismo, da xenofobia, da homofobia e do feminicídio, certamente, contribuíram para o aumento da produção de conhecimento do Programa sobre essa temática. As dissertações analisadas nessa área específica versam sobre violência doméstica e familiar; violência sexual; gênero e violência; gênero e trabalho; família e gênero; prostituição; identidade de gênero; homossexualidade; transexualidade; relações homoafetivas; direitos sexuais e reprodutivos; mulheres e participação política; gênero, raça e geração; protagonismo feminino; raça/etnia; política educacional indígena; e comunidades tradicionais, em um contexto fortemente preconceituoso, conservador etc. Ressaltamos a importância desse debate para a produção de conhecimento no Serviço Social, pois essa temática demonstra sua relevância em face da conjuntura atual.

A área temática *Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional* também ocupou espaço importante no total dessa produção: 24% das dissertações estão reunidas nesse eixo, totalizando 11 textos. Essa temática, até os anos 2000, não se apresentava entre as mais pesquisadas no âmbito da pós-graduação. Nos anos seguintes, observamos, conforme ressaltam Lewgoy e Souza (2018), avanços quantitativos e qualitativos da produção teórica relacionada à referida área temática. Essa tendência de aumento das produções relacionadas ao Serviço Social,

seus fundamentos e formação profissional é confirmada na nossa pesquisa, como podemos observar, sendo essa área temática a segunda mais discutida nas produções do PPGSS da UEPB. São estudos que versam sobre os fundamentos da profissão, com destaque para a formação e para o trabalho profissional, o estágio curricular e suas repercussões na formação, a relação teoria e prática e as suas implicações na formação e nas produções da área, o projeto ético-político profissional, a direção social da profissão, o avanço do conservadorismo na profissão, o trabalho do/a assistente social nos diferentes espaços ocupacionais e os impactos das políticas neoliberais e da contrarreforma estatal na formação e trabalho dos(as) assistentes sociais. São produções que se relacionam com a realidade concreta em sua totalidade e demonstram preocupação com a direção social assumida pela categoria. Nessa direção, as produções do PPGSS da UEPB vêm contribuindo para o adensamento do debate referente a esse eixo. O esforço intelectual dos discentes e docentes está expresso nessas produções, que têm problematizado o Serviço Social em uma perspectiva de totalidade.

A área temática *Política Social e Serviço Social* também concentra um percentual significativo: 20% das dissertações estão reunidas nesse eixo temático, totalizando nove produções analisadas, apresentando-se como a terceira temática de maior incidência entre as produções do PPGSS da UEPB no período analisado. No âmbito da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, a temática das Políticas Sociais é recorrente, fato constatado em inúmeras pesquisas e publicações. O acúmulo existente incide sobre o fato de ser este um espaço em que se registra majoritariamente a atuação do/da assistente social, como aponta a pesquisa *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional* (CFESS, 2005). A expressiva produção nessa temática está vinculada ao fato de a Política Social “se constituir em uma mediação importante no processo de produção e reprodução da vida social e estratégia fundamental de enfrentamento das

manifestações da Questão Social” (Silva; Queiroz; Ahlert, 2020, p. 187). Nas dissertações analisadas, sobressai o interesse pela Seguridade Social, em especial a Saúde e a Assistência. As produções discutem o processo de contrarreforma, os ajustes fiscais e suas implicações na Seguridade Social. Na área da Saúde, o destaque é para a promoção da saúde, os impactos da contrarreforma nessa política e na saúde mental. Com relação à Assistência, destacam-se os estudos sobre o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os programas sociais e as tendências da assistência social nos governos neodesenvolvimentistas. A política de educação também comparece nas produções do eixo Política Social e Serviço Social, com destaque para a educação inclusiva e o trabalho do/da assistente social nesse espaço sócio-ocupacional.

Nas dissertações analisadas, observa-se que as Políticas Sociais são apreendidas nas suas diferentes determinações, marcadas por tensões políticas e sociais em sua totalidade, inseridas no contexto de disputas do capital, de refração de direitos sociais e na implementação de políticas compensatórias, focalizadas e seletivas, típicas do contexto neoliberal e com repercussões gravíssimas nas condições de vida e trabalho das classes sociais trabalhadoras.

O debate sobre a área temática *Trabalho, Questão Social e Serviço Social* totaliza 7% das produções (três dissertações). Nelas, os autores se dedicaram ao estudo das atuais configurações da precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. O debate sobre a precarização no mundo do trabalho, a partir das concepções dos autores que discutem a referida temática, e o enfrentamento às expressões da Questão Social diante das intervenções dos organismos multilaterais impõem um novo padrão de Políticas Sociais para os países dependentes. A temática do trabalho é intensamente investigada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. No Serviço Social, esse debate ganha relevância a partir dos anos de 1990 (Lara, 2008). Sabe-se que o trabalho é a

categoria fundante do ser social e, portanto, estruturante para a vida em sociedade. Já a Questão Social constitui o objeto do trabalho profissional. Nesse sentido, mostra-se importante para o debate do Serviço Social, visto que esse campo se constitui como profissão na divisão sociotécnica do trabalho, intervindo sobre as múltiplas expressões da Questão Social, e, portanto, recebendo os impactos das transformações no mundo do trabalho. O debate sobre o mundo do trabalho é amplo e ganha novos contornos com o aprofundamento da crise estrutural do capital e o contexto pós-pandêmico.

A análise das temáticas abordadas nas dissertações do PPGSS da UEPB confirma a riqueza de temas priorizados na produção de conhecimentos da área. Os temas guardam íntima relação com o movimento do real e com as inúmeras transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea.

As tendências teórico-metodológicas presentes nas dissertações do PPGSS da UEPB e sua relação com a direção social estratégica da profissão

No âmbito do Serviço Social, diversas correntes teóricas direcionaram e direcionam os aspectos teórico-metodológicos, éticos, políticos e práticos da profissão. Esse fato pode ser observado ao longo de sua trajetória histórica. Na atualidade, o materialismo histórico-dialético é o aporte teórico-metodológico hegemônico do Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, assumem expressamente essa posição e referenciam a direção social estratégica da profissão o Projeto Ético-Político, o Código de Ética de 1993, a Lei que regulamenta a profissão, o conhecimento majoritário produzido na área, bem como as Diretrizes Curriculares de 1996.

A prevalência da tradição marxista no interior do Serviço Social não indica a inexistência de outras perspectivas teóricas no âmbito da profissão. Tal hegemonia é tensionada pelo avanço do pensamento pós-moderno somado à reatualização

do conservadorismo presente desde a formação histórica da profissão. Os impactos conjunturais da crise contemporânea inflexionam o Serviço Social, mesmo tendo este uma direção política representativa e organizada que continua a balizar o caminho pela via do seu projeto ético-político (Lima, 2018).

Perseguindo o objetivo de identificar as tendências teórico-metodológicas prevaletentes nas dissertações do PPGSS da UEPB e, então, evidenciar a relação estabelecida entre esses textos acadêmicos e a direção social estratégica da profissão, na análise do conjunto total de produções a que tivemos acesso, identificamos a prevalência da indicação da perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana, com um percentual de 56% das produções ancoradas nessa perspectiva teórica. Neste conjunto de produções, pôde-se observar a preocupação dos/as autores/as em apreender a realidade como totalidade histórica.

As dissertações distribuídas na área temática *Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional* são unânimes ao elegerem o referencial crítico-dialético como sendo o mais adequado para embasar suas análises. O referencial teórico-metodológico escolhido é compreendido e apontado pelos autores como necessário na busca pela apreensão do movimento do real, numa perspectiva de totalidade, capaz de inflexionar a formação profissional e o trabalho profissional.

As produções concentradas nesse eixo trazem o Serviço Social como objeto de estudo, expressando, portanto, o que Yamamoto (1993, p. 106) define como “um reencontro do Serviço Social consigo próprio e com [...] as particularidades de sua prática”. Trazem também, elementos importantes e necessários para o debate e a análise da profissão na cena contemporânea, diante da crise estrutural do capital e os seus influxos na profissão, com destaque para o mercado de trabalho, as demandas e as respostas profissionais, bem como os desafios que se apresentam para a formação profissional e para a efetivação e consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nesse eixo, não identificamos inserções

do pensamento pós-moderno, também não observamos dificuldades no trato com a perspectiva teórico-metodológica adotada para fundamentar as análises, o que expressa a aproximação qualificada dessas produções com a tradição marxista e o reforço da manutenção e consolidação da direção social estratégica da profissão.

Já as dissertações agrupadas na área temática *Política Social e Serviço Social* anunciam, também majoritariamente, a utilização da perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana para fundamentar os estudos e nortear as discussões, a fim de desvendar os fenômenos e conhecer a sua essência. Nesses estudos, também se verifica o cuidado na utilização de autores da tradição marxista/marxiana. Em sua totalidade, as dissertações analisadas demonstram conformidade quanto ao arcabouço teórico-metodológico de cariz marxista, portanto, coadunam-se com a direção social estratégica assumida pela profissão.

As dissertações que compõem a área temática *Questão Social e Serviço Social* utilizam em sua totalidade o materialismo histórico e dialético como referencial teórico em suas análises. As produções demonstram consistência quanto ao referencial adotado, fato importante a ser destacado, pois reafirmam a atual direção social estratégica da profissão. É importante fazer essa ressalva, visto que atualmente há uma tendência crescente nas Ciências Sociais, principalmente, por influência de ideias de cunho pós-moderno, de questionar a legitimidade do marxismo enquanto teoria social capaz de responder aos desafios resultantes das transformações sociais da contemporaneidade. Essas ideias declaram, diante das transformações no mundo laboral, o fim da centralidade do trabalho e retiram a perspectiva da luta de classes do eixo de análise da sociedade contemporânea. Conforme pesquisas de Cantalice (2013) e Nóbrega (2013), a temática do trabalho está entre aquelas que no Serviço Social mais sofrem incorporações pós-modernas. Portanto, podemos observar que o debate acerca do trabalho no conjunto das dissertações que analisamos vem articulado e sustentado nos termos da tradição marxista.

No conjunto das dissertações analisadas e que compõem as áreas temáticas *Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; Política Social e Serviço Social; Trabalho, Questão Social e Serviço Social*, pudemos observar a unanimidade da adesão ao materialismo histórico-dialético. As produções teóricas que foram agrupadas nesses eixos temáticos estão relacionadas à linha de pesquisa *Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social*. Vale ressaltar que as referidas produções teóricas se apropriam de forma qualificada do referencial teórico-metodológico anunciado, o que demonstra os avanços já conquistados pelo Serviço Social na sua aproximação ao marxismo. Recorrem aos clássicos dessa perspectiva, guiando-se pelo princípio da totalidade, buscando captar a essência do seu objeto de estudo a partir da tríade singularidade, particularidade e universalidade. Portanto, tratam os seus objetos de estudo numa perspectiva de totalidade, buscando articulá-los aos determinantes históricos estruturais e conjunturais que possibilitaram a sua constituição.

A prevalência do referencial marxista nas dissertações analisadas indica a relação de aproximação desse conhecimento produzido com a direção social estratégica da profissão e, conseqüentemente, do seu projeto ético-político.

No conjunto das 22 dissertações agrupadas na área temática *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, e Sexualidade*, identificou-se que apenas duas produções adotam a teoria social crítica em suas pesquisas. O debate acerca do trabalho nas duas produções analisadas vem articulado e apoiado na perspectiva crítica, compreendida como categoria fundante do ser social e central para apreender o movimento da sociedade capitalista e as relações sociais. As duas produções demonstram consistência quanto ao referencial adotado, e nelas a análise dos dados a partir do viés de totalidade sob uma perspectiva crítica contribuiu para alcançar os objetivos dos estudos.

As demais 20 dissertações que compõem essa área temática privilegiam diferentes vertentes teóricas que divergem da

direção estratégica da profissão. As tendências teóricas encontradas nessas produções se aproximam da pós-modernidade. Como é de conhecimento de vários autores, há um estreito diálogo entre correntes do feminismo e o ideário pós-moderno. Cantalice (2013) na sua pesquisa constatou que a temática de gênero e feminismo é a que apresenta o maior número de produções a adotar o referencial pós-moderno. A aproximação do feminismo com a pós-modernidade se apresenta mediante a valorização das diferenças entre os sexos, vistas como naturais, e a negação da ideia de um sujeito coletivo, bem como por meio dos estudos sobre a representação social, com destaque para a centralidade da análise em torno do simbólico e das reconstruções ideais sobre o gênero, o patriarcado e a violência (Cantalice, 2013).

No conjunto de dissertações que analisamos nessa área temática, a adoção de ideias pós-modernas ocorre principalmente mediante apropriação de teorias pós-estruturalistas. O pós-estruturalismo, uma das perspectivas teóricas de abordagem pós-moderna, desenvolve-se como uma crítica ao estruturalismo. Coutinho (2010, p. 18) se refere ao estruturalismo como uma das manifestações da miséria da razão, porque “significa o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória”. Segundo o autor, portanto, o estruturalismo “consiste, essencialmente na afirmação de que – sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação – o método capaz de torná-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna” (Coutinho, 2010, p. 64).

A perspectiva dos Estudos Culturais é outra tendência encontrada nas dissertações, imbuída pela perspectiva pós-estruturalista e fundamentada no princípio da desconstrução. Considera os aspectos culturais presentes na sociedade como sendo baseados na subjetividade e no processo de identificação dos grupos que são marginalizados, diferenciados e discriminados socialmente. Essa tendência busca romper com as ideias

consideradas absolutas, com a identidade dos sujeitos, sendo orientada pela razão, própria do Iluminismo (Hall, 2006). As produções que se baseiam nos Estudos Culturais na abordagem de identidade, bem como na tradição simbólica, analisam a realidade a partir dos sentidos conferidos pelos indivíduos. A perspectiva dos Estudos Culturais é também justificada para dar conta das questões culturais que envolvem o tema da etnia. O autor de uma das referidas dissertações justifica a importância dos Estudos Culturais, baseando-se no entendimento de que as mudanças no cenário mundial encabeçaram a produção de novas teorias, tendo em vista que as correntes tradicionais da razão moderna não dariam mais conta de explicar as mudanças e a realidade.

A influência pós-moderna se espraia nas produções analisadas, sendo observada no debate dos chamados temas contemporâneos, mediante teorias construídas a partir de eixos como os “novos movimentos sociais”. Essa narrativa refuta a articulação entre classes sociais e movimentos sociais e a centralidade da classe operária como sujeito fundamental das transformações sociais, focando na subjetividade, nas diferenças e particularidades de cada grupo social. Trata a cultura sob o viés das práticas culturais. Nessa perspectiva, o indivíduo é resultante de um somatório de experiências nas quais não é um sujeito de uma revolução, mas de microrrevoluções. Segundo a autora do estudo analisado, a sua escolha teórica se dá pelo fato de que o marxismo é insuficiente para explicar a complexidade da sociedade. Esse entendimento assume claramente a epistemologia pós-moderna, posto que se apoia na tese da falência do projeto da Modernidade e ainda aponta que o surgimento de novos fenômenos contemporâneos requer novas formas de apreender a realidade. Desse modo, tal corrente afasta-se radicalmente da direção social estratégica da profissão.

A ideologia pós-moderna tece inúmeras críticas à Modernidade e principalmente à perspectiva teórica marxista, entretanto, o marxismo mostrou que ainda é capaz de propiciar, a despeito das

inúmeras transformações oriundas do capitalismo tardio, uma análise teórica abrangente das mudanças sociais e culturais que dominaram a contemporaneidade (Evangelista, 2006).

Ainda enquanto recorte metodológico, faz-se presente o construcionismo, que também faz parte das ideias pós-estruturalistas e que não é próprio das elaborações pós-modernas, antecedendo-as. Entretanto, os depoimentos orais enquanto fontes subjetivas, a ênfase nas narrativas e na linguagem, e o saber sendo entendido como um discurso são características que relacionam a história oral com a perspectiva da pós-modernidade. Aspásia Camargo, em seu artigo *História oral e política* (1994), afirma: “a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. [...] Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade” (Camargo, 1994, p. 75-76).

Também podemos observar a presença do ecletismo ou sincretismo teórico-metodológico que mantém sintonia com a epistemologia pós-moderna e ainda está presente no Serviço Social, contribuindo para repor elementos conservadores na profissão e potencializando o embate contra a direção social estratégica da profissão.

Na grande maioria das produções analisadas que compõem a área temática *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, e Sexualidade*, verifica-se a recusa às análises pautadas no princípio da totalidade. Em alguns casos, constatam-se a presença do ecletismo teórico e a combinação de diferentes matrizes, além de perspectivas de análises alinhadas ao pensamento pós-moderno, contribuindo, assim, para revitalizar a herança conservadora da profissão e, conseqüentemente, afastar-se da direção social estratégica da profissão.

No conjunto das dissertações analisadas, a perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista prevalece, embasando um total de 25 produções, o que indica uma relação de aproximação desse conhecimento com a direção social estratégica

defendida aguerridamente pela profissão. Contudo, não podemos deixar de ressaltar a presença do pensamento pós-moderno em um considerável número de produções analisadas, perspectiva que, diante de todo o debate já traçado neste estudo, vem travando um embate contra a direção social estratégica consolidada. Assim, tensiona-se a relação entre o conhecimento produzido e a direção social desse conhecimento.

Considerações finais

O Serviço Social brasileiro em sua trajetória avançou no acúmulo de conhecimentos sobre o seu objeto de intervenção e sobre a natureza da própria profissão. A sua inserção no circuito acadêmico e a adoção do referencial teórico-metodológico e crítico-dialético foram fundamentais para esse importante avanço da profissão. O conhecimento da realidade baseado na perspectiva marxiana fundamenta a formação e o trabalho profissional, em sintonia com a direção social estratégica da profissão.

No entanto, observamos que tais avanços não extinguiram o conservadorismo, que está presente desde o início da profissão, nem impediram a influência do pensamento pós-moderno no seu interior. Tal fato segue tensionando a direção estratégica da profissão, principalmente diante de uma conjuntura adversa em que a atual crise estrutural do capital traz desdobramentos negativos para a profissão, em particular para a produção de conhecimento na área. Nesse contexto, a universidade e a pós-graduação vêm experimentando alterações significativas, sendo regidas numa perspectiva utilitária e pragmática, estruturada por estratégias de eficiência e eficácia organizacionais, com o objetivo principal de subordiná-las aos interesses do mercado capitalista.

Inserido nessa conjuntura, o PPGSS da UEPB vem formando recursos humanos qualificados tanto para o exercício da docência quanto para o desempenho profissional, frente à conjuntura de ataques ao ensino superior e à pós-graduação no Brasil. Desse

modo, o Programa vem se consolidando como espaço de produção de conhecimento sobre a realidade, antenado com as demandas da conjuntura atual, especialmente com as demandas do estado da Paraíba. A partir de estudos e investigações realizadas no PPGSS da UEPB, vêm sendo desveladas as particularidades das expressões da Questão Social em um estado marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, além de violações aos direitos humanos.

No contexto de ataques à direção social estratégica da profissão, destaca-se que as pesquisas deste PPGSS vêm contribuindo com a produção crítica de conhecimento na área de Serviço Social. As dissertações atendem as demandas de temas necessários à formação dos profissionais e de instrumentalização do trabalho profissional, embora haja a necessidade de ampliar e aprofundar algumas discussões, em face da atual conjuntura de contrarreformas e retração de direitos sociais. Os temas abordados demonstram uma preocupação e uma sintonia com os fatos da contemporaneidade, contribuindo para o acúmulo do conhecimento já existente. O legado acadêmico produzido no PPGSS da UEPB vem contribuindo, significativamente, para o fortalecimento das lutas sociais, na construção de uma sociedade democrática. Mesmo diante de questionamentos e investidas contrárias, o Serviço Social brasileiro segue fundamentado na razão crítico-dialética, aporte teórico-metodológico que ancora a direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

Nesse sentido, podemos constatar que a produção de conhecimento teórico-metodológico nas dissertações defendidas no PPGSS da UEPB expressa o movimento dialético de avanços e retrocessos, de rupturas e continuidades, e de tensionamento da direção social hegemônica do Serviço Social. Partindo do entendimento de que a produção de conhecimento teórico não está isenta das influências da ideologia dominante, podemos afirmar que analisar criticamente o liame entre a produção teórica das dissertações do PPGSS da UEPB e o sentido social estratégico do

projeto ético-político do Serviço Social torna-se imprescindível para o enriquecimento do debate sobre as possibilidades e os desafios postos à consolidação e efetivação do projeto ético-político profissional e de seu direcionamento social estratégico. Dessa forma, constatamos a relevância deste estudo.

Referências

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Pesquisa Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório de Avaliação 2013-2016**: Quadriênio 2017/Serviço Social. Brasília: Capes, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 2, p. 271-281, jul/dez. 2006.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 101-116, 1993.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106112>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. *In*: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira (org.). **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 175-216.

LIMA, Ingridy Lammonikelly da Silva. **A categoria trabalho na produção do conhecimento do Serviço Social a partir do legado da modernidade e as inflexões do pensamento pós-moderno**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

NÓBREGA, Mônica Barros da. **A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção**

social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Alessandra Ximenes da; MATIAS, Thaísa Simplicio Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros. Pesquisa e conhecimento da realidade no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n. 35, p. 105-118, 2018.

SILVA, Ruteléia Cândida de Souza; QUEIROZ, Imar Domingos; AHLERT, Betina. Produção do conhecimento e relevância social: contribuições do PPGPS/UFMT. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de *et al.* (org.). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020. p. 181-193.

PARTE 2

**DEZ ANOS DO PPGSS DA UEPB:
A CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO**

CAPÍTULO 5

APARELHOS MULTILATERAIS DE HEGEMONIA, ESTADO E ULTRANEOLIBERALISMO: A POLÍTICA DE SAÚDE POSTA EM XEQUE

*Alessandra Ximenes da Silva
Géssica Alanne Claudino Valentim
Girlan Guedes dos Santos
Maria Geremias da Silva*

Introdução

No atual contexto do capitalismo contemporâneo, são várias as formas de restauração do processo de acumulação capitalista, no seu estágio mais avançado. Uma dessas formas, adotada como saída para a crise, é a criação dos aparelhos multilaterais de hegemonia, que cumprem a função da disseminação ideológica do ajuste fiscal permanente e da necessidade das contrarreformas nas políticas sociais, sobretudo para os países de economias dependentes. O Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), através de suas pesquisas, vem desenvolvendo estudos que analisam esse processo. Desse modo, este artigo versa sobre a função dos

aparelhos multilaterais de hegemonia e do Estado no processo de contrarreforma da política de saúde brasileira, no período de 2016 a 2022.

A pesquisa foi orientada à luz do materialismo histórico-dialético, compreendendo o objeto de estudo na perspectiva histórica, em suas múltiplas determinações, mediações e contradições. Para analisar as proposições dos aparelhos multilaterais de hegemonia e as incorporações na política de saúde brasileira, utilizou-se a análise documental de três textos elaborados pelos aparelhos multilaterais de hegemonia: Banco Mundial (BM), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que orientam os processos de contrarreforma na Política de Saúde Brasileira, sendo eles: 1) *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil* (BM, 2017); 2) *30 anos de SUS, que SUS para 2030?* (OPAS; OMS, 2018); e 3) *Proposta de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro* (BM, 2019),

Os aparelhos multilaterais de hegemonia têm disseminado ideologias e proposições e incidem sobre o processo de contrarreforma na política de saúde brasileira, ao questionarem a universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), os gastos sociais e a necessidade de reestruturação da Atenção Primária à Saúde, além de defenderem as parcerias público-privadas na gestão e na prestação de serviços do SUS. Portanto, desvelar a função dos aparelhos multilaterais de hegemonia e do Estado no processo de contrarreforma é primordial para apreender os interesses em disputa pela formulação da política de saúde, no contexto contemporâneo de crescente acumulação capitalista, expressa pela financeirização, privatização e focalização das políticas sociais. Para fins da compreensão do caminho teórico-metodológico do estudo, a seguir faremos uma discussão sobre os aparelhos multilaterais de hegemonia a partir da perspectiva gramsciana; analisaremos a função do Estado no capitalismo dependente e das incorporações das diretrizes dos aparelhos privados de hegemonia na política de saúde brasileira, no período de 2016 a 2022.

Por fim, as considerações aproximativas expõem os principais apontamentos acerca do estudo.

Aparelhos multilaterais de hegemonia enquanto instrumentos de restauração do capital

A conjuntura atual desnuda a profunda crise estrutural do capital, que se estende desde a década de 1970, agrava-se em 2008, e põe em xeque as contradições dos reflexos da questão social, que tem proporcionado desigualdades decorrentes do sistema capitalista. Nesse contexto, desencadeia-se um processo de contrarreformas nas políticas sociais que se insere numa realidade econômica, social, política e cultural observada mundialmente no ciclo hegemônico do grande capital. E esse movimento atinge, sobretudo, países de economia dependente.

No entanto, há diferentes opiniões acerca do tamanho da crise e de suas implicações, mas se pode afirmar que, ao se referir às economias dependentes, como no caso do Brasil, são várias as implicações desse processo que colocam em xeque os direitos dos trabalhadores, a função do Estado e as políticas sociais.

Na nossa interpretação, os aparelhos multilaterais de hegemonia são embasados, enquanto categoria, a partir do referencial teórico gramsciano, que se refere aos aparelhos privados de hegemonia. Para o entendimento dessa categoria, faz-se necessária a compreensão de sociedade civil. Para Gramsci (2002), a sociedade civil é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura etc. Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil e se constituem a partir das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária, sob inúmeros formatos. Clubes,

partidos, jornais, revistas, igrejas e entidades das mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos embates que dela derivam. Esses aparelhos hegemônicos não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social, mas como elementos ideológicos muitas vezes mascarados. Fontes (2010, p. 134) assevera:

Os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas de produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural.

Os aparelhos multilaterais de hegemonia trabalham a serviço do processo de acumulação capitalista, utilizados, assim, como instrumentos do capital imperialista. Esse conceito de aparelho hegemônico ou aparelho privado de hegemonia repercute hoje como um dos conceitos gramscianos mais usados enquanto instrumento para a investigação histórica.

Para fins de melhor compreensão, a partir das considerações de Lênin (2011), analisa-se que, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, passam a surgir novas associações que terão papel importante enquanto instrumentos de controle da crise

estrutural do capital que já assolava os países imperialistas atuando como novos projetos criados para garantir o processo de acumulação do capital. O autor, ao se aprofundar nas reflexões sobre o imperialismo, discorre sobre como se desencadeou o projeto de dominação capitalista e a respeito da importância da função do Estado como um de seus instrumentos mais importantes, ao passar da fase concorrencial à monopólica até chegar ao surgimento do capitalismo financeiro:

[...] o papel que o Estado desempenha na consolidação dos monopólios e do imperialismo com a oligarquia financeira – a chamada burguesia que se torna cada vez mais poderosa – controla também a política, que, então, assumirá a forma expansionista nas nações imperialistas (Lênin, 2011, p. 14).

Gramsci (2000, 2002) corrobora os elementos acima expostos em seus *Cadernos do cárcere*, asseverando que a *hegemonia* pode ser alcançada através de embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas que podem envolver o plano ético-cultural, a expressão de saberes, as práticas, os modos de representação e os modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se.

Na fase imperialista, vai ocorrer uma relação direta com o capital financeiro, que nada mais é que a junção entre capital bancário e capital industrial. Nessa etapa, acaba expandindo-se em escala planetária, ocorrendo, assim, o processo de mundialização enfatizado por Osório (2014). Assim, vão acontecer processos de expansão do capitalismo monopolista, as exportações de capitais, a fusão de grandes empresas, indústrias e capital, a partilha do mundo entre as nações imperialistas por meio da disputa direta ou indireta pelos territórios dos países dependentes, e o exercício desigual da soberania.

O imperialismo aglomera traços diferenciados em torno do processo de produção e reprodução do capital, como o crédito e subsídio ao processo produtivo, concentração monetária e bancária, acúmulo de capital em grandes blocos, e divisão do mundo em nações possuidoras de capital/financiadoras e nações credoras/dependentes, o que tem como consequência a subordinação político-econômica e o crescimento da dívida pública (SILVA, 2021).

Nesse contexto, por conta do papel que exercem as novas associações, denominamo-las aparelhos multilaterais de hegemonia. Esses aparelhos multilaterais trabalham a serviço do processo de acumulação capitalista, utilizados, assim, como instrumentos do capital imperialista.

Segundo o Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo (DHCM), Gramsci aplica o termo *apparato* – do qual a tradução em língua portuguesa é “aparelho” – desde seus escritos pré-carcerários, para se referir a diversas coisas, como “aparelho econômico”, “aparelho político”, “aparelho sindical”, “aparelho nacional de produção”, ou “aparelho militar-burocrático” (Haug *et al.*, 2009). Porém, Guido Liguori, no Dicionário Gramsciano, aponta que, desde as primeiras notas dos *Cadernos do Cárcere* em que usa o termo “hegemonia”, o autor italiano apresenta o termo “aparelho hegemônico” (Liguori; Voza, 2017, p. 45).

Liguori e Voza (2017) afirmam que é uma expressão não muito frequente, mas usada nos cadernos, presente em vários, como nos Cadernos 1, 6, 7, 10 e 13. O conceito propriamente dito de aparelho de hegemonia é uma ligação entre o conceito de hegemonia e a noção, ainda em formação àquela altura dos escritos de Gramsci, de “Estado integral”, trazendo uma base material para o conceito gramsciano de hegemonia, não em si equiparável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal (cf. Liguori; Voza, 2009, p. 45). Na citação a seguir, Gramsci esclarece:

Organização das sociedades nacionais. Assinalei de outra feita que, numa

determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo (Gramsci, 2002, v. 3, CC 6, p. 253, §136).

De acordo com a citação acima e com as pesquisas de Hoeveler (2019, p. 5) sobre o conceito de aparelhos privados de hegemonia, fica explícito que o “aparelho hegemônico é entendido, assim, como uma sociedade particular (formalmente privada), que se torna o correspondente do aparelho governativo-coercitivo”. Força e consenso, as duas metades indissociáveis da dominação, as duas metades do centauro maquiavelístico, ambas desenvolvem seus respectivos “aparelhos”.

Hoeveler (2019), ainda aponta que o conceito aparece no Caderno 7, mas fica explicado de forma mais madura nos Cadernos 6 e 10. O termo “aparelho hegemônico” também aparece, em Gramsci, referido como a “estrutura material da superestrutura” (Gramsci, 2002, v 6, CC4, §12; v. 1, CC 11, §29), como “complexo de trincheiras e defesas”, como “estrutura ideológica de uma classe dominante”, ou, mais extensamente, como “organização material com o propósito de manter, defender e desenvolver o “*front*’ teórico ideológico” referenciado no Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo (Haug *et al.*, 2009).

Os aparelhos multilaterais de hegemonia vão ganhar forte apoio do Estado para implementação de seus interesses, tanto dos países imperialistas quanto dos dependentes. Isso porque,

o Estado, fruto da construção histórica e das relações sociais de classe, vai representar, no modo de produção capitalista, os interesses da classe dominante, a que detém os meios de produção, a burguesia.

Os países ditos dominantes (em especial Estados Unidos, Japão e Alemanha) das nações dependentes (chamadas de países do Terceiro Mundo) são obrigados a estabelecer entre si novas alianças, acordos, tratados e organizações bilaterais e multilaterais.

Os países imperialistas interferem direta ou indiretamente na consolidação de formas puramente capitalistas de produção nos demais países dependentes, bloqueando-as em certos setores ou acelerando-as em outros, segundo suas próprias necessidades e interesses, que nada têm a ver com necessidades ou interesses das populações locais (Fontes, 2010, p. 91).

De acordo com Fontes (2010), os países dependentes são obrigados a aderirem às diversas formas tradicionais dos países imperialistas. Os aparelhos multilaterais de hegemonia atuam realizando a função tanto de *córtex político* de atuação conjuntural, tático-operacional, quanto funcionando como um Estado-maior, ao elaborar, no sentido gramsciano, projetos políticos que se configuram em algo bem além dos interesses imediatos de uma determinada classe (Santos, 2020, p. 41).

É durante o processo de alargamento da crise estrutural do capital pós-Segunda Guerra Mundial que são criadas as poderosas agências multilaterais Banco Mundial (BM) e Organização Mundial da Saúde (OMS), que definimos como “aparelhos multilaterais de hegemonia”, entes baseados no poder mundial que as gigantescas associações estabelecem para a manutenção do capital imperialista, utilizados como instrumentos para a saída das crises.

Originalmente, esses aparelhos multilaterais de hegemonia foram criados em um período de reorganização do sistema

interestatal capitalista, por meio de um acordo entre as potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, selado em Bretton Woods, nos Estados Unidos. O ano de 1944 marca a criação do BM, depois de diversas manobras dos EUA, que teve sua sede estabelecida na cidade de Washington (DC). Com a desvalorização da moeda inglesa. “foi crucial para afirmar a predominância do dólar como moeda internacional e âncora da projeção mundial do poder político e financeiro norte-americano” (Pereira, 2010, p. 151).

O BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são tidos como uma criação americana que rendeu aos EUA uma marca duradoura e forte, pois são os intelectuais que criam estratégias e projetos para a garantia da hegemonia do capital imperialista como manobras para a saída da crise. Em síntese, atuam como promotor de reformas institucionais necessárias à realização da liberalização econômica em países periféricos (Santos, 2020, p. 42).

Em 1946, é criada oficialmente a OMS, mas só implementada em 1948, quando produz os primeiros processos, regras e instituições para a governança mundial em saúde. Almeida (2013, p. 217) aponta que a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) foi criada bem antes, em 1902, porém, com a criação da OMS, aquela foi incorporada a esta em 1948. A função da OPAS no início era garantir a primazia da saúde pública, porém, a partir de 1960, durante o início do processo de crise orgânica do capital, esse consenso passou a ser questionado através da crítica à baixa eficiência da saúde pública tradicional, o que significaria o direcionamento a uma saúde comandada pelo sistema privado voltado ao mercado (Santos, 2020, p. 43).

É durante o acirramento da crise mundial que o BM e a OMS elaboram os primeiros documentos voltados às políticas de saúde dos países dependentes. Mais especificamente em 1975, foram

publicadas as primeiras orientações para as reformas na política de saúde de modo a voltá-la para o mercado, através tanto das parcerias público-privadas quanto da reestruturação da Atenção Primária à Saúde (APS). Nesse contexto, vários documentos são apresentados pelo BM e OMS durante as três décadas de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, no entanto a pesquisa aborda três documentos fundamentais, todos publicados entre os governos ultraneoliberais de Michel Temer e Bolsonaro, que incorporaram algumas de suas orientações, a saber: 1) *Um ajuste justo: análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil*, que foi apresentado pelo BM, em 2017, contendo um capítulo específico sobre a saúde, onde se atribui explicitamente ao SUS as ineficiências inerentes aos gastos públicos; 2) *30 anos de SUS, que SUS para 2030?*, divulgado pela OPAS e OMS, em 2018, trazendo apoio às parcerias público-privadas; e 3) *Proposta de reformas do Sistema Único de Saúde brasileiro*, divulgado pelo BM em 2019, tendo como foco o desmonte da APS.

Os documentos propõem a privatização do SUS com foco na APS, questionam o financiamento público, alegando que se gasta muito e mal, e defendem a complementaridade invertida, em favor, por exemplo, das Organizações Sociais (OS), das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), consideradas formas de privatização não clássicas. Essas modalidades de privatização têm propiciado o aprofundamento do processo de contrarreforma e desestruturação da rede pública de saúde, ao privilegiar a compra de serviços privados, ao invés de investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos.

A função do Estado no capitalismo dependente

Apreender esse processo em uma totalidade exige compreender a função do Estado nos países de capitalismo dependente, especialmente no Brasil, que é alvo das investidas dos aparelhos

multilaterais de hegemonia. Para tanto, voltamos um pouco no processo histórico e percebemos que não é à toa que, em 1848, Marx e Engels (2008) trataram de afirmar que “O Estado é o comitê executivo da burguesia”, no clássico *Manifesto do Partido Comunista*.

Na mesma obra, os autores tratam de apresentar a luta de classes como “força motriz” do modo de produção capitalista, de forma que esse fio condutor vai perpassar pelas relações sociais e pelas particularidades nas demais estratégias de sobrevivência do capitalismo em suas variadas fases, desde a comercial ou mercantil, passando pela industrial até chegar, na contemporaneidade, à sua fase monopolista e financeira, ou melhor, imperialista. Para Marx e Engels (2008), o Estado é estruturalmente capitalista e, sendo assim, manifestação do capital.

Por sua vez, Mandel (1982) menciona que a origem do Estado vai ocorrer junto com o surgimento da propriedade privada, chegando ao ponto de que “o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista” (Mandel, 1982, p. 335). Nas palavras de Osório (2014, o. 51), o Estado, no modo de produção capitalista, “É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam”. Logo, o Estado nem de longe é neutro, impoluto, indiferente, embora, em alguns momentos, tente expor essa imagem ou atue como se representasse o interesse de todos ou da maioria (Mandel, 1982).

Osório (2014, p. 186) vai elucidar que “o Estado é a condensação das relações de poder político que atravessam a sociedade mediante as quais determinados agrupamentos humanos (classes, frações e setores) impõem seus interesses, tanto por meios coercitivos quanto consensuais”. Nessa ótica, o Estado só pode ser visto como “uma entidade complexa” (Osório, 2014, p. 17), pois vai assumir funções diferentes em cada modo de produção e, conseqüentemente, em cada fase do modo de produção capitalista.

Dessa forma, no capitalismo imperialista, para ocorrer esses processos as funções serão diferenciadas entre os países dominantes e os dependentes, uma vez que “no capitalismo, como sistema mundial, sempre houve um exercício desigual da soberania” (Osório, 2014. P. 177). Mandel (1982, p. 334) afirma que as principais funções do Estado são:

1) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo produção corrente através do Exército, da política e do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, o que é dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração”).

Nesse sentido, o Estado para Mandel (1982) vai ter, além da função de coerção, uma utilidade integradora que vai ocorrer “pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação – mas sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade” (Mandel, 1982, p. 334), de forma que a função principal nos países de capitalismo dependente vai ser preservar e ampliar a capacidade de lucro do capital, contribuindo para a continuidade da sua condição de dependência.

O Estado vai ser mais um instrumento, abrindo os caminhos para a ampliação dos lucros do capital internacional, ou seja, vai participar ativamente da estratégia de manutenção dessa relação

de subalternidade. Essa função, embora seja mascarada, tem peso significativo na economia e nas relações que vão acontecendo entre esses países, pois as constituições nacionais vão prezar, no âmbito das relações internacionais, por uma pseudoautodeterminação e pseudoautonomia desses países. O impacto do não cumprimento das receitas ou das orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia gera o apoio da “assessoria” dos próprios aparelhos multilaterais de hegemonia, que vão oportunizar subsídios para que o Estado de capitalismo dependente possa continuar dependente.

Com a instauração da crise sociometabólica estrutural do capital na década de 70 (Mészáros, 2000), a alternativa foi a implantação do neoliberalismo, que passa a reconduzir todo o aparelho estatal. Rompe-se o acordo de Bretton Woods e passa a valer o que ficou estabelecido na década de 80 no Consenso de Washington. Em síntese, opera-se na lógica de implementação do neoliberalismo, ou seja, com o tripé apresentado por Harvey (2005), composto por privatização, focalização e descentralização.

Assim, as relações de dependência no neoliberalismo vão assumir outros contornos nos países dependentes, especialmente no Brasil:

O avanço em direção às economias dependentes se deu por meio da incorporação das grandes burguesias destes países ao projeto neoliberal e pela imposição, por parte dos organismos multilaterais, de políticas de estabilização econômica que conduzissem às alterações necessárias. Estas políticas vieram sempre acompanhadas de intensificação dos fluxos financeiros em direção aos países dependentes e funcionaram como uma estratégia fundamental de apropriação de mais-valia extraída [...]. Aos países dependentes, cabia uma reconfiguração que passava pelo aumento da dívida pública como forma de justificar sucessivos

ajustes fiscais, alimentando a rentabilidade financeira e legitimando a canalização de recursos do fundo público para o capital, a condução de contrarreformas e a contenção de gastos sociais (Bretas, 2020. p. 159).

Dessa forma, ao contrário do que tentam pregar, o Estado nos países dependentes passa a ser fortalecido para garantir a expansão do capital e o processo de financeirização. Isto porque cabe ao Estado nos países dependentes propiciar as melhores condições de financeirização e de ampliação de lucros, e atuar para a realização da superexploração.

A superexploração é uma categoria que nos esclarece que, nos países de capitalismo dependente, “o trabalho é remunerado abaixo de seu valor” (Marini, 2011, p. 334), por meio da combinação de três mecanismos: “intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2011, p. 334).

Esse processo de implementação do neoliberalismo vai sofrer forte influência das recomendações e das orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia, como o BM. Vão constituir também características desse capitalismo dependente, que confronta a soberania. A respeito dessa questão, Osório (2014) vai nos lembrar que o processo de dependência e a superexploração vão ser as duas características marcantes do neoliberalismo.

No entanto, como o neoliberalismo não teve cumpridas suas promessas na ocasião de sua implementação, o que se viu foi um aprofundamento das relações de dependência e da crise estrutural do capital que, segundo Mészáros (2000), atingiu todos os limites possíveis. Porém, esse fracasso do neoliberalismo não foi o suficiente para frear a expansão da barbárie e o avanço das contrarreformas.

O Brasil é um país de capitalismo dependente que até hoje carrega marcas de seu passado escravocrata, com traços do sistema

patriarcal, de forma que as expressões da questão social aqui envolvem não só as relações de classe, mas também de gênero e étnico-raciais. Segundo Fontes (2010), só adentramos no estágio do capitalismo monopolista, ou melhor, nas palavras da autora, no período do capital-imperialismo na década de 70, período em que estava vigente a ditadura civil-militar imposta em 1964 de forma que só voltamos a viver em uma democracia na década de 1980.

Diz-nos Behring (2023, p. 14) que, nesse período de mundialização, o imperialismo e o subimperialismo vão se reatualizar, considerando que no cenário mundial é perceptível a existência de disputas pela hegemonia, assim como ocorrem “mudanças importantes nos padrões de reprodução do capital nos vários países, bem como contrarreformas do Estado tendo em vista facilitar o fluxo de capitais e a exploração dos trabalhadores”.

Lembramos que o “neoliberalismo” aportou no Brasil de forma definitiva após a aprovação da Constituição de 1988, bombardeada e retalhada desde então” (Behring, 2023, p. 17). A implementação de fato vai se dar com o Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE), o Plano Real, entre outras medidas dos governos que se seguiram, como ajuste fiscal (permanente), intenso processo de privatização, ataque aos poucos direitos sociais duramente conquistados no ringue da luta de classes e processo de contrarreformas nas políticas sociais, entre as quais a de saúde. São questões que passam a ser reconhecidas em nosso país com a chegada dos governos dos dois Fernandos, Collor e Henrique Cardoso, na década de 1990, mas que foram continuadas nos governos do PT que se seguiram no curso da história.

Nesse período, os aparelhos multilaterais de hegemonia não se acanham, pois, nos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2011), foram publicados os relatórios: *Governança no Sistema Único de Saúde (SUS) Brasileiro: Fortalecendo a qualidade dos investimentos públicos e da gestão de recursos*, em 2007, e o *Documento de avaliação do projeto sobre a proposta de empréstimo, no montante de 150 milhões de dólares, para a República Federativa do*

Brasil para o projeto de modernização dos hospitais universitários, em 2011. Além desses, nos mandatos de Dilma Rousseff (2012-2016), foi publicado o Relatório *20 anos da Reforma do Sistema de Saúde do Brasil: uma avaliação do Sistema Único de Saúde*, em 2013 (Santos, 2020). Embora tais governos adotem a agenda do social-liberalismo, uma variante do neoliberalismo, no Brasil é possível perceber uma melhoria na vida dos trabalhadores, mas essa fato não rompe com o processo de subfinanciamento das políticas sociais e com as medidas de ajuste fiscal permanente. Portanto, algumas incorporações foram realizadas à luz dos relatórios apresentados pelo BM.

A implementação dessa agenda se faz visível com a mudança na gestão do Ministério da Saúde. No início do primeiro governo Lula, a gestão ficou com o Partido dos Trabalhadores (PT), mas posteriormente houve mudanças e passou-se para o então denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando são aceleradas medidas que fortalecem o processo de contrar-reforma na saúde. Nesse sentido, Santos (2020) aponta algumas ações que compõem as orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia que foram colocadas em prática pelos governos do PT: modernização dos hospitais universitários por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), com aceite da sugestão de repasse da gestão dessas unidades hospitalares para uma empresa pública de direito privado, o que se consubstanciou como estímulo para a criação da EBSEH em 2011; abertura da gestão dos serviços de saúde às variadas formas de organizações sem fins lucrativos (OS e PPP); e ainda a alteração na Lei nº 8.080/1990 pela Lei nº 13.097/2015, que permitiu a participação de capital privado estrangeiro na assistência à saúde. Esse cenário favoreceu que fosse lançado, em 2014, um manifesto dando subsídios para a criação do Instituto Coalisão Saúde (ICOS), que defende veementemente a criação dos planos populares de saúde (Santos, 2020).

Ainda durante os governos de Dilma, o capital somou forças e avançou de forma avassaladora em direção ao fundo público, contribuindo para o estabelecimento de um cenário de desestabilização nacional, que teve seu ápice com o golpe institucional, midiático, jurídico e parlamentar em 2016. Nesse período, o PMDB, partido do vice de Dilma, Michel Temer, lançou, por meio da Fundação Ulysses Guimarães, o documento chamado *Uma ponte para o futuro*. No documento, sem nenhum constrangimento, claramente faz-se uma crítica ao financiamento na saúde pública brasileira, comparando-o aos gastos de países imperialistas, defende-se uma proposta de aumento do ajuste fiscal (permanente) e sugere-se a complementação dos serviços públicos pelas iniciativas privadas, entre outras afrontas de ordem fiscal e orçamentária (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Nas palavras de Santos (2020, p. 76): “esse documento mostra-se um programa de contrarreformas que delineia um processo de focalização das políticas, impossibilitando cada vez mais um SUS para todos”.

O documento *Uma ponte para o futuro* foi, na verdade, uma ponte para o ultraneoliberalismo, para o aprofundamento das contrarreformas na saúde e para a intensificação do ataque ao fundo público, como poderemos ver no próximo tópico.

As incorporações das orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia na política de saúde brasileira

O ultraneoliberalismo é uma fase mais complexa do neoliberalismo, que, segundo Behring (2023), caracteriza-se com uma dinâmica interna mais recente no Brasil pós-golpe de 2016. Segundo a autora:

[...] se instaura **o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal - EC 95 e 93 (2016); a contrarreforma**

trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência. É no contexto golpista e de seus desdobramentos, que o Brasil aporta às desastrosas cifras mundiais, números internos macabros e desproporcionais, em relação a países da América Latina e do mundo. **Isto porque tivemos desde 2016 uma combinação de golpe de Estado de novo tipo, crise burguesa orgânica, programa ultraneoliberal de ajuste fiscal e neofascismo no poder [...], este último desde 2019.** Desde então o Brasil tem sido a cena de um processo de devastação das pessoas e do meio ambiente sem precedentes (Behring, 2023, p. 18, grifos nossos).

É importante registrar que a atuação da classe dominante nesse período objetiva garantir as condições para a manutenção do capital “[...] no âmbito do capitalismo dependente brasileiro”, de tal forma “que para atender os interesses do capital financeiro dominante, atua em prol da privatização dos serviços públicos e das empresas estatais, bem como desconstrói os direitos sociais duramente conquistados ao longo dos anos” (Silva, 2023, p. 37).

Destacamos, também, que os ataques sofridos pela Política de Saúde no Brasil provêm das ações de continuidade de um Projeto Privatista engendrado por governos brasileiros que visam atender aos interesses do capital, intensificando as privatizações, principalmente na área da saúde.

O governo de Michel Temer (2016-2018), ao dar continuidade à agenda neoliberal privatista, contribuiu para o desmonte das políticas sociais e universais, principalmente da política de saúde. Behring (2019, p. 46) caracteriza a posse de Michel Temer em maio de 2016 como o terceiro momento do neoliberalismo no Brasil, cujo projeto estava expresso no documento de seu partido, o PMDB, intitulado *Uma ponte para o futuro*, lançado em 25

de outubro de 2015, “[...] que já apontava as articulações para o Golpe, e no qual se nota claramente a presença das linhas mestras do PDRE de 1995, [...]” (Behring, 2018, p. 3). O referido documento intensificou as medidas que contribuíram para o desmonte das políticas sociais e objetivou “[...] acabar com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde [...]. Significa também a impossibilidade de terminar e aprimorar a construção do SUS, fundamental e civilizatório Sistema Único de Saúde do Brasil [...]” (Paulani, 2016, p. 74).

Entre as medidas adotadas pelo governo Temer, destacamos: **1 - Portaria Nº 1.482, de 4 de agosto de 2016**, que institui um Grupo de Trabalho para discutir o projeto de Plano de Saúde Acessível ou Planos Populares, composto por representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG); **2 - Portaria Nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017**, que altera a Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS, extinguindo os seis blocos de financiamento (atenção básica, vigilância em saúde, média e alta complexidade, assistência farmacêutica, gestão do SUS e investimento) – os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, passaram a ser repassados na modalidade fundo a fundo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos: (a) Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde; e (b) Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde; **3 - Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e estabelece uma revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. A referida revisão promoveu, por exemplo, a vinculação do Núcleo

Ampliado de Saúde da Família (NASF) às equipes de Atenção Básica, agora chamado de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), o que representa um verdadeiro retrocesso na expansão do modelo prioritário da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Com relação à revisão da PNAB, Bravo, Pelaez e Menezes (2020) afirmam que tal iniciativa foi submetida a um debate em curto espaço de tempo através de uma ferramenta eletrônica, sendo que o texto não chegou a ser discutido com a sociedade civil e não foi analisado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). As autoras destacam ainda que, apesar de o

[...] texto afirmar que a Saúde da Família continua como a estratégia prioritária para a expansão e consolidação da Atenção Básica no Brasil, **o mesmo rompe com sua centralidade e institui formas de financiamento para outros arranjos assistenciais que não contemplem equipes multiprofissionais com a presença de agentes comunitários de saúde (ACS)**, possibilitando a organização da Atenção Básica, com base em princípios opostos àqueles norteadores da Atenção Primária à Saúde (APS). Estabelece a diferenciação entre ações e serviços de padrão essencial que seriam os básicos, e de padrão ampliado, que seriam os estratégicos, o que aponta para o **risco da seletividade e diferenciação do acesso da população à atenção básica**. Além disso, a chamada nova **política de Atenção Básica não enfrenta os desafios históricos de fixação dos profissionais, coordenação de cuidado e integração com outros serviços e níveis de complexidade, ampliação e melhoria do acesso e da base social, e**

o subfinanciamento (Bravo; Pelaez; 2020, p. 197, grifos nossos).

Entre as medidas que aprofundam o desfinanciamento das políticas sociais, destacamos a **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016** (que instituiu um Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, o que se reflete no congelamento dos gastos com saúde, educação, assistência, previdência, entre outros) e a **Contrarreforma Trabalhista**, estabelecida através da **Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017** (que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho).

É importante destacar que esse processo de contrarreforma se baseia em orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia, a exemplo do BM e da OMS. Silva (2017, p. 30) assevera que “[...] esses organismos, ao longo do tempo, recomendam a ampliação do setor privado no SUS e a diminuição do gasto público estatal com a saúde”. Tais orientações foram expressas em documentos, entre os quais, destacamos: *Um ajuste justo: análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil*, elaborado pelo BM e publicado em 21 de novembro de 2017, que faz uma análise sobre os gastos do governo, buscando identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável, com foco na eficiência da prestação de serviço e no corte drástico dos gastos públicos em benefício do capital. Com relação à saúde, o relatório sugere a realização de reformas estratégicas no SUS, tendo como justificativa a ocorrência de uma escala ineficiente de prestação de serviços, principalmente nos hospitais, mediante

[...] provável expansão da demanda por serviços de saúde devido à transição demográfica e ao crescente ônus das doenças não transmissíveis [...]. Primeiramente, há um número demasiadamente alto de

hospitais pequenos (que não são eficientes em termos de custos), o que reflete a **necessidade de equilibrar o acesso a serviços hospitalares com o tamanho ideal dos hospitais e a escala dos serviços**. Em segundo lugar, é necessário melhorar a integração dos vários níveis de prestação de serviços e a coordenação entre os prestadores de serviços de saúde. Por fim, é fundamental **introduzir incentivos** para impulsionar a produtividade dos profissionais de saúde e alinhar os mecanismos de pagamento dos provedores aos custos efetivos (Banco Mundial, 2017, p. 109, grifos nossos).

As propostas de reforma na saúde expressas no referido relatório promovem a focalização, a privatização e a não universalização do acesso à saúde, pois, além de não mostrarem o desfinanciamento crônico do SUS¹, impedem principalmente a sua materialização de forma 100% estatal, dando espaço à pactuação dos serviços através das *formas não clássicas de privatização da saúde*. Destacamos também que, no relatório intitulado *30 anos de SUS, que SUS para 2030?*, publicado em 2018 pela OPAS e OMS, já se propõe a cobertura universal de saúde² ao invés da universalidade do SUS, com centralidade na APS, apoiando a atuação

-
- 1 De acordo com Santos (2020, p. 84), os referidos aparelhos multilaterais de hegemonia, a exemplo do BM e da OMS, comparam “[...] o Brasil com países imperialistas, não levando em consideração a situação de dependência e suas particularidades, comparando o que, em outras palavras, seria incomparável, tendo por base o percentual do PIB que corresponde ao gasto na política de saúde dos países imperialistas e ao que é gasto com a política de saúde no Brasil”.
 - 2 O BM: “Defende a cobertura universal de saúde, em substituição ao termo universalidade como princípio do SUS, e deixa nítida, a cada recomendação, **a concepção de cobertura universal como um pacote básico de serviços**”

das *formas não clássicas de privatização da saúde* na prestação de serviços pelo SUS, a exemplo das PPP e OS.

Ressaltamos a continuidade da influência dos aparelhos multilaterais de hegemonia no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), expressa principalmente através da permanência do interesse privado pela política de saúde, porque ela dispõe do segundo maior orçamento da Seguridade Social e principalmente pelo potencial de obtenção de lucro em favor do capital financeiro. Entre as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro, destacamos: **1 - Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019**, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, objetivando o enfraquecimento da participação da sociedade civil nos processos decisórios; **2 - Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019**, que institui o Programa Previne Brasil, estabelecendo um novo modelo de financiamento de custeio da APS no âmbito do SUS, por meio da alteração da Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Isso significou:

[...] a substituição dos critérios até então utilizados no PAB fixo e variável para financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde. Com isso, **o novo cálculo para o financiamento passa a se basear pelo número de pessoas registradas em equipes de Saúde da Família e Atenção Primária cadastradas no Ministério da Saúde**, medida que atinge diretamente o caráter universal dos serviços públicos de saúde (Alves; Barbosa; Vieira, 2022, p. 181, grifos nossos).

e estratégia de focalização, afastando a perspectiva da atenção básica ampla de acesso universal” (Bravo, Pelaez, 2020, p. 203, grifos nossos).

A referida portaria promoveu o desfinanciamento do NASF, cuja atuação, através de suas equipes, era de grande relevância para as ações de promoção da APS na rede de saúde. A nova diretriz, além de deixar o financiamento a critério dos municípios, também promoveu a mudança na cobertura dos territórios dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Evidenciamos também a instituição do Programa Médicos pelo Brasil através da Lei Federal nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, no âmbito da APS no SUS, que autorizou o Poder Executivo federal a instituir um serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), que visava “[...] tornar o Programa Mais Médicos ‘mais técnico e menos político’, [...]”. Assim, esse governo **conseguiu reduzir os servidores médicos nas regiões e localidades mais atrasadas**, e que historicamente não [vinham] conseguindo reter esses profissionais. [...]” (Silva, 2020, p. 143, grifos nossos). Essa iniciativa, além de substituir o Programa Mais Médico, causou o seu desmonte ao contribuir para a retirada dos médicos cubanos e brasileiros do programa. Outra preocupação relevante no âmbito desse novo programa foi a criação da ADAPS,

[...] instituição de direito privado que objetiva substituir a administração direta da gestão da Atenção Primária do Sistema Único de Saúde. **Significa a materialização** de uma das principais recomendações do Banco Mundial para o Sistema Único de Saúde, a **expansão do modelo privatizante de gestão para dentro da Atenção Primária** (Alves; Barbosa; Vieira, 2022, p. 181, grifos nossos).

Em relação ao Decreto Nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, que dispôs sobre a qualificação da política de fomento ao setor da APS no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, objetivando a elaboração de estudos de

alternativas de parcerias com a iniciativa privada, ressaltamos que tais pesquisas eram direcionadas para viabilizar a manutenção do papel da iniciativa privada na APS. Tal iniciativa “[...] está de acordo com o recomendado pelo BM para realizar uma reforma neoliberal do Sistema Único de Saúde” (Alves; Barbosa; Vieira, 2022, p. 181).

No documento elaborado em 2019 pelo BM e intitulado *Proposta de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro*, além de focar no desmonte da APS, recomenda-se a racionalização da oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares, através da redução do “[...] número de hospitais e ambulatórios para maximizar economias de escala, e implantar sistemas funcionais de referência e contra-referência [sic]” (Banco Mundial, 2019, p. 12). Outra recomendação expressa nesse documento refere-se a *melhorar a coordenação com o sistema de saúde suplementar*, através da promoção de uma maior cooperação entre o sistema público e o privado, pois acredita-se que

Existe potencial para regular a relação entre os dois sistemas de forma a maximizar a colaboração, incluindo fluxos conjuntos de pacientes e de informações. Por exemplo, as operadoras de planos e seguros saúde têm crescentemente adotado ações na APS, o que pode ser uma oportunidade para complementar ações e garantir cobertura de serviços primários (Banco Mundial, 2019, p. 10, grifos nossos).

A defesa do sistema suplementar de saúde, principalmente através dos planos populares de saúde, é também uma das bandeiras defendidas pelo ICOS, que se autointitula como uma associação civil e privada, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, integrada por representantes de prestadores de serviço, de operadoras de planos de saúde, da indústria farmacêutica e da indústria de materiais e equipamentos de saúde, entre outros. O ICOS vem elaborando ao longo dos anos propostas para a saúde

no Brasil, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de ação de livre mercado e as parcerias público-privadas na prestação dos serviços no SUS.

Outro elemento de análise diz respeito ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, agravada pelas ações do governo Bolsonaro, que, junto a grupos de empresários, incentivou a população brasileira à desobediência das medidas de distanciamento e isolamento social. Segundo Bravo e Menezes (2021, p. 147), o referido governo fez “recrudescer a desigualdade social, já tão profunda em nosso país, e tem empreendido esforços para estabelecer uma falsa normalidade em nome do lucro, negando a Ciência e banalizando as milhares de mortes que ocorreram no país”. Behring (2023) enfatiza alguns dados factuais sobre esse processo, dentre os quais, destacamos:

Mais de 702 mil mortos na pandemia, sendo que parte destas mortes poderia ter sido evitada não fosse negacionismo (e sua truculência e descaso) no trato da pandemia no Brasil; e os aportes pífios de recursos no campo da saúde e em ciência e tecnologia, porque o que o governo Bolsonaro fez foi aumentar de forma insignificante o orçamento da Saúde, o que foi absolutamente insuficiente frente à demanda. Tivemos até junho de 2023, mais de 37,6 milhões de casos (Behring, 2023, p. 18, grifos nossos).

E por fim, Freire e Cortes (2020) afirmam que os Projetos de Emendas Constitucionais (PECs) perversos apresentados pela equipe econômica do governo Bolsonaro, com tonalidade de reformas econômicas, objetivavam “alavancar ainda mais as contrarreformas de financeirização da política social postas na atual agenda ultraneoliberal” (Freire; Cortes, 2020, p. 45).

Portanto, o que se observa, nas ações dos referidos governos, é o acirramento do desmonte das Políticas Sociais, com o fomento de ações que incorporaram algumas das principais orientações expressas nos documentos elaborados pelos aparelhos multilaterais de hegemonia, com o objetivo de favorecer os processos

de focalização, privatização e financeirização, principalmente no âmbito da Política de Saúde.

Considerações aproximativas

O estudo analisou como os aparelhos multilaterais de hegemonia têm contribuído para o processo de contrarreforma na política de saúde brasileira. Esse processo tem se constituído de várias formas, na ideologia, na economia e na política. Esses aparelhos, desde a criação do SUS, têm questionado a universalidade, ou seja, têm posto em dúvida a capacidade do Estado brasileiro de abarcar o financiamento, propondo a sua redução, através da Cobertura Universal da Saúde. Essa proposta não é nova, pois está presente nas proposições desses aparelhos desde a década de 1990. Com o advento dos governos ultraneoliberais, foi reatualizada, apontando a necessidade de nova forma de financiamento, de reestruturação da Atenção Primária à Saúde e de fortalecimento do sistema de saúde através das parcerias público-privadas.

Essas proposições, ao fortalecerem no campo ideológico o processo de contrarreforma na Política de Saúde brasileira, têm colocado o SUS em xeque, atuando em favor do seu desfinanciamento, através das cada vez mais crescentes formas de privatização clássicas e não clássicas que proporcionam a desidratação por dentro do sistema.

Referências

ALMEIDA, C. Saúde, política externa e cooperação sul-sul em saúde elementos para a reflexão sobre o caso do Brasil. *In*: NORONHA, J. C.; PEREIRA, T. R. (org.) **A saúde no Brasil em 2030**: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013. v. 1.

ALVES, P. K. L.; BARBOSA E. A.; VIEIRA, A. C. de S. Incorporação das diretrizes do Banco Mundial para a Atenção Primária à Saúde. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 50, p. 170-185, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/68519/42836>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Proposta de reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro**. [S. l.]: Grupo Banco Mundial, 2019. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/545231536093524589/Propostas-de-Reformas-do-SUS.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil. [S. l.]: Grupo Banco Mundial, 2017. v. I (Síntese). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In*: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes de (org.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória (ES). **Anais** [...]. 2018, v. 16, n. 1., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 10-22, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 10.530, 26 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10530.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.** Altera a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113097.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.** Institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113958.htm. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação Nº 6, de 28 de setembro de 2017.** Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 1.482, de 4 de agosto de 2016.** Institui Grupo de Trabalho para discutir projeto de Plano de Saúde Acessível. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1482_04_08_2016.html. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017**. Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3992_28_12_2017.html. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de. Saúde na atual conjuntura, a pandemia do coronavírus e as lutas da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 35, p. 143-156, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5348> . Acesso em: 26 jul. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, jan./jun. 2020. Disponível

em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630/25147. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRETAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

FREIRE, S. de M.; CORTES, T. L. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. *In.*: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: PMDB, 29 out. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAMSCI, A. O Risorgimento: notas sobre a história da Itália. *In.*: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAUG, W. F. *et al.* Historical-critical Dictionary of Marxism. **Historical Materialism**, [S. l.], n. 17, 2009. Disponível em: <http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/HKWM-HegemonicApparatus.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HOEVELER, R. C. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 145-159, 2019.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MARINI, R. Sobre a dialética da dependência (1973). In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, n. 4, p. 7-16, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório 30 anos de SUS, que SUS para 2030?**. Brasília: OPAS, 2018. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49663>. Acesso em: 17 jul. 2023.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, L. M. Uma ponte para o abismo. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Porque gritamos golpe?:** para entender o *impeachment* e a crise. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, G. G. **A saúde sob a mira dos aparelhos multilaterais de hegemonia do capital imperialista**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

SILVA, A. X. da. A Contrarreforma na Política de Saúde e a Função dos Intelectuais Coletivos. *In*.: SILVA, Alessandra Ximenes da; NÓBREGA, Mônica Barros da; MATIAS, Tháisa Simplício Carneiro (org.). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social:** as inflexões na política de saúde. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SILVA, M. G. da. **A relação público/privado na saúde:** as expressões das organizações sociais na Paraíba. 2023. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

SILVA, R. R. da. A dinâmica da neoliberalização e os ataques à Seguridade Social no Brasil. *In*.: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, S. S. de S. Expressões contemporâneas do imperialismo e desafios à sua análise. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 427-437, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e78015>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CAPÍTULO 6

FORMAS POLÍTICAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: O DISCURSO DE OLAVO DE CARVALHO E SUAS AFINIDADES COM O PROJETO MILITAR DE PODER

*Dandara Emilly Silva Chagas
Jamerson Murillo Anunciação de Souza*

Pressupostos teórico-metodológicos de análise

O marco teórico-conceitual de análise que define nosso método de abordagem consiste no referencial da tradição crítico-dialética, com destaque para as reflexões dos filósofos Karl Marx, sobretudo seus estudos reunidos em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), e Georg Lukács, com o *Para uma ontologia do ser social* (2013). A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e documental em fontes secundárias, com ênfase descritiva e reflexiva.

Nossa hipótese de trabalho é erguida a partir de duas variantes: o discurso irracionalista e reacionário do astrólogo Olavo de Carvalho, construído desde os anos 1990 como uma espécie de cruzada antiprogressista, designada neste trabalho como “olavismo”, e o projeto de poder de parte do alto comando das Forças Armadas, com destaque, mas não exclusividade, para o Exército.

Tal projeto de poder comparece ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro desde a fundação da República (Castro, 1995).

Por uma imposição de método na exposição, escolhemos abordar apenas elementos centrais para a nossa hipótese de trabalho. Isso significa que diversos conteúdos relevantes, documentados pela imprensa ou por pesquisas científicas, não poderão ser incorporados no trabalho. Para o escopo de um artigo desta natureza, a seleção dos conteúdos é imprescindível para a manutenção da objetividade e da concisão.

Tomaremos como referência apenas a ideologia de extrema direita produzida por Olavo de Carvalho e algumas teses que a aproximam do projeto reacionário-militar de poder. Com isso, não ignoramos que as formas políticas de extrema direita no Brasil possuem uma diversidade muito maior, que vão desde a organização criminosa de células neonazistas até a produção audiovisual sofisticada presente nas redes sociais. Entretanto, não é possível alargar demasiadamente o objeto, sob pena de se perder o corte vertical da análise.

Nossa discussão inicia situando a influência de Olavo de Carvalho na conformação ideológica da extrema direita no Brasil. São destacadas algumas âncoras de seu discurso refratário do *Tea Party* estadunidense, visando enfatizar a relação entre sua produção ideológica, que abrange tanto conteúdos textuais quanto audiovisuais, e a recente tecitura de um amplo espectro político radicalizado à direita, caracterizado por alguns intelectuais como *neofascismo*.

Na sequência, resumimos alguns pontos fundamentais do projeto de poder de setores do alto escalão das Forças Armadas. Com esse destaque, ansiamos por enfatizar que os privilégios gozados por esse segmento não se confundem com a condição de subalternidade do baixo oficialato ou dos praças. Qualificamos este projeto como *reacionário*, entre outras razões, porque representa um saudosismo idílico do Regime Civil-Militar (1964-1985), por oposição à “Nova República”, demarcada pela Constituição

Federal de 1988. Na perspectiva de parte da alta cúpula, vigora o mito da superioridade moral dos militares em relação aos civis, que contribui para um discurso divisionista e exclusivista, de natureza antidemocrática (Victor, 2022).

Por esses motivos, é possível identificar um *projeto de poder autocrático* nesse segmento, expressado concretamente, entre outras formas, em notas públicas assinadas pelo Alto Comando, por generais individuais da reserva e da ativa, além das notas do Clube Militar, inspiradas pelo anticomunismo da Guerra Fria¹ e em tons ameaçadores à “Nova República” (CLUBE [...], 2021). Estendendo um pouco a amostragem, é possível ainda acrescentar as posições publicadas em redes sociais, expressando conteúdos, ideais e ideias condizentes com o neofascismo.

Olavo de Carvalho: ideólogo do “negacionismo” e do projeto reacionário de poder

Olavo de Carvalho, astrólogo, atribuía a si mesmo o título de “filósofo”, mesmo sem formação em nível superior ou reconhecimento da comunidade acadêmica de Filosofia. Ao longo dos últimos 30 anos, alçou-se como uma espécie de “guru” para um espectro relevante de grupos de extrema direita no Brasil. Muitos de seus seguidores se referem a ele como “professor Olavo”. Essa

1 Iniciada no período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria representou as tensões político-ideológicas operacionalizadas pelos EUA e pela URSS, representantes de polos opostos: o capitalismo e o comunismo. Segundo Hobsbawm (2014, p. 229), “A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética”.

posição foi construída por meio de sua produção bibliográfica, atuação em redes sociais, “cursos” de filosofia *online* (sem reconhecimento do Ministério da Educação) e conteúdo audiovisual para a plataforma de vídeos YouTube.

Sinal de sua popularidade é o fato de ter se tornado um fenômeno no mercado literário nacional. São mais de 20 livros² publicados, alguns entraram em listas de mais vendidos das principais livrarias do país e nas revendedoras *online* como a Amazon. Durante a campanha presidencial de 2018, entre setembro e dezembro, as vendas de suas obras triplicaram, chegando a mais de 50 mil cópias vendidas, de acordo com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Monnerat; Sartori, 2019).

O mais vendido, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de 2013, estava sobre a mesa do então presidente eleito Jair Bolsonaro, em seu pronunciamento após a publicação do resultado da eleição, em 2018. Igualmente, foi ostentado na tribuna da Câmara Federal dos Deputados pelo parlamentar e filho do ex-presidente, Eduardo Bolsonaro, em discurso realizado em 8 de junho de 2018 (Central de Oposição, 2018).

O livro aparece também à mostra nas *lives* da ativista de extrema direita Sara Fernanda Giromini, conhecida como Sara Winter, investigada em inquéritos conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Sara Winter se destacou por uma militância política de ações extremas na conjuntura de 2018 a 2020. Povoou noticiários de circulação nacional liderando um grupo de emulação da Ku Klux Klan, intitulado 300 do Brasil (Diário de um Pernambucano, 2020). Também possuía uma livraria *online*, onde vendia uma série de livros para a “formação intelectual e política” conservadora, com temas que envolvem:

2 Entre eles, podemos citar *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (1994), *O jardim das aflições* (1995), *O imbecil coletivo* (1996), *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013), e *O futuro do pensamento brasileiro* (2016).

antifeminismo, “ideologia de gênero” e “escola sem partido”, entre outros assuntos encontrados na literatura olavista.

Atualmente Sara parece querer se desvincular da imagem de apoiadora do bolsonarismo, abandonando a militância de extrema direita e se desvinculando inclusive do codinome “Winter”, passando a utilizar o sobrenome do então marido, Huff. Essa mudança de rota se deu curiosamente após a morte de Olavo em janeiro de 2022, fazendo com que Sara buscasse se afastar das discussões políticas acerca das eleições presidenciais, declarando até mesmo que não apoiaria nenhum candidato na corrida, o que realmente fez, permanecendo afastada dos holofotes desde então (SARAH [...], 2022).

O “pensamento” de Olavo de Carvalho aparece como referência intelectual de vários integrantes (ou ex-integrantes, a depender da temporalidade escolhida para análise, dada a alta rotatividade das nomeações e exonerações) do Governo Bolsonaro e por seus filhos: Flávio³ (senador pelo Rio de Janeiro), Eduardo⁴ (deputado federal por São Paulo) e Carlos⁵ (vereador da cidade do Rio de Janeiro).

Os três filhos do presidente são investigados em inquéritos conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Polícia Federal (PF), envolvendo esquemas denunciados como “rachadinhas” (peculato na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro), “fake news” (suposto “Gabinete do Ódio”, cujo objetivo é assassinar reputações de opositores na internet) e “atos anti-democráticos” – manifestações conservadoras que defendem o fechamento do STF, do Congresso Nacional, o Ato Institucional nº 5 e a volta da Ditadura (Souza, 2021), cuja expressão mais recente

3 Em postagem no Twitter, Flávio Bolsonaro (2018) disse que Olavo é sua referência.

4 Em entrevista concedida ao programa “Mariana Godoy entrevista”, Eduardo contou que Olavo era referência filosófica (REDE TV, 2019).

5 Em postagem no Twitter, Carlos Bolsonaro (2019) afirma que Olavo é a inspiração por trás das transformações no país.

foram as invasões dos prédios dos três poderes, em 8 de janeiro de 2023 (TERROTISTAS [...], 2023).

Em comitiva presidencial aos Estados Unidos, pouco tempo depois da posse de Jair Bolsonaro, parte importante da cúpula do governo brasileiro foi recebida em um jantar na Embaixada brasileira. Os registros do momento atestam a presença de Olavo de Carvalho ao lado de figuras centrais naquele momento, como Sergio Moro (ex-ministro da Justiça), Eduardo Bolsonaro (deputado federal e filho do presidente), Ernesto Araújo (ex-ministro das Relações Exteriores), Steve Bannon (estrategista da recomposição do extremismo de direita no mundo, com tonalidades de neofascismo e uso intenso dos algoritmos das redes sociais), Filipe G. Martins, ex-assessor especial da presidência da república para assuntos internacionais, processado (Lindner, 2021) por reproduzir gestos supremacistas no Senado (BOLSONARO [...], 2019).

Orbitando esse núcleo, alguns discípulos olavistas, como os irmãos Arthur, ex-assessor especial da Presidência da República, e Abraham Weintraub, ex-ministro da Educação, Allan dos Santos, blogueiro, Oswaldo Eustáquio, blogueiro e jornalista, Roberto Alvim, ex-assessor especial de Cultura – demitido após a repercussão negativa de um vídeo em que emulou um discurso nazista inspirado em Goebbels (VÍDEO [...], 2020), Sergio Camargo, então presidente da Fundação Palmares (ALUNO [...], 2020), e Onyx Lorenzoni, ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência do Brasil, repercutiram as teses de Olavo de Carvalho operando diversas funções no poder público durante o governo Bolsonaro, tais como: comunicação, decisões executivas, indicações para cargos estratégicos de confiança, relações com a imprensa, arregimentação de quadros militantes, produção de intelectuais ativistas, diálogo com o setor empresarial, produção ideológica e discursiva, entre outras.

Por um tempo, Olavo chegou a ser inspiração do Movimento Brasil Livre (MBL), um dos mais combativos pelo *impeachment*

da ex-Presidente Dilma Rousseff. O MBL se afastou de Olavo ao longo de 2019 e chegaram a trocar acusações públicas nas redes sociais⁶. Com a catastrófica gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil, o MBL rompeu com o governo Bolsonaro e acabou assinando o “superpedido de *impeachment*”⁷.

No que concerne à oposição ao bolsonarismo, os membros do movimento que se afastaram da figura de Jair Bolsonaro, principalmente após a sua derrota nas eleições de 2022, buscam se adequar a uma “terceira via” de direita, visando manter sua relevância política e a obtenção de cargos no Executivo. Entretanto, permanecem com as suas convicções neoliberais, não se distanciando ideologicamente da essência do bolsonarismo⁸.

Além da produção literária propriamente dita, Olavo contava com um *blog* (OLAVO [...], c2017), onde escrevia suas reflexões. Antenado com os novos canais de comunicação, Olavo procurava ocupar as várias redes sociais e o mundo digital. Seu canal no YouTube, por exemplo, conta com mais de um milhão de inscritos e dezenas de milhões de visualizações⁹. Essa intensa atividade na

6 O MBL passou a criticar a influência de Olavo no governo, ao passo que Olavo atacava o MBL por não participar de atos pró-Bolsonaro (OLAVO [...], 2019; Schmitt; Roxo, 2019).

7 O documento foi protocolado no dia 30 de junho e contou com 45 signatários, entre parlamentares, partidos políticos e organizações da sociedade civil (VEJA [...], 2021).

8 Entre os exemplos mais emblemáticos vindos da relação entre MBL e Bolsonaro, temos o de Kim Kataguirí. As críticas ao governo se iniciaram em 2019, culminando no rompimento durante 2020, muito motivado pela catastrófica gestão da pandemia pelo então presidente. Atualmente deputado federal pelo estado de São Paulo, Kataguirí não poupa críticas ao ex-presidente e busca construir uma imagem de alternativa ao extremismo bolsonarista, mirando na disputa pela prefeitura da capital paulista (Azevedo, 2023).

9 O canal oficial de Olavo de Carvalho no YouTube atualmente possui 378 vídeos publicados, com mais de 67 milhões de visualizações.

produção audiovisual acabou se transformando em uma importante fonte de monetização para o astrólogo.

O guru presidencial tinha, entre suas principais estratégias, a propagação do *anticomunismo*, que é uma ideologia com raízes nos conflitos internacionais que marcaram a chamada Guerra Fria. A América Latina, nesse contexto, figurava como objetivo estratégico da dominação estadunidense. O Brasil, em particular, tem papel de destaque nesse objetivo, contando com importantes e poderosos setores colaboracionistas com os interesses estadunidenses.

O fetiche do “marxismo cultural” e a defesa da ditadura militar

O anticomunismo de Olavo de Carvalho tem como principal método de ação a ofensiva contra o chamado “Marxismo Cultural”. Alinhado ao discurso estadunidense de criminalização do comunismo e eglia ao capitalismo, o astrólogo aderiu às teses que ecoavam da Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)¹⁰ e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)¹¹,

10 O Ipes surgiu em 1961, criado por grupos de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo preocupados com o avanço das ideias comunistas, tendo como objetivo propagar ideias liberais de maneira a desencorajar a adesão às concepções socialistas no país. A linha de atuação incluía o financiamento de publicações, inclusive na grande imprensa, além da organização de palestras e o monitoramento de adversários esquerdistas (Motta, 2000).

11 O Ibad surgiu em 1959, criado pelo empresário Ivan Hasslocher, do ramo da publicidade, e se popularizou através da circulação da revista *Ação Democrática*, que tinha publicação mensal com conteúdo dedicado a atacar o comunismo, com matérias apontando a sua suposta “infiltração” no país, tendo por objetivo convencer a população dos perigos dessa corrente política e apontar a necessidade de organização para combater tais ameaças (Motta, 2000.)

além da linha argumentativa exposta no projeto Orvil (Meireles, 2020).

A ideia central defendida pelo olavismo, inspirada no Orvil, é a de que a Ditadura Militar (1964-1985) foi vitoriosa na “guerra” aberta, “campal”, contra os grupos da esquerda armada (QUAIS [...], 2019). Mas essa vitória não teria alcançado êxito no terreno da cultura, que envolve a academia, a imprensa, artistas e intelectuais. Esses setores teriam sido dominados pela hegemonia “esquerdista” e sobreviveram à “guerra” da luta armada. Sintetizando: a tese da “guerra cultural” pressupõe uma distinção formal entre a luta política e o ambiente cultural. Este último, supostamente hegemonizado pelas esquerdas, seria transformado em alvo estratégico da ação ideopolítica do neofascismo.

Caberia, portanto, nessa linha de pensamento alinhada à Doutrina de Segurança Nacional, completar o ciclo por meio da “guerra cultural”, que exigiria outros métodos de combate: patrulhamento ideológico, censura, destruição de reputações, assédio judicial, procedimentos disciplinares contra funcionários públicos e desmoralização das bandeiras das esquerdas, entre outros.

Na “guerra cultural”, um dos alvos centrais é o chamado “marxismo cultural”. É nesse ponto que o filósofo italiano Antonio Gramsci passa a ser identificado como um dos mais insidiosos representantes. Em seu livro publicado pela primeira vez em 1994, intitulado “A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci”, Olavo dedica esforços para provar a ameaça do que ele chama de “gramscismo” à sociedade brasileira.

Em sua visão, a filosofia marxista nem sequer se constitui como uma filosofia propriamente dita (acusação “curiosa”, vinda de um astrólogo), mas, sim, “Uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do ‘senso comum’ a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como ‘burgueses’, valores e princípios milenares” (Carvalho, 1994, p. 70).

Segundo o autor, as análises marxistas da luta de classes na história seriam um truque para enquadrar como “burgueses” valores que, segundo ele, são milenares e “naturais da sociedade”. No olavismo, a naturalização de processos históricos empreendidos pelos indivíduos tem por objetivo realizar uma apologia indireta ao capitalismo, de modo a conservar práticas, costumes e valores, conforme discute Lukács (2013) acerca da *decadência ideológica da burguesia*.¹²

Para Olavo, ecoando as teses irracionistas que atacam a razão e a modernidade, existiria uma espécie de “fé cega” na ciência moderna que, segundo ele, estaria impregnada de ideologias (na acepção de falsa consciência¹³) e espalhada por toda a sociedade. Por estar “contaminada” com ideologia¹⁴, a ciência de corte marxiano não teria validade. Antes, seria apenas “um símbolo aglutinador destinado a criar um senso de identidade

12 Para o autor húngaro, a apologética das contradições do capitalismo é característica da decadência ideológica da burguesia no período pós-revolução de 1789, quando, visando à manutenção da dominação de classe, torna-se *conservadora*.

13 A concepção de ideologia pensada enquanto *falsa consciência*, que norteia o pensamento olavista, é fruto de um processo de fetichização do conhecimento científico que busca descaracterizar e desqualificar determinadas correntes de pensamento, acusando-as de “ideológicas”. De acordo com Mészáros (2011, p. 141), “As tentativas equivocadamente concebidas de reduzir a ideologia à falsa consciência estão frequentemente associadas a uma visão rígida, fetichista de ciência. Os defensores dessa visão tendem a desconsiderar ou ignorar até mesmo as diferenças mais óbvias entre a ciência *natural* e as ciências *sociais*”.

14 Aqui compreendemos ideologia em sua visão *ampliada*, conforme discute Lukács ao destacar que a ideologia possui intrinsecamente uma *função social*, cumprindo o papel de dirimir conflitos, pois “é um meio de luta social, que caracteriza toda a sociedade” (Lukács, 2013, p. 465). Nesse sentido, a ideologia se configura como “a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (Lukács, 2013, p. 465).

e autoconfiança nos grupos sociais empenhados em espalhar a ideologia do anticristianismo militante” (Carvalho, 2013).

Sublinhe-se a ênfase olavista na contraposição entre marxismo e cristianismo. Esse será um elemento central para a formação do discurso sobre uma suposta “guerra espiritual”, encampada por setores evangélicos durante o Governo Bolsonaro contra todo o arco ideopolítico progressista. A “guerra espiritual” seria uma variante da “guerra cultural”, segundo a qual os valores e práticas cristãs estariam em constante ameaça frente ao avanço dos direitos de franjas marginalizadas e precarizadas da sociedade. Essa ênfase fetichizada, que tenta opor qualquer agenda progressista ao cristianismo, contribui na produção de uma espécie de “pânico moral” anticomunista (McLuhan, 1964), uma vez que o marxismo, nesse contexto, seria tomado como uma espécie de patrulha militante anticristã.

Nesse sentido, nota-se a formação de terreno fértil para o discurso das chamadas “teorias da conspiração”, que variam em graus mais ou menos estapafúrdios, de ideias antissemitas e racistas até a ufologia¹⁵. As teorias da conspiração contribuem para a formação do negacionismo científico. Elas costumam relacionar qualquer tema político progressista como manobras de uma conspiração de grupos obscuros ligados a uma suposta “nova ordem mundial”. Exemplo notável dessa relação entre as teorias da conspiração e o negacionismo é a QAnon (Fanjul, 2021), teoria conspiracionista muito influente nos Estados Unidos e atualmente presente também no Brasil.

15 O fomento desse conspiracionismo assume contornos delirantes enquanto é absorvido e reproduzido pelos sujeitos, pois corresponde a “uma construção organizada como um sistema, com lógica própria, embora pareça simplesmente uma narrativa absurda. “Estamos falando de uma construção paradoxal. De algo incrível, inacreditável e, mesmo assim, objeto da crença de seu autor. E de seus seguidores” (Tiburi, 2019, p. 15).

O tom predominante da ideologia olavista é o conspiracionismo, fornecendo teses reificadas à retórica da extrema direita brasileira. Alguns exemplos: i) o racismo não existiria, seria o discurso revanchista de vitimistas, (ii) o machismo seria a imposição natural das qualidades masculinas sobre as femininas, (iii) as lutas feministas seriam expressão de recalque sexual, recalque aqui tomado no sentido vulgar, (iv) homofobia seria uma invenção de esquerda para fazer valer a “ditadura gayzista”, (v) o período 1964-1985 não teria sido uma ditadura, mas uma necessária intervenção militar que ajudou a combater o comunismo no Brasil. A lista pode se estender, sempre no sentido da negação antitética de debates urgentes. Do mesmo modo, dá vazão à tentativa de revisionismo histórico, notoriamente em *O imbecil coletivo* (2018), um dos seus livros mais vendidos¹⁶.

Voltando ao “problema Gramsci” no olavismo, o astrólogo enxerga no pensador italiano um alto grau de ameaça à ordem, em virtude dos anos preso no cárcere fascista de Mussolini. Para Olavo, o cárcere de Gramsci o tornou solitário e “homens solitários voltam-se para dentro, tornam-se subjetivistas e profundos” (Carvalho, 1994, p. 54). Tal afirmação sugere que as contribuições de Gramsci foram produzidas a partir de um distanciamento da prática e da organização política que se deu nas ruas da Itália.

Na aceção olavista, o subjetivismo de Gramsci representaria a produção de um pensamento estratégico mais sutil e perigoso que os clássicos do marxismo. Para ele, Gramsci, impossibilitado de agir, teria criado uma estratégia para controlar corações e mentes, imperceptivelmente (Carvalho, 1994).

Em razão dessa suposta sofisticação e discrição é que Gramsci seria o “mais perigoso” dentre os marxistas e possuiria bastante influência na sociedade brasileira, principalmente nos partidos

16 No referido texto, Olavo escreve tópicos conspiracionistas como “mentiras gays” (p. 218), faz revisionismo histórico com a colonização africana (p. 82) e naturaliza a estrutura patriarcal da sociedade (p. 228).

políticos de esquerda e na cultura. Com essa associação direta e imediata entre Gramsci e os partidos de esquerda (ou de centro-esquerda), como o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁷, por exemplo, o autor não apenas vincula uma teoria conspiratória ao comunismo, gerando tanto anticomunismo quanto uma mentalidade antiesquerda genérica e difusa. Essa atuação política pode ser identificada como uma espécie de “hipocondria” do antiesquerdismo¹⁸.

O anti-intelectualismo, produzido simultaneamente à “hipocondria” do antiesquerdismo, assume também a forma do ataque às universidades públicas. Olavo e seus seguidores propagavam esses ataques em vídeos e em redes sociais, mas está latente também no material bibliográfico de sua autoria. O argumento é o de que o “Marxismo Cultural” estaria dominando as universidades do país, o que colocaria em xeque a produção de conhecimento nesses espaços – não é coincidência a afinidade entre essas “teses” olavistas e aquelas sustentadas pelo “movimento” “Escola sem partido”¹⁹.

A crença nessas ideias conspiratórias é de tal ordem que o olavista Abraham Weintraub foi nomeado para a pasta da Educação do governo Bolsonaro em abril de 2019, mirando atacar a suposta hegemonia do “marxismo cultural” na academia. Esse combate permitiria, ao mesmo tempo, atingir a suposta adesão ao comunismo decorrente da propagação dessas ideias na sociedade civil brasileira.

17 Em postagem no seu *blog*, Olavo afirmou que o PT estaria “imbuído” do projeto gramsciano (PT [...], 2008).

18 Paráfrase do termo “hipocondria da antipolítica”, que dá nome ao livro de Domenico Losurdo (2014).

19 A página oficial do movimento apresenta suas ideias e inclusive possui uma seção com anteprojetos pré-moldados para serem propostos em âmbitos municipal, estadual e federal (ESCOLA [...], c2019).

O resultado global do olavismo é o solipsismo ideológico, cuja métrica está referenciada exclusivamente nas opiniões do astrólogo e tomadas como verdades reveladas por seu séquito. Para os convertidos, a visão de Olavo tem prioridade em detrimento da ciência feita pelos cientistas com formação superior e pós-graduação, uma vez que ele não estaria “contaminado” pelo ambiente acadêmico supostamente esquerdista. O olavismo, nesse sentido, apresenta todos os indícios de uma seita política de extrema direita. Eis um provável fundamento material para a radicalização ideológica que culminou no terrorismo recionário-doméstico dos atos de 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Afluindo com a “hipocondria” do antiesquerdismo, com o solipsismo ideológico e com a Doutrina de Segurança Nacional, temos que o bolsonarismo e o olavismo se fundem numa apologetica do período ditatorial – modelo máximo de perseguição anticomunista no Brasil. O olavismo recolhe de relatos pessoais de defensores do Regime, por si mesmos, o substrato para a defesa da autocracia burguesa como salvacionismo anticomunista. O autoritarismo significaria uma espécie de última barreira contra o comunismo, “salvando” o país da “ameaça vermelha”.

No mesmo tom, Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador reverenciado por Jair Bolsonaro e seus asseclas, conflui o seu livro *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* (2007). Ancorado no Orvil, *A verdade sufocada* é um inventário de menções a atos da esquerda armada durante a história, visando justificar o regime de exceção como resposta de defesa aos ataques das esquerdas.

O objetivo desse livro, coadunando-se com o espírito geral do olavismo, é preparar o terreno de enaltecimento da Ditadura como “heroica” e “patriótica” em defesa do Brasil contra o comunismo. Nessa visão, o Brasil teria sido “salvo” da “ditadura comunista”, cujo objetivo seria o de solapar “liberdades”, fazendo do país uma

espécie de “China tropical”, caso os comunistas tivessem prosperado e tomado o poder.

Essa visão do torturador e coronel do Exército Brilhante Ustra está subjacente ao discurso do ex-presidente Bolsonaro, quando em aparições públicas ele se refere à “defesa das nossas liberdades como bem maior da nação, maior que a própria vida” (UOL, 2020). Trata-se de uma ideia restrita à concepção de que empreender a guerra cultural contra o comunismo significa, mecânica e messianicamente, a garantia da “liberdade”.

Nesse tipo de discurso, aliado ao conspiracionismo olavista e às tendências golpistas presentes no projeto militar de poder, circula a suposta liberdade dentro dos limites da pátria, da família e Deus, nomeando como inimigo qualquer ideia, pessoa ou grupo que tente questionar as noções construídas (e por vezes deturpadas) de tais conceitos. Nesse sentido, a lógica se assemelha ao clima experimentado no período bonapartista analisado por Marx (2011), ao destacar a concentração dos interesses dominantes no chamado *partido da ordem*, tomando por inimigos quaisquer grupos que atentassem contra o mote “*propriedade, família, religião, ordem*”. A partir dessa perspectiva, “Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como ‘socialismo’” (Marx, 2011, p. 37).

Isso explica a dificuldade de fazer frente a essa “guerra cultural” empreendida pelo bolsonarismo, uma vez que os mais simples questionamentos ou afirmações dos valores democráticos conquistados no período pós-ditatorial são deturpados e acusados de *esquerdistas*, pondo em xeque (delirantemente) o processo eleitoral e a liberdade de expressão política.

Ocorre, nesse tipo de contexto histórico, uma espécie de encurtamento do repertório de ideias políticas, com tendência à emergência de visões extremistas, eivadas por explicações

superficiais e ultrarreificadas sobre as questões da vida cotidiana, e intensos tons de “guerra santa” salvacionista. As lições de Marx (2011) ao analisar o bonapartismo podem oferecer excelentes sugestões de pesquisa sobre a origem e as expressões imediatas das formas políticas de extrema direita no Brasil, sobretudo à medida que muitas de suas características possuem paralelos históricos relativamente nítidos. Sem soçobrar em derivações lógicas mecanicistas, pois a história não se repete (senão como farsa), os efeitos de massa do bonapartismo (nas classes dominantes, nas classes de transição e no lumpemproletariado) podem servir como bússola analítica profícua na análise teórico-crítica das extremas direitas brasileiras.

Considerações finais

A alta cúpula das Forças Armadas ampliou sua força à luz do dia durante o governo Bolsonaro, ao tempo em que os olavistas mais efusivos foram sendo ejetados da administração. Alguns desses olavistas radicais “caíram para cima”, ao receber cargos estratégicos em organismos internacionais, como o Banco Mundial, ou foram acomodados no segundo escalão palaciano, dando continuidade à escalada negacionista em cargos estratégicos.

Essas acomodações, frente às mudanças na correlação de forças internas entre 2019 e 2021, denotam que houve um declínio da importância de olavistas singulares, mas o olavismo como “método de negacionismo” continuou permeando a lógica de atuação do governo nas políticas públicas. O “método de negacionismo” tem continuidade forte nas bancadas mais reacionárias do Parlamento, reagrupando e recompondo estratégias após a derrota nas eleições presidenciais de 2022. O objetivo central mais imediato desses setores é ter um bom desempenho nas eleições municipais de 2024 para que saiam fortalecidos e minimamente mais consensuados para a disputa eleitoral presidencial de 2026.

O olavismo, mesmo depois da fragilização acima citada, seguiu influenciando na amarração da governabilidade do presidente Bolsonaro. No entanto, havia uma força política com possibilidades práticas mais imediatas: o conjunto de partidos fisiológicos, que conformam o assim chamado “Centrão” (que pode ser apelidado também de “Arenão”, já que são forças remanescentes do partido da Ditadura), tinha cota de votos num possível (e muito remoto) processo de *impeachment* contra o então presidente Jair Bolsonaro. Essa jogada não estava à disposição do xadrez olavista, limitando substancialmente o seu poder de barganha na “pequena política” parlamentar. Dito de forma direta: na disputa por posições de influência, o olavismo (força ideológica mediata, com repercussões de longo prazo) foi vencido pelo Centrão (força política imediata, com predomínio sobre a agenda legislativa).

Com a repercussão das investigações da CPI da Covid e as suspeitas de corrupção na compra das vacinas, ocorreu o desmoronamento do principal discurso responsável pela eleição de Bolsonaro, o suposto “combate à corrupção”. Tais suspeitas põem em evidência também a participação de militares, da ativa e da reserva, nos esquemas de compras superfaturadas de vacinas, mediadas por atravessadores obscuros. Quando esses elementos passaram a predominar no debate público após a eleição do governo “Lula 3”, o método do negacionismo passou a sofrer um ocaso importante, mas não foi derrotado definitivamente. Segue fazendo recomposições com vistas às eleições municipais de 2024, como dissemos antes.

As reações dos militares às investigações tomaram formas concretas. Destacando-se a carta de repúdio divulgada pelo Ministro da Defesa Walter Braga Netto, assinada por ele e pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em que afirmaram “não aceitar” “qualquer ataque leviano” à “honra” das Forças Armadas. Esse é um exemplo, entre outros, que deixa transparecer intenções golpistas e tons de ameaça explícita às instituições republicanas, repetindo o ciclo já amplamente

estudado e demonstrado das Forças Armadas brasileiras, qual seja: a extrapolação de suas funções constitucionais, com fortes traços de autoritarismo e paternalismo personalista. Na mira dessas ameaças e conspirações, pouco tempo depois, virou alvo o Supremo Tribunal Federal.

Um dos efeitos resultantes da influência das ideias golpistas no campo bolsonarista, através da apologia à Ditadura Militar, é o desprezo pelas instituições democráticas e constitucionais. Com a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, iniciou-se um processo de contestação do resultado das urnas e da lisura do processo eleitoral, em que diversos apoiadores bolsonaristas acamparam em frente a quartéis espalhados pelo país clamando ao Exército uma intervenção militar.

Esse capítulo da nossa história recente é composto por imagens impressionantes, frutos de um negacionismo transformado em método de atuação política, estimulado pelo então presidente Bolsonaro e formulado previamente por Olavo de Carvalho, tendo como ápice os atos golpistas de 8 de janeiro, em que radicais bolsonaristas invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o STF (TERRORISMO [...], 2023).

A morte de Olavo, em janeiro de 2022, provocou um duro golpe entre os apoiadores de Bolsonaro, que consideravam o astrólogo um dos principais ideólogos no campo da extrema direita e um forte aliado no combate ao suposto “marxismo cultural”. Portanto, não parece ser despropositada a hipótese de desidratação continuada da influência olavista, cedendo definitivamente aos avanços fardados do generalato e fisiológicos do “Centrão”.

Um outro aspecto que põe em xeque a continuidade da relevância não apenas do olavismo na sociedade, mas também do projeto militar de poder, é a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. Se por um lado reconhecemos a perda que representou para a extrema direita o fato de Jair ser o único presidente na história do país a não conseguir se reeleger, também compreendemos a gigantesca mobilização política realizada

para derrotar nas urnas tal projeto de poder, o que não significa a eliminação de tais ideias na sociedade.

O olavismo, por exemplo, tem uma história de influência no revisionismo histórico e na propagação de negacionismo anos antes da conjuntura que levou Bolsonaro à vitória em 2018, ganhando centralidade e relevância no percurso trilhado pela base bolsonarista ao utilizar-se de tais ideias para justificar e pautar suas ações. Com essa partição política recente e pela capilaridade que atingiu, os efeitos dessa influência poderão não apenas ser observados como também voltar a pautar partidos políticos e candidatos.

Um dos pontos que também fragilizam o bolsonarismo (e consequentemente as ideias que lhe são intrínsecas) após as eleições de 2022 é a recente condenação de Jair Bolsonaro à inelegibilidade por oito anos (Prazeres; Mori, 2023), decisão tomada por maioria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal condenação impede Bolsonaro de disputar eleições até 2030, representando mais uma derrota para o campo bolsonarista.

A ascensão do olavismo como hegemonia ideológica e método de negacionismo parece estar se fragmentando ante as forças mais tradicionais e pragmáticas da política brasileira, enquanto o projeto militar de poder se fragiliza à medida em que se desenrolam as investigações da CPI (Yamaguti, 2023) dos atos antidemocráticos ocorridos em janeiro de 2023, entre outros inquéritos de investigação.

Por fim, ressalta-se que a reprodução de tais ideologias de extrema direita nos processos políticos no país dependem e variam de acordo com a capacidade de recuperação cultural, ideológica, econômica, organizativa e discursiva do campo progressista. As contradições da sociedade brasileira interditam qualquer antecipação peremptória. É difícil até mesmo indicar tendências gerais, uma vez que há uma ramificação ideológica, política e cultural extremamente complexa e de rápidas mutações.

O que há de concreto, nesse primeiro semestre de 2023, é um esforço amplo e continuado, mas também contraditório, de reconstituição do tecido institucional e de sua legitimidade política no âmbito do Poder Executivo federal. Uma espécie de “novo pacto social”, com bases de apoio político muito alargadas, ao ponto de incluírem demandas da própria extrema direita e do mercado financeiro, em nome da “governabilidade”. Há antecedentes históricos desanimadores desse tipo de estratégia e também de tática. O ponto de tensão é a pergunta: haveria outra com possibilidade concreta (tangível, palpável, não apenas ideal) de impor tais derrotas ao bolsonarismo?

Referências

ALUNO de Olavo de Carvalho assume coordenação de apoio a quilombos da Palmares. **Jornal NH**, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/noticias/pais/2020/08/14/aluno-de-olavo-de-carvalho-assume-coordenacao-de-apoio-a-quilombos-da-palmares.html>. Acesso em: 2 ago. 2023.

AZEVEDO, Victoria. Papel de Bolsonaro na oposição é sumir, diz deputado e líder do MBL. **Estado de Minas**, 2 abr. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/02/interna_politica,1476503/papel-de-bolsonaro-na-oposicao-e-sumir-diz-deputado-e-lider-do-mbl.shtml. Acesso em: 2 ago. 2023.

BOLSONARO posta foto ao lado de Olavo de Carvalho nos Estados Unidos. **Metrópoles**, 17 mar. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-posta-foto-ao-lado-de-olavo-de-carvalho-nos-estados-unidos>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BOLSONARO, Carlos. Alegar que @OdeCarvalho não é o principal inspirador de toda a transformação cultural que atravessamos é

puramente resultado do gramscismo aplicado em todos os cantos. [...] Rio de Janeiro, 6 fev. 2019. **Twitter:** @CarlosBolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1093174936859013121>. Acesso em 25 jun. 2021.

BOLSONARO, Flávio. Parabéns aos Professores pelo dia de hoje e muito obrigado por tudo que fazem pelo nosso Brasil. [...] Rio de Janeiro, 15 out. 2018. **Twitter:** @FlavioBolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/FlavioBolsonaro/status/1051861223770345472>. Acesso em 25 jun. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural:** Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi, 1994.

CARVALHO, Olavo de. **Modernidade real e imaginária.** [S. l.], 2013. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/modernidade-real-e-imaginaria/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **O futuro do pensamento brasileiro:** estudos sobre o nosso lugar no mundo. Campinas: Vide, 2016.

CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo:** atualidades interculturais brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CARVALHO, Olavo de. **O jardim das aflições:** de Epicuro à Ressurreição de César: ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil. Campinas: Vide, 1995.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República:** um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CENTRAL DE OPOSIÇÃO. Eduardo Bolsonaro ACABA com homenagem a Karl Marx na Câmara dos Deputados. **YouTube**, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uNI-tXiDkzzQ>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CLUBE Militar apoia Nota Oficial do Ministério da Defesa. **Clube Militar**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://clubemilitar.com.br/artigo/clube-militar-apoia-nota-oficial-do-ministerio-da-defesa/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

DIÁRIO DE UM PERNAMBUCANO. Os 300 do BRASIL de Sara Winter marcham em protesto contra o STF!. **YouTube**, 31 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YG-Chu5vxl30>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ESCOLA sem partido. c2019. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em 26. jul. 2023.

FANJUL, Sergio C. Teorias conspiratórias do QAnon varrem o mundo e são mais perigosas do que parecem. **El País**, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html>. Acesso em 26. jul. 2023.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LINDNER, Julia. Filipe Martins presta depoimento à Polícia Legislativa no Senado e deve ser indiciado. **O Globo**, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mOhYh-PdR00J:https://oglobo.globo.com/politica/>

filipe-martins-presta-depoimento-policial-legislativa-no-senado-deve-ser-indiciado24959763-&cd9=&hl=pt-BR&ct=clnk&gl-br. Acesso em: 2 ago. 2023.

LOSURDO, Domenico. **A hipocondria da antipolítica**: história e atualidade na análise de Hegel. Tradução Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem (*understanding media*)**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MEIRELES, Maurício. 'Orvil', livro secreto da ditadura, inspira guerra cultural de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 15 maio 2020. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GDw7TPoQe24J:https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/orvil-livro-secreto-da-ditadura-inspira-guerra-cultural-de-bolsonaro.shtml&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl-br>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONNERAT, Alessandra; SARTORI, Caio. Vendas de livros de Olavo de Carvalho triplicam desde eleição. Estadão, 19 jan. 2019. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pvPyMpiABM4J:https://www.estadao.com.br/politica/vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-des->

de-eleicao/&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 2 ago. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLAVO de Carvalho parte para baixaria com Kim Kataguirí nas redes. **Catraca Livre**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/olavo-de-carvalho-parte-para-baixaria-com-kim-kataguiri-nas-redes/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

OLAVO de Carvalho: Canal Oficial. **YouTube**, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/@opropriolavodecarvalho>. Acesso em: 29 ago. 2023.

OLAVO de Carvalho: Website Oficial. c2017. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PRAZERES, Leandro; MORI, Letícia. Bolsonaro inelegível: ex-presidente é condenado a ficar fora de eleições até 2030. **BBC News Brasil**, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjk861pk0eno>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PT, o partido dos ricos. **Olavo de Carvalho**: Website Oficial, 21 jan. 2008. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/pt-o-partido-dos-ricos/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

QUAIS foram os grupos guerrilheiros que atuaram durante a ditadura militar. **Gazeta do Povo**, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/quais-foram-os-grupos-guerrilheiros-que-atuaram-durante-a-ditadura-militar/>. Acesso em 26. jul. 2023.

REDE TV. Eduardo Bolsonaro sobre Olavo de Carvalho: “É nossa referência filosófica”. **YouTube**, 27 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITdPd-P9TBs>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SARA Winter muda de sobrenome e diz que não apoiará nenhum candidato. **Correio Braziliense**, 24 maio 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5010171-sara-winter-muda-de-sobrenome-e-diz-que-nao-apoiara-nenhum-candidato.html>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SCHMITT, Gustavo; ROXO, Sérgio. O que pensa a direita que se tornou anti-Bolsonaro. **Época**, 16 maio 2019. Disponível em: <https://web-cache.googleusercontent.com/search?q=cache:BvmvVI5Y5J0J:https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-pensa-direita-que-se-tornou-anti-bolsonaro-23669904&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SEMINÁRIO de filosofia de Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://sl.seminariodefilosofia.org/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SOUZA, Renato. Moraes abre novo inquérito e mira Flávio e Carlos Bolsonaro por fake news. **Correio Braziliense**, 1º julho 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4934900-moraes-abre-novo-inquerito-e-mira-flavio-e-carlos-bolsonaro-por-fake-news.html>. Acesso em: 2 ago. 2023.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. **G1**, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o->

-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml. Acesso em: 2 ago. 2023.

TERRORISTAS bolsonaristas invadem e depredam Congresso, Planalto e STF. **UOL**, Política, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-policia.htm>. Acesso em: 2 ago. 2023.

TIBURI, Márcia. **Delírio do Poder**: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

UOL. Bolsonaro diz que “liberdade é o bem maior de uma nação” em solenidade no Rio de Janeiro. **YouTube**, 17 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sfSsci91MC4>. Acesso em: 2 ago. 2023.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade Sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. São Paulo: Set, 2007.

VEJA a lista de quem assinou o ‘superpedido’ de impeachment de Bolsonaro. **G1**, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/30/veja-a-lista-de-quem-assinou-o-superpedido-de-impeachment-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2023.

VICTOR, Fabio. **Poder Camuflado**: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

VÍDEO de Roberto Alvim fez referência a discurso nazista. **Jornal da Globo**, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8246558/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

YAMAGUTI, Bruna. CPI dos Atos Antidemocráticos na CLDF: o que se sabe e o que ainda falta saber. **G1**, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/07/31/cpi-dos-atos-antidemocraticos-na-cldf-o-que-se-sabe-e-o-que-ainda-falta-saber.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CAPÍTULO 7

O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DO ULTRANEOLIBERALISMO NO BRASIL

Jordeana Davi
Fabrcio Rodrigues da Silva
Paloma Rávylly de Miranda Lima
Rayssa Késsia Eugenia Rodrigues

Introdução

O presente capítulo¹ se propõe a contribuir no debate sobre a apropriação do fundo público no ultraneoliberalismo, particularmente acerca das inflexões da intensificação do ajuste fiscal no Orçamento da Seguridade Social. Para isso, realizou-se pesquisa documental no portal de transparência do orçamento público Siga Brasil, bem como em fontes secundárias, relativas aos dados financeiros que tratam das Desvinculações de Receitas da União (DRU), das Renúncias Tributárias e do Orçamento Geral da União

1 Trata-se de uma síntese dos estudos realizados pelos pesquisadores no âmbito de três grupos de pesquisa: Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) da UEPB, Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS) da UERJ e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS) da UnB.

(OGU), incluindo o Orçamento da Seguridade Social (OSS) e, ainda, do serviço da dívida pública, no período de 2016 a 2022, que compreende os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Para leitura e interpretação dos dados coletados, optamos pelo método histórico-dialético (Marx, 1968), que nos permite compreender a estrutura dinâmica do objeto pesquisado, suas determinações e contradições, o que nos conduziu, inclusive, à realização de pesquisa bibliográfica no acúmulo teórico da crítica da economia política.

O capítulo segue estruturado em três itens: o primeiro versa sobre o debate acerca da crise do capital e a apropriação do fundo público; o segundo trata do ajuste fiscal permanente e os seus principais instrumentos de implementação, quais sejam: as DRU e Renúncias Tributárias incidentes sobre o OSS; e o terceiro problematiza as implicações do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional (EC) Nº 95/2016 no Orçamento da Seguridade Social, além de problematizar seus efeitos no que se refere ao pagamento dos serviços da dívida pública.

Crise do capital e padrão de financiamento do fundo público

A partir da crise estrutural do capital, a lógica das finanças aprofunda de maneira perversa a tendência do capital de invadir e mercantilizar as atividades mais corriqueiras da vida humana, estabelecendo novos mecanismos de subordinação do trabalho e da natureza (Ferreira; Scherer, 2005).

Segundo Mandel (1990), entre os fins dos anos 1940 e 1970, o capitalismo experimentou um padrão de desenvolvimento no qual suas crises periódicas foram postergadas. No entanto, em 1974/1975, ocorreu a primeira recessão generalizada na economia capitalista internacional do Pós-Segunda Guerra, que afetou todas as grandes potências imperialistas, promovendo um giro

profundo na dinâmica comandada pelo capital, impondo o fim do padrão de crescimento sustentado pelas ondas longas expansivas.

A partir dessa crise, ocorre a transição para o regime de acumulação flexível (Harvey, 1992), que pressupõe a exaustão do regime de acumulação rígida. Essas mudanças não são transitórias, mas estruturais, profundas, afetando a totalidade social. As soluções para o enfrentamento dessa crise consistem em empregos flexíveis, empreendedorismo, economia solidária, redução dos direitos trabalhistas e apropriação do fundo público², que historicamente foi fundamental para a acumulação capitalista.

No contexto dos “anos dourados”, Oliveira (1998) destaca a intensificação do papel do fundo público no processo de acumulação capitalista. Se de um lado, havia gastos sociais consideráveis destinados à reprodução social da classe trabalhadora, por meio das políticas sociais, por outro lado, existiam os recursos para a reprodução ampliada do capital, passando pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, inclusive com juros subsidiados para setores de ponta. Tais fatos revelam que a formação e o desenvolvimento do sistema capitalista são impensáveis sem a utilização do fundo público. Com a crise do capital, a fatia do fundo público destinada à reprodução social da força de trabalho foi questionada e atacada,

2 O fundo público é formado a partir dos recursos provenientes do trabalho excedente e do trabalho necessário. A parcela oriunda do trabalho excedente, ou seja, de mais-valia, é convertida em tributos recolhidos pelo Estado para execução de suas diversas atribuições. Já a parcela proveniente do trabalho necessário realiza-se por meio de uma fração dos salários dos(as) trabalhadores(as), que é direcionada ao pagamento de impostos diretos e indiretos (Behring, 2021). O fundo público deve ser analisado além do aspecto técnico-operacional, ou seja, aferindo como se forma e para onde se destina. É necessário, portanto, compreender que o fundo público envolve também luta de classes, em que a parcela destinada à reprodução social do trabalho vem sendo fracionada, enquanto, os subsídios para o capital continuam invictos.

postura a partir da qual surgem novas formas de apropriação dele, sobretudo, na esfera financeira, de modo que se revela o “indisfarçável acento ideológico na crítica à crise” (Oliveira, 1998, p. 24).

Nas sucessivas crises do capital, a burguesia sempre procurou estratégias de retomar as suas taxas de lucro, que afetam, sobretudo, a classe que vive do trabalho (Harvey, 1992). O capitalismo, ao restaurar-se da decadência do padrão de acumulação/regulamentação – fordista-keynesiano –, passa a instituir um novo regime de acumulação. Nos termos de Harvey (1992, p. 140) trata-se da “acumulação flexível que está articulada à mundialização do capital e ao neoliberalismo”. A crise de 1970 implicou no surgimento de um novo modelo de regulamentação, expresso no Estado neoliberal.

Nesse sentido, o neoliberalismo propõe uma intensificação do papel do Estado no tocante à reprodução do capital e ataca frontalmente o trabalho, a organização política dos(as) trabalhadores(as) e os direitos sociais. Além disso, ele redefine o lugar que o fundo público ocupa na sociedade capitalista, no qual o financiamento da reprodução social da força de trabalho será constantemente questionado.

Segundo Behring (2021), as crises capitalistas afetam o fundo público de duas formas: a primeira, em sua formação, o que resulta em uma tributação regressiva, ao passo que o fundo público é requisitado como catalizador dos efeitos da crise – esse processo também, estimula a criação de mecanismos de ajuste fiscal, a exemplo das Renúncias Tributárias e das DRU; a segunda está relacionada à sua destinação, quando os recursos provenientes do trabalho são reservados para honrar o serviço da dívida pública.

Em períodos de crise, as políticas sociais também são utilizadas como estratégias de extração de lucro. Isso ocorre em face da superacumulação de capitais que não encontram espaços para a valorização. Nesse sentido, aqueles caminhos ainda não percorridos pelo capital passam a ser mercantilizados, no caso, as políticas sociais, sobretudo, a previdência social, a saúde e a educação. Na

particularidade brasileira, diante do desfinanciamento das políticas sociais, via mecanismos de ajuste fiscal, a classe trabalhadora, que financia em maior proporção o fundo público, é impelida a buscar no mercado o que antes seriam direitos. Nesse contexto de apropriação do fundo público pelo capital, a tendência das políticas sociais, sobretudo daquelas que integram a Seguridade Social, é de mercantilização, focalização, privatização e desfinanciamento, em oposição à universalização e à integração entre as suas três políticas, conforme previsto constitucionalmente.

Feitas essas breves considerações acerca da crise do capital e as implicações sobre o fundo público, abordaremos, a seguir, as determinações políticas e econômicas da apropriação do Orçamento da Seguridade Social no contexto do ultraneoliberalismo.

Inflexões das Desvinculações de Receitas da União e das Renúncias Tributárias sobre o Orçamento da Seguridade Social

As formas de gestão da crise capitalista na particularidade brasileira nas últimas três décadas têm imposto um ajuste fiscal permanente (Behring, 2021), cujos instrumentos têm paulatinamente descaracterizado importantes conquistas da classe trabalhadora, sobretudo no que concerne aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 – tais instrumentos são expressos a partir das inúmeras contrarreformas nas políticas sociais (Behring, 2003).

Tendo sido plasmado pela famigerada retórica tecnocrática de equilíbrio nas contas públicas, na qual o receituário neoliberal se fundamenta, o ajuste fiscal permanente experimentou diversas variações ao longo dos governos que passaram pela Esplanada. Foi especialmente a partir do governo Fernando Henrique, em meados dos anos 1990, no qual se estabeleceu, entre outras medidas, o tripé macroeconômico da meta fiscal, do superávit primário e do câmbio flutuante, que a ofensiva neoliberal se consolidou no país.

Nele se constituiu um dos principais documentos orientadores do período, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (Brasil; Bresser-Pereira, 1995), que desenhou o arcabouço ideológico que “flexibiliza” direitos, possibilitando o livre acesso do capital no Brasil e instaurou efetivamente uma “cultura da crise”³ (Mota, 1995).

O espraiamento dos pontos nodais do ajuste fiscal permanente no Brasil teve deslocamentos consideráveis nas décadas seguintes, a partir das eleições dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Se esse período foi marcado por importantes continuidades no plano macroeconômico, como a sagrada manutenção e o aprofundamento do tripé macroeconômico e a realização de uma série de contrarreformas nos direitos sociais, contraditoriamente, também houve mudanças relevantes no plano da agenda social. Foi a partir dessa agenda que deslocamentos sensíveis foram observados, distinguindo essa conjuntura da ortodoxia neoliberal que caracterizou o governo anterior, configurando o que Castelo (2013) apontou como “social-liberalismo” e sua linha auxiliar “neodesenvolvimentista”.

É a partir de 2016 que mudanças significativas reforçaram a tendência à ortodoxia neoliberal em um novo e intensificado nível, aprofundando tendências imanentes da crise capitalista e as contradições sociais postas pela luta de classes. Foi nesse ano que se instaurou um golpe de novo tipo (Behring, 2021), com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, articulado por setores do Parlamento, do Judiciário e da mídia monopolizada do país, que “entronaram” Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) como chefe de Estado (2016-2018), realçando

3 Um dos principais instrumentos que passaram a orientar as décadas posteriores na efetivação da austeridade nas contas públicas se deu a partir da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

os elementos bonapartistas da “democracia blindada” brasileira (Demier, 2017).

Entre as resultantes deletérias desse processo, as mais expressivas foram: o avanço aberto da extrema direita no país, com uma rede organizada de atuação política e ideológica em diversas frentes, possibilitando um ambiente apologético que justificaria ideologicamente as mudanças em curso, capitaneando uma considerável adesão dos que mais sofreram com elas; as medidas de estrangulamento das contas públicas em privilégio ao capital financeiro; e o favorecimento dos setores que aprofundam a situação de dependência do país, a exemplo do agronegócio, com os mecanismos criados para intensificar a superexploração da força de trabalho do país.

As medidas de ajuste fiscal criadas para levar a cabo o receituário ultraneoliberal tomaram feições draconianas, posto que não encontram precedentes em outro lugar no mundo. A principal delas, o Novo Regime Fiscal, deu-se com a aprovação da Emenda Constitucional N° 95/2017, mais conhecida como “PEC da Morte”, que impôs um teto de gastos por 20 anos. Essa EC promoveu um verdadeiro ambiente de estrangulamento das contas públicas, ao impor que os gastos públicos tivessem crescimento em patamares abaixo da inflação e limitando os investimentos públicos por um longo período, com o objetivo de cumprir os compromissos firmados com as frações do capital financeiro, especialmente o pagamento do serviço da dívida pública.

Entre as medidas mais drásticas desse já perverso mecanismo de austeridade fiscal estão os chamados “gatilhos”, que seriam acionados, caso os gastos sociais crescessem acima da inflação, ou seja, se o teto fosse descumprido, inviabilizando o funcionamento dos serviços públicos. Em 2021, houve mudanças com um novo marco legal visando “corrigir” os problemas visualizados na execução de tais “gatilhos”, porém nada que modificasse o âmago das medidas impostas por tal teto. De um modo geral, esse mecanismo de ajuste fiscal provocou graves inflexões no financiamento

dos gastos primários, gerando impactos bastante regressivos na prestação de serviços públicos, entre os quais a implementação das políticas de seguridade social, que passaram a ficar sufocadas com o paulatino desfinanciamento do seu custeio⁴.

O panorama delineado a partir do governo Bolsonaro (Partido Social Liberal e Partido Liberal) no mandato de 2019 a 2022 aponta elementos de continuidades do receituário ultraneoliberal anterior e, principalmente, profundas rupturas com as dimensões democráticas, uma vez que feição antidemocrática do referido governo evidenciou não apenas o total descompromisso com as reivindicações históricas da classe trabalhadora, como também uma postura ativa de ataque contra elas. Esse contexto foi piorado, sobremaneira, no período da pandemia da Covid-19, no qual o enfrentamento da calamidade foi fortemente permeado pelas medidas de ajuste fiscal draconianas, adicionadas de um posicionamento negacionista, com impactos severos nos serviços públicos de saúde, o que acabou promovendo uma mortalidade em massa⁵.

4 Durante o desenvolvimento do presente capítulo, foi aprovada uma Nova Âncora Fiscal para substituir o Teto dos Gastos, proposta pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, cujos pontos principais da política fiscal envolvem a retomada, a partir de 2026, do resultado primário. Conforme elucida Salvador (2023), nesse novo arcabouço fiscal: “As despesas primárias também ficam limitadas ao piso e ao teto de crescimento, independentemente do crescimento da receita”. E continua: “Se não bastassem os limites impostos para o crescimento dos gastos sociais do governo, ainda vai ocorrer uma punição caso o resultado primário fique abaixo do piso mínimo, obrigando a redução do crescimento de despesas para 50% da variação da receita no exercício seguinte”.

5 Destaca-se que o Novo Regime Fiscal de 2016 era tão insustentável em todos os níveis que até mesmo Bolsonaro, quando conveniente para o seu governo, criou meios para driblar as imposições do Teto de Gastos. Além da criação de um “Orçamento de Guerra” próprio para os gastos com o enfrentamento da pandemia da Covid-19 (em parte já previsto na EC 95 para gastos emergenciais), acentuou drasticamente os gastos com as emendas parlamentares, especialmente as emendas de Relator, chegando ao todo o

São inúmeros os retrocessos históricos experimentados pelo país durante o governo supracitado. Especificamente no que pode se constituir diretamente como um mecanismo de ajuste fiscal, tivemos a aprovação da chamada “Nova Previdência”, por meio da EC Nº 103/2019. À revelia do debate público e baseada em projeções contestáveis⁶, tal contrarreforma promoveu grandes regressões nos direitos previdenciários. Entre as medidas mais regressivas expressas na “Nova Previdência”, destacam-se o aumento progressivo no tempo de contribuição, da idade mínima e da alíquota para acesso à aposentadoria; a criação de novos limites para o acesso à pensão por morte e a limitação do acúmulo de benefícios previdenciários. Seja para os(as) trabalhadores(as) do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou para aqueles(as) do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), os valores dos benefícios não poderão ultrapassar o teto estabelecido pelo RGPS, comprometendo a integralidade dos vencimentos e incentivando a adesão às formas capitalizadas de previdência.

Além disso, a contrarreforma da Previdência Social não atinge apenas os(as) trabalhadores(as) que contribuem para o Regime Geral e os(as) servidores(as) públicos(as) federais, mas também os(as) servidores(as) públicos(as) estaduais e municipais, cujo

gasto com emendas à cifra de mais de R\$ 56,6 bilhões, no período de 2019 a 2021 (Silva; Kolody; Caitete, 2022).

- 6 Puty e Gentil (2017) afirmam como são inconsistentes as diversas projeções atuariais pelas quais se baseiam os argumentos mais comuns que defendem as contrarreformas da previdência. Por sua vez, Granemann (2012) enfatiza que essas contrarreformas previdenciárias têm servido, essencialmente, para aprofundar a lógica mercantilizada e para capitalizar, por meio de formas privatizadas, a previdência dos(as) trabalhadores(as), sob o mote da previdência “complementar”, arregimentada principalmente pelos fundos de pensão. Nesses fundos, prevalece a lógica do seguro em detrimento da concepção articulada de Seguridade Social, na qual é fundamental a solidariedade intergeracional entre trabalhadores(as) ativos(as) e aposentados(as), além de pôr em risco o futuro das aposentadorias e pensões ao destinar os seus recursos para investimentos no mercado financeiro.

ente federativo possua Regimes Próprios de Previdência Social, haja vista que tal contrarreforma obriga todos eles a implementarem modificações para se adequarem ao que se preconiza na EC N° 103/2019, balizando a relativa autonomia que teriam na organização dos seus regimes previdenciários⁷.

Por outro lado, as gestões de Michel Temer e Bolsonaro aprofundaram, propositalmente, o desequilíbrio financeiro do OSS, por meio da manutenção de dois principais instrumentos do ajuste fiscal, quais sejam: as Renúncias Tributárias e as Desvinculações de Receitas da União. Esses instrumentos atendem diretamente aos interesses das frações do capital produtivo e do capital financeiro, respectivamente, que se beneficiaram com parcelas significativas de recursos que compõem o fundo público no Brasil, o que, conseqüentemente, implicou no desfinanciamento da reprodução social da força de trabalho, expresso na retração das políticas que compõem a Seguridade Social. No intuito de problematizar essa realidade, vejamos, na tabela a seguir, os dados relativos às Renúncias Tributárias incidentes sobre as contribuições sociais do OSS, no período de 2016 a 2021.

7 Ainda dentro das medidas de ajuste fiscal dos governos de Temer e Bolsonaro que têm impactado na autonomia relativa dos entes federativos, encontra-se também o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aprovado pela Lei Complementar N° 159/2017 e modificado pela Lei Complementar n° 178/2021, que tem como objetivo fornecer aos estados com grave desequilíbrio financeiro os instrumentos para o ajuste de suas contas. Entre as medidas para adesão a tal Regime, encontram-se tanto o que foi mencionado no parágrafo acerca da adequação dos Regimes Próprios de Previdência Social desses entes ao da União quanto a criação para os estados de um teto de gastos e de uma Previdência Complementar obrigatória.

Tabela 1 – Renúncias Tributárias sobre as contribuições sociais da Seguridade Social (2016 a 2021), IPCA, valores em milhões de reais (R\$)

ANO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	56.551	60.549	61.164	56.621	50.138	56.337
COFINS	61.039	65.381	71.641	81.172	81.455	91.526
CSLL	9.668	9.797	12.702	13.153	14.131	16.105
PIS/PASEP	11.966	12.778	13.931	16.557	16.516	18.726
TOTAL	139.224	148.505	159.438	167.503	162.240	182.694
TOTAL DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	936.734	982.173	997.128	973.087	900.536	1.003.300
% DAS RENÚNCIAS EM RELAÇÃO À ARRECADAÇÃO DO OSS	15%	15%	16%	17%	18%	18%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip, c2023).

Conforme os dados acima, as renúncias tributárias subtraíram do OSS o total de R\$ 959,5 bilhões no período analisado, o que é superior à arrecadação do OSS nos anos de 2016 e 2020, além de se aproximar do montante arrecadado pelo OSS de 2017, 2018 e 2019. Durante o período em questão, as renúncias tributárias sofreram crescimento em quase todos os anos, excetuando-se apenas 2020. Em 2017, registraram crescimento de 7% em relação a 2016, percentual de crescimento que se repetiu em 2018, comparado a 2017. Já em 2019, o percentual de crescimento foi de 5% em relação a 2018, caindo 3% em 2020, quando confrontado aos valores renunciados em 2019. No entanto, elas tiveram considerável aumento em 2021, em comparação a 2020, cujo crescimento foi de 13%, o maior da série histórica analisada. Sendo assim, o período analisado registrou a média de 5% de crescimento das Renúncias Tributárias.

Se observamos a participação das Renúncias Tributárias sobre a arrecadação do OSS, indicamos o significativo impacto que elas provocaram no período dos governos ultraneoliberais, considerando sua tendência de crescimento em relação à arrecadação. Tal impacto tem sido algo preocupante, uma vez que a variação

da arrecadação do OSS sofreu quedas significativas no período em questão, quedas motivadas, sobretudo, em virtude do crescimento do desemprego, demonstrando que os governos Temer e Bolsonaro realizaram concessões das Renúncias Tributárias sem a realização de estudos que avaliassem a situação da arrecadação do OSS. Estamos nos referindo ao significativo percentual de 15% de participação das Renúncias sobre as receitas do OSS nos anos de 2016 e 2017, aumentando para 16% e 17% em 2018 e 2019, respectivamente. Já em 2020 e 2021, as renúncias subtraíram, em cada ano, o equivalente a 18% do valor arrecadado pelo OSS. Em média, no período, as renúncias se apropriaram de 17% da arrecadação do OSS.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é a contribuição social mais atingida pelas renúncias no período, cuja participação foi de 47% no total das renúncias. Já a Contribuição para a Previdência Social teve a segunda maior participação, com 36% no total do período. Por sua vez, o Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) tiveram participação de 9% e 8%, respectivamente, no total de todas as Renúncias Tributárias do período analisado.

Destaca-se que esses valores renunciados se referem às contribuições sociais pagas pelos segmentos capitalistas dos diversos setores produtivos e de serviços, mas não às contribuições pagas pelos(as) trabalhadores(as), pois, especificamente no que se refere à contribuição da folha de salário, as renúncias não isentem a contribuição do(a) trabalhador(a). Por sua vez, significa reconhecer, com base na teoria do valor trabalho (Marx, 1968), que o pagamento pelos (as) trabalhadores(as) se faz mediante a destinação de parcelas de trabalho necessário, portanto, de parte de seus salários que constituem seu fundo de consumo. Uma vez capturados pelo Estado, por meio do sistema tributário, compõem o OSS para financiamento da sua reprodução social, conforme a definição constitucional de 1988.

As Renúncias Tributárias desobrigam as empresas de repassarem as contribuições ao OSS, parcelas que passam a constituir o fundo de acumulação dos mesmos segmentos capitalistas beneficiados por elas. Sendo assim, Silva (2020) defende a tese de que, portanto, as Renúncias Tributárias se constituem como instrumento que contribui para a superexploração da força de trabalho brasileira, já que os valores renunciados não cumprem mais a finalidade de financiar a reprodução social da força de trabalho, por meio da manutenção dos serviços e benefícios ofertados pela Seguridade Social. Se não cumprem tal função, acabam tendo a finalidade de compensar tais segmentos capitalistas que, pela condição de troca desigual na balança comercial, imposta pelo padrão produtivo dependente da economia brasileira, perdem parcelas de mais-valia, considerando que exportam mais matérias-primas, ou seja, mercadorias com baixo valor agregado, e importam produtos de alto valor agregado. Nos termos de Osório (2013, p. 63), “somente a apropriação de parte do fundo de consumo, para transferi-lo ao fundo de acumulação, constitui de modo simultâneo uma forma de aumentar a taxa de mais-valia e, por sua vez, uma forma de superexploração”.

Essa condição justifica a histórica disputa acirrada dos setores do capital produtivo e de serviços pela concessão das Renúncias no âmbito do orçamento público federal, que foram significativamente privilegiados pelos governos de Temer e Bolsonaro, capturando o montante de R\$ 959,5 bilhões no período analisado, conforme evidenciaram os dados analisados.

No tocante às DRU, a Tabela 2 mostra a desvinculação dos recursos sobre as contribuições do OSS no período de 2016 a 2021, o que nos possibilitará realizar uma leitura mais abrangente no que se refere às suas implicações.

Tabela 2 – Receitas das contribuições sociais desvinculadas pela DRU e arrecadação total do OSS (2016 a 2021), IPCA, valores em milhões de reais (R\$) e em porcentagem (%)

CONTRIBUIÇÕES DESVINCULADAS PELA DRU	ANO					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
COFINS	61.404	70.728	75.440	71.609	0	0
CSSL	20.443	22.695	23.565	24.606	0	0
PIS/PASEP	16.165	18.768	19.837	19.425	0	0
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	920	981	984	1.143	0	0
TAXAS DE ÓRGÃOS DA SEGURIDADE	286	232	281	299	249	249
TOTAL	99.218	113.404	120.107	117.082	249	249
TOTAL DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	936.734	982.173	997.128	973.087	900.536	1.003.300
% DA DRU EM RELAÇÃO À ARRECAÇÃO DO OSS	11%	12%	12%	12%	0,03%	0,02%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Anfp (c2023).

A manifestação concreta do ultraneoliberalismo no período em análise pode ser evidenciada pela leitura do orçamento público, de modo que nele se expressa a inclinação dos governos em questão para atender, ao máximo, as reivindicações de frações da classe burguesa. A DRU é um termômetro que mede a relação entre tais governos e o capital financeiro no país, uma vez que sua histórica finalidade tem sido a de garantir o alcance da meta de superávit primário, responsável pela manutenção do pagamento dos serviços da dívida pública.

Nesse sentido, as desvinculações operadas pela DRU incidiram expressivamente sobre as contribuições sociais do OSS no período analisado, com exceção da contribuição para o RGPS. No período, ela subtraiu o total de R\$ 450,3 bilhões, montante alcançado em função do aumento no percentual de desvinculação, que passou de 20% para 30% a partir de 2016, conforme definiu a EC N°

93/2016⁸, que também prorrogou a DRU até 2023. Ela incidiu de forma significativa sobre a segunda maior contribuição social do OSS, a Cofins, com 62% de participação no total das desvinculações do período. Em segundo lugar, a CSLL representou 20% de participação, enquanto as contribuições do PIS/Pasep, tiveram 16% de participação no total das desvinculações no período.

No que se refere à variação no período em questão, a DRU cresceu 14% em 2017 em relação a 2016 – crescimento, em menor percentual, foi de 6% em 2018 em relação a 2017. Em 2019, as desvinculações registraram queda de 3% em relação a 2018 e, conforme podemos evidenciar na Tabela 2, houve queda de 100% em 2020, quando comparada a 2019, mantendo-se o valor das desvinculações de 2020 em 2021. Em relação às desvinculações promovidas pela DRU com a arrecadação do OSS em termos percentuais, indicamos que as desvinculações representaram 11% do total da arrecadação do OSS em 2016, aumentando para 12% nos anos de 2017, 2018 e 2019, o que se torna preocupante, quando observamos queda na arrecadação do OSS no ano de 2019. Já em 2020 e 2021, os percentuais de participação da DRU na arrecadação do OSS despencaram, representando 0,03% e 0,02%, respectivamente, mas não afetaram a média de crescimento da DRU em relação à arrecadação do OSS, que foi de 8% no período analisado.

A redução do valor desvinculado sobre a arrecadação do OSS decorre do fato de que ela passou a não incidir, a partir de 2020, sobre as contribuições sociais mencionadas anteriormente, cuja incidência permanece apenas sobre as taxas de órgãos da seguridade social. Essa modificação foi ocasionada pela redação dada ao § 4º do artigo 76, da EC nº 103/2019, que definiu que “a

8 A Emenda Constitucional nº 93/2016 manteve a incidência da DRU sobre as contribuições sociais acima citadas, além de incidir sobre a Cide e demais taxas, permanecendo de fora a contribuição social do RGPS e o salário-educação.

desvinculação de que trata o *caput* não se aplica às receitas das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social” (Brasil, 2019). Contraditoriamente, isso ocorreu ao mesmo tempo em que se modificou o texto constitucional para promover mais uma rodada de contrarreforma da Previdência Social, atacando os direitos previdenciários.

No entanto, esse significativo deslocamento, no primeiro momento importante para a classe trabalhadora, precisa ser analisado sob a perspectiva da totalidade, de modo a o relacionarmos com os outros deslocamentos ocorridos no que refere às medidas de ajuste fiscal adotadas no mesmo período. Nesse sentido, as razões que levaram a essa medida estão motivadas pelo fato de que a DRU deixou de ser um instrumento eficiente para o alcance das metas de superávit primário que foram estabelecidas a partir de 2017. Essa função passou a ser desempenhada pelo Novo Regime Fiscal aprovado pela EC Nº 95/2016, cuja rigidez recai, exclusivamente, sobre as despesas primárias, incluindo os gastos sociais, para os quais impõe-se o limite no crescimento pelo período de 20 anos, conforme destacamos anteriormente. As inflexões desse Novo Regime Fiscal sobre o OSS serão problematizadas a seguir.

Novo Regime Fiscal, dívida pública e implicações no Orçamento da Seguridade Social

Como destacamos anteriormente, deflagrado o golpe institucional em 2016, uma das principais medidas apresentadas pelo governo Temer foi o Novo Regime Fiscal (NRF), instituído pela EC nº 95/2016, que criou um teto para os gastos primários na lógica inversa ao primado constitucional. O NRF foi uma medida inédita, pois condicionou o crescimento do orçamento público aos limites dos anos anteriores, atualizados pelo IPCA; além disso, os orçamentos das políticas de educação e saúde passaram a ser limitados pelo NRF, ou seja, rompeu-se com a vinculação de recursos mínimos previstos na CF/88.

Assim, durante os governos Temer e Bolsonaro, a apropriação do fundo público foi balizada principalmente pelo NRF, garantindo privilégios ao capital financeiro, pois essas medidas de ajuste fiscal foram adotadas como forma de garantir que o fundo público continuasse a favorecer a acumulação financeira.

Nesse sentido, as metas de superávit primário, a DRU, o NRF e as renúncias e isenções tributárias direcionam parte significativa do fundo público para a acumulação capitalista por diferentes vias. No âmbito da composição do fundo público, o resultado é a desoneração do capital, numa estrutura tributária que favorece a isenção dos capitalistas no Brasil, pois, em última instância, a tributação é repassada aos(as) trabalhadores(as) conforme evidenciado por Behring (2021, p. 42), que caracteriza o fundo público como “um compósito de tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário”, considerando que a força de trabalho é criadora da riqueza no modo de produção capitalista.

Em relação à destinação do fundo público, observamos que as medidas de ajuste fiscal vinham historicamente resultando no subfinanciamento das políticas sociais, mas, a partir de 2016, passaram a promover o seu efetivo desfinanciamento e, ao mesmo tempo, garantindo recursos para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Conforme os dados da Gráfico 1, apesar de não estar regulado constitucionalmente, construiu-se uma estrutura fiscal que favorece o serviço da dívida pública⁹.

É necessário ressaltar que, com o fim do estado de calamidade pública, deflagrado diante da pandemia da Covid-19, também

9 Cientes da importância política e social da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), ao facilitar o acesso ao debate e dados referentes à dívida pública, chamamos a atenção para a diferença entre os juros e amortizações e o refinanciamento. Este último constitui-se como uma operação de rolagem da dívida pública, com a contratação de nova dívida. Diferentemente, os juros e amortizações correspondem a uma efetiva apropriação do fundo público. Diante disso, na apresentação e análise dos dados, optamos por não utilizar os dados referentes ao refinanciamento.

termina o “orçamento de guerra” criado para o enfrentamento do novo coronavírus¹⁰. Nesse sentido, optamos por não trabalhar as despesas referentes ao orçamento da Covid-19, nos anos 2020 e 2021, no balanço apresentado na Gráfico 1. Além disso, também é necessário chamar a atenção para o exercício orçamentário em 2022, em grande medida inflado pelo programa Auxílio Brasil, que influiu no crescimento das despesas da função Assistência Social e foi utilizado como um artifício eleitoral pelo ex-presidente Jair Bolsonaro¹¹. Assim, o crescimento do orçamento da seguridade social foi alavancado pelo Auxílio Brasil no referido período.

Os recursos para o serviço da dívida pública, no período de 2010 a 2022¹², cresceram 253,92%, enquanto o OSS cresceu 43,60%, no mesmo período. Assim, o fundo público tem sido utilizado para garantir a valorização do capital financeiro, conforme demonstrado nas crises financeiras (de 2008, 2011 e 2015), nas quais o Estado desempenhou um papel fundamental para garantir a liquidez dos ativos financeiros, inclusive dos capitais fictícios. Dessa forma, o Estado tem desempenhado um papel ativo na socialização dos custos das crises financeiras.

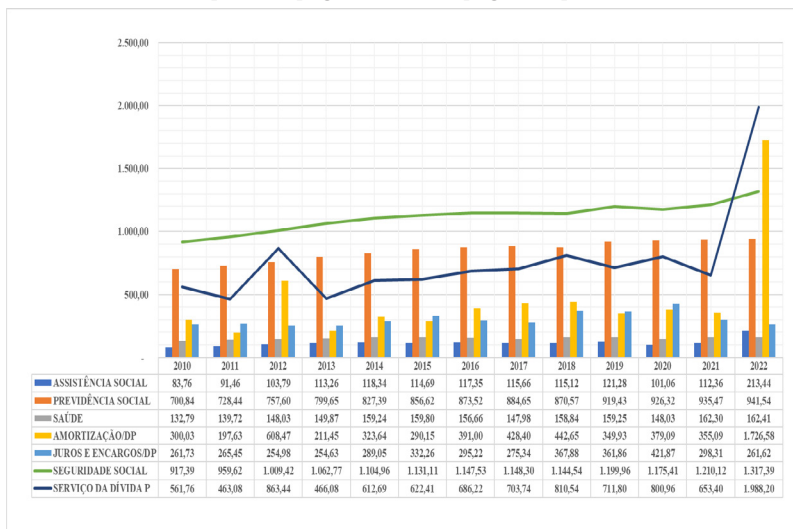
10 Aprovado por meio da EC Nº 106/2020, institui-se o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia de Covid-19.

11 Essa afirmação relaciona-se com as inúmeras declarações infundadas de Bolsonaro contra o Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, que servem como mecanismo de reprodução social da força de trabalho no contexto de desemprego crônico, como forma de garantir o consumo por meio de uma renda mínima de sobrevivência. Além disso, o Auxílio Emergencial, no contexto pandêmico, representou uma conquista que só ocorreu diante da pressão de setores da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, associadas à atuação dos parlamentares das bancadas mais progressistas do Congresso Nacional.

12 Nesse item, ampliamos a série histórica analisada, o que nos permite realizar análises comparativas em relação ao OSS e ao pagamento do serviço da dívida pública.

Ainda devemos considerar que, de 2010 a 2022, a média de gastos com seguridade social foi de R\$ 1,1 trilhão e a média de gastos com o sistema da dívida foi de R\$ 764,94 bilhões, de modo que, considerando a média do período, foi direcionado ao sistema da dívida pública em média 68,44% do que foi gasto com o orçamento da seguridade social. Deve-se, portanto, considerar que a seguridade social é um sistema amplo de garantia de acesso a políticas, programas e serviços voltados ao atendimento da população brasileira, enquanto o sistema da dívida remunera credores de títulos da dívida pública formada a partir de mecanismos fraudulentos (Davidoff Cruz, 1984; Fatorreli, 2012; Salvador, 2010) de modo a constituir-se como sustentáculo de valorização do capital financeiro, conforme observado no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Execução do Orçamento da Seguridade Social e pagamento do serviço da dívida pública, pagos e restos a pagar, no período 2010 a 2022



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (c2023) e Banco Central do Brasil – Bacen (c2023a).

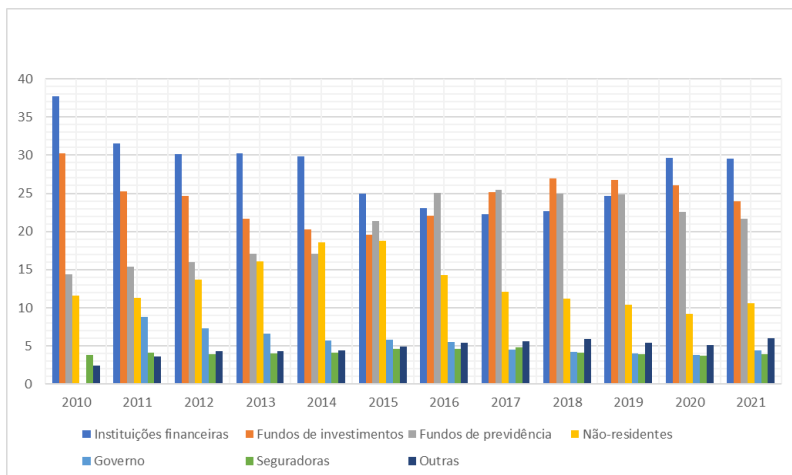
Observamos, a partir do Gráfico 1, uma tendência de desfinanciamento do OSS: a média de crescimento após a aprovação do NRF (2016-2021) foi de 1,12%, sendo insuficiente, aquém das necessidades concretas da população brasileira¹³. Optamos por não incluir, no cálculo anterior, dados de 2022, diante das particularidades da campanha eleitoral na qual o ex-presidente Bolsonaro utilizou os recursos do fundo público para tentar mitigar sua rejeição ante parte da classe trabalhadora. É importante destacar que o crescimento do OSS, em 2022, foi resultado do aumento da despesa com o programa Auxílio Brasil, apresentado por Bolsonaro como uma tentativa de garantir a sua reeleição no pleito eleitoral de 2022¹⁴. Em 2019, o PBF destinou R\$ 32,48 bilhões para o pagamento das transferências de renda direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade, alcançando 14.980.039 famílias; em 2022, o orçamento do Auxílio Brasil foi R\$ 113,02 bilhões direcionados a 21.405.345 pessoas, representando um aumento de quase 43% no número de beneficiários. Contudo, o modelo estabelecido no Auxílio Brasil rompeu com a rede de proteção social e significou o desmonte do Cadastro Único para os Programas Sociais (CadÚnico); além disso, corroborou um processo de responsabilização e culpabilização individual pelo desemprego e pobreza (Beltrão; Campello, 2021). Diante disso, concedia “prêmios” àqueles que conseguissem ingressar no mercado de trabalho, numa lógica meritocrática largamente difundida no Brasil.

13 Segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado pela Rede Pennsan, 58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau (FOME [...], 2022).

14 Ao criar o programa Auxílio Brasil, o ex-presidente não garantiu a previsão orçamentária para sua continuidade no exercício de 2023, tendo sido necessária a aprovação da PEC de transição nº 32/2023, transformada na EC nº 126/2023, apresentada pelo governo Lula para a manutenção do referido programa, no valor de R\$ 105 bilhões.

Retomando o debate sobre o orçamento direcionado para o serviço da dívida pública, os juros, encargos e amortizações ocupam lugar privilegiado nas agendas dos países dependentes, beneficiando os detentores dos títulos da dívida. No Brasil, conforme dados do Bacen (c2023b), são: 29,5% de instituições financeiras, 25,5% dos fundos de investimentos, 22,7% dos fundos de pensão e 9,5% de não residentes – os demais grupos somam 12,8% de participação. A principal tendência tem sido o crescimento da participação dos fundos de pensão enquanto detentores dos títulos da dívida pública. Esse grupo apresentou um saldo de crescimento de 15% em 2010 para 21,7% em 2021. Também é possível observar a diminuição dos títulos em posse do governo, que caíram de 8,8% em 2010 para 4,4% em 2021, conforme podemos ver no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Variação de participação dos credores dos títulos da dívida pública, em %, no período de 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados (Tabelas especiais) do Bacen (2023b).

Diante do conjunto de contrarreformas adotadas, o investimento na política social pública, universal e de qualidade é questionado e substituído pelo incentivo à busca de serviços ofertados no mercado. Assim, o crescimento do mercado de planos de saúde privados e dos fundos de pensão, um dos principais detentores dos títulos da dívida pública, evidenciam as contradições inerentes ao capital financeiro e à nova fase da acumulação, na qual o Estado atua ativamente garantindo a solvência das empresas capitalistas. Nesse sentido, no período analisado, a linha mestra do ajuste neoliberal foi o desfinanciamento do OSS, combinado à oferta de subsídios ao setor privado.

Considerações Finais

Partindo da perspectiva de que os(as) trabalhadores(as) são os principais financiadores(as) do fundo público, faz-se necessário questionar a destinação do orçamento para financiar o capital financeiro, além disso, é necessário reivindicar o uso do orçamento público na oferta de políticas sociais universais e de qualidade, conforme preceitos constitucionais. Nesse sentido, o presente capítulo contribui no debate sobre a apropriação do fundo público, indicando a necessidade de somar forças em prol da luta da classe trabalhadora para questionar a lógica ultraneoliberal vigente.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). Documentos. c2023. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/mdocuments-library/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Portal de Dados Abertos**. c2023a. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Tabelas especiais**. c2023b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BEHRING, E. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo, Cortez: 2021.

BELTRÃO, Sandra; CAMPELLO, Tereza. O Auxílio Brasil não é um novo Bolsa Família. É um pastel de vento. **Carta Capital**, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-auxilio-brasil-nao-e-um-novo-bolsa-familia-e-um-pastel-de-vento/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado; Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf/@@download/file/Plano%20diretor%20da%20reforma%20do%20aparelho%20do%20estado%20-%201995.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019. Brasília, DF. Disponível em: encurtador.com.br/pBDY4. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 106, de 7 de maio de 2020. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc126.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Lei Complementar Nº 159, de 19 de maio de 2017. Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp159.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Lei Complementar Nº 178, de 13 de janeiro de 2021. Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp178.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências. [Norma jurídica gerada: Emenda Constitucional nº 126 de 21/12/2022]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155248>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Siga Brasil**: sistema de informações sobre orçamento federal. c2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CASTELO, R. **O Social-Liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DAVIDOFF CRUZ, P. **Dívida externa e política econômica e padrões de financiamento**: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FATTORELI, M. L. **Caderno de estudos**: a dívida pública em debate. Brasília: Verbena, 2012.

FERREIRA, C; SCHERER, A. F. (org.). **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro**: reflexões e alternativas. Lajeado: Univates, 2005.

FOME avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. **Oxfam Brasil**, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GRANEMANN, S. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: GRANEMANN, S. *et al.* (org.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. O capital. **Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do anti-valor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OSÓRIO, J. Fundamento da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

PUTY, C. A. C. B.; GENTIL, D. L. (org.). **A Previdência Social em 2060**: as inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro Brasília: Anfiip; Dieese, 2017.

SALVADOR, E. As origens suspeitas do “arcabouço fiscal”. **Outras Palavras**, 2 maio 2023. Disponível em: Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-origens-suspeitas-do-arcabouco-fiscal/>. Acesso em: 13 maio 2023.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, F. R. **Implicações das renúncias tributárias no orçamento da previdência social no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

SILVA, F. R.; KOLODY, A.; LIMA, P. R. M.; CAITETE, T. S. Fundo público e emendas parlamentares: análises preliminares da execução orçamentária no período do governo Bolsonaro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2022.

CAPÍTULO 8

ENTRE IMPERIALISMOS, CRISES E NEOLIBERALISMOS: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Sheyla Suely de Souza Silva

Sayonara Santos Andrade

Larissa Martins de Almeida

Karla Queiroz do Nascimento

Ana Hortência de Azevedo Medeiros

Mayara Santos Brito

Considerações introdutórias: o capital imperialista, suas crises e o neoliberalismo

O Imperialismo emergiu das determinações da fase monopólicia do capitalismo, no início do século XX, quando a acumulação de capital na esfera da produção foi transferida para a esfera financeira e os países centrais transformaram-se em credores do resto das nações (Lênin, 2012), endividando-as e forjando-as como dependentes e “subdesenvolvidas”¹. Assim, a centralização e

1 A Teoria Marxista da Dependência evidencia a falácia da ideologia desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento e os fundamentos da dependência das economias periféricas.

concentração de capitais, o monopólio, a predominância dos bancos, a exportação de capitais e a dívida pública foram os principais fundamentos da emergência do Imperialismo², cuja “partilha do mundo” culminou nas grandes guerras e forjou o desenvolvimento desigual e combinado do sistema mundial do capital³.

A partir de meados da década de 1940, esse modelo de desenvolvimento do sistema mundial do capital teve seus fundamentos potencializados pelos desdobramentos da crise de 1929 e da conjuntura do pós-guerras, sob as influências da Guerra Fria e do apoio político-ideológico e econômico das agências multilaterais. Desde então, aos fundamentos da emergência do Imperialismo agregaram-se novas determinações, expressões e tendências, acirrando as ofensivas do capital contra as economias nacionais e os seus trabalhadores, sob a retórica do apoio ao desenvolvimento das economias retardatárias. As agências multilaterais passaram a subsidiar a institucionalização da desigualdade e da hierarquia entre economias centrais e periféricas, sob o protagonismo dos Estados Unidos (EUA) e a estratégia do endividamento.

Para Harvey (2014), no pós-guerras e diante da crise estrutural de 1970⁴, configura-se um novo-imperialismo, quando, diante das dificuldades de o capital empreender sua acumulação expandida, pautada na exploração e extração da mais-valia, esse

2 Esses fundamentos não foram os únicos: o colonialismo e as políticas tributárias e protecionistas, por exemplo, também fundamentaram a emergência do Imperialismo e, vale destacar, já haviam sido apreendidos por Marx (2013), mais de meio século antes.

3 O “desenvolvimento desigual e combinado” expressa e inflexiona a luta de classes, dada na universalidade do sistema e na particularidade das economias nacionais. Para Ianni (1974, p. 175), a dependência e o imperialismo são uma **unidade dialética** e “[...] se constituem reciprocamente, como expressões necessárias da reprodução ampliada do capital, em escala mundial”.

4 A Crise Estrutural do capital se arrasta até os dias contemporâneos e vem sendo agravada por várias outras crises conjunturais ao longo desses anos.

sistema passa a empreender uma “acumulação por espoliação”, priorizando práticas predatórias e fraudulentas, para apropriar-se das riquezas nacionais, sociais e culturais das economias. Essas proposições corroboram as afirmativas de Mészáros (2011) de que o capital já não consegue solucionar as suas contradições mais explosivas apenas na dimensão econômica, potencializando práticas de espoliação, mediadas pelos Estados nacionais, e as de Chesnais (2005), de que os Estados nacionais passaram a mediar o tripé de liberalização, desregulamentação e privatização, também necessário às desposseções do capital.

Para enfrentar a crise estrutural, o capital empreende uma mundialização pautada no predomínio da esfera financeira; uma reestruturação produtiva que abandona o modelo fordista e flexibiliza a produção e as relações sociais que a determinam e a disseminação de um aporte político-ideológico, para refuncionalizar os Estados nacionais, fazendo-os favorecer suas espoliações e expropriações e inculcar no ser social dos fins do séculos XX e do século XXI uma “nova razão do mundo”, que imprime, tanto nos homens quanto nas instituições públicas, uma sociabilidade calcada nas dinâmicas produtivistas, gerenciais e competitivas das empresas privadas e generaliza um comportamento de valorização da “adrenalina do risco empresarial” como modalidade de vida e trabalho, sob a percepção de que cada homem seria, em si, ele próprio uma empresa.

Essa ofensiva político-ideológica que inculca, instrui e institui a “nova razão do mundo” é o neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016)⁵, que subsidia, objetiva e subjetivamente, as ofensivas de

5 Antecipamos que a leitura de Dardot e Laval (2016) nos conduziu a perceber a necessidade de enfrentar problemas quanto à apropriação teórica e histórica que fizemos do neoliberalismo: primeiro, quanto a Mont Pelerin como seu momento de origem; segundo, quanto à afirmativa de que se tratou de uma ofensiva de minimização do Estado e, terceiro, quanto à sugestão de que o neoliberalismo teria surgido como contrarresposta direta

reestruturação produtiva e de mundialização financeirizada do capital.

Os equívocos historiográficos e teóricos e os propósitos ontológicos do neoliberalismo

Muito recentemente, já neste ano de 2023, questionamos graduandos e pós-graduandos de um grupo de pesquisa a respeito do que se trataria e quando teria surgido o neoliberalismo. As respostas foram emblemáticas dos equívocos que perduram na nossa formação: para eles, o neoliberalismo tratar-se-ia de “uma resposta à crise do Estado de Bem-Estar Social, que ganhou visibilidade em meados da década de 1970, embora tenha sido idealizado por Hayek, em 1944, na obra ‘O caminho da servidão’, e teria como princípio central a proposição de um ‘Estado mínimo’”. No entanto, ao analisarmos toda a trajetória neoliberal, não se evidencia qualquer instituição de algum “Estado mínimo”; essa propositura esvai-se de qualquer conteúdo ontológico, especialmente, no pós-*crash* de 2008, quando o Estado “agigantou-se” e a sua mão – absolutamente visível, indisfarçável e fiel ao capital – socorreu as instituições financeiras com recursos públicos, envolvendo-se ele próprio (o Estado) em operações de risco, pautadas em capitais fictícios e títulos podres, em nome de uma retórica de “economia saudável”.

É urgente compreendermos que o neoliberalismo não surgiu em 1944, com Hayek, e que se tratou muito mais de uma crítica exatamente ao “*laissez-faire*” (que pressupunha um Estado não interventor, em nome da liberdade e regulação de mercado), que de uma reação direta ao Estado de Bem-Estar Social, pois,

ao keynesianismo. Nada disso se sustenta factualmente, conforme a **historiografia** do neoliberalismo resgatada por Dardot e Laval (2016), ainda que lhes pesem críticas de ordem metodológica, tendo em vista o aporte da obra em Foucault e a carência da perspectiva ontológica.

inclusive, precedeu-o cronologicamente⁶ e defendeu um Estado forte e interventor, mas, em benefício exclusivo do capital, sendo garantidor do seu pressuposto de **competitividade**.

Em verdade, na sua emergência, ainda na década de 1930, o neoliberalismo cobrava um Estado forte, garantidor das condições jurídico-institucionais para a mais plena competitividade do mercado e, a partir da crise estrutural explicitada em 1970, da derrocada do chamado socialismo real na década seguinte e das potencialidades propiciadas pela revolução técnico-informacional daquele mesmo período, o neoliberalismo não **minimiza**, mas, sim, **refuncionaliza** os Estados nacionais, para que atuem ampla e fortemente na garantia, na segurança e na estabilidade do pleno direito da sua propriedade monetária concentrada no “ir e vir”, numa livre, instantânea e desembargada **mundialização financeirizada, flexível e neoliberal**, autorizada a competir em qualquer mercado interno nacional; a submeter a totalidade do setor produtivo aos seus interesses e a expropriar e explorar o conjunto da classe trabalhadora⁷, em escala planetária (Silva, 2021).

É no decurso da **mundialização financeirizada, flexível e neoliberal** e sob as suas determinações que analisamos, nos últimos dez anos, através das nossas orientações e pesquisas – articuladas nos âmbitos do PPGSS da UEPB, do Programa de Iniciação Científica (Pibic), do pós-doutorado e de estudos executados com apoio de um edital universal do CNPq –, a expansão, institucionalização, avanços, recuos, desafios e contradições da Política de Assistência Social brasileira.

6 Para uma aproximação com essa historiografia e os reais propósitos da emergência do neoliberalismo, no Colóquio de Lippmann, Paris de 1938, sugerimos Dardot e Laval (2016).

7 Para a apropriação do conceito de “propriedade monetária concentrada” do capital, sugerimos a leitura de Fontes (2010); e sobre o neoliberalismo como uma reivindicação/mediação do pleno direito de ir e vir dessa propriedade monetária concentrada do capital, sugerimos a leitura de Silva (2021).

A Assistência Social brasileira sob as determinações da ortodoxia neoliberal e do social-liberalismo

No Brasil, a Assistência Social pré-Constituição Federal de 1988 foi delegada ao livre arbítrio do setor privado filantrópico e confessional e, quando ofertada no âmbito público, foi marcada pela manipulação político-eleitoreira, espontaneísmo, clientelismo, patrimonialismo etc., integrando a cultura conservadora do Estado e o boicote da burguesia (cujo “DNA” é escravocrata, entreguista e contrarrevolucionário) a qualquer cidadania liberal-burguesa substantiva (Silva, 2013)⁸.

Foi no enfrentamento desses traços, na década de 1980, que as lutas populares converteram essa prática institucional voluntarista e clientelista em direito social, inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e, assim, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, a Política de Assistência Social (PAS) adensou uma proposta inovadora, embora tímida, de Seguridade Social, sendo, finalmente, alçada à condição de política pública. No entanto, apesar dessa condição jurídico-formal, a PAS passa a se deparar, já na década de 1990, com a agenda neoliberal dos governos pós-CF/88 até os dias contemporâneos. Vejamos, então, as inflexões das fases neoliberais do capital sobre a PAS, estudadas em sucessivas aproximações, durante os últimos dez anos.

A Assistência Social brasileira sob as inflexões do neoliberalismo ortodoxo

No plano ontológico, o estatuto formal de política pública atribuído à Assistência Social pela CF/88 sempre se deparou com

8 Em longo percurso não constitucional, a Assistência Social brasileira também permeou as demais políticas sociais setoriais, para garantir ao Estado nacional a possibilidade de, em todas elas, contrapor “[...] à universalidade dos direitos a seletividade do mérito social” (Sposati, 2011, p. 21).

resistências à sua implementação, especialmente marcantes nos períodos da ortodoxia neoliberal e, desde 2016, na fase ultraneoliberal do capital. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) teve seu primeiro Projeto de Lei (PL) integralmente vetado por Fernando Collor de Melo (1990-1992), em 1990. Após a aprovação do novo PL, em 1993, a resistência permaneceu nos governos seguintes. Itamar Franco (1992-1994) descumpriu o prazo para o reordenamento institucional da PAS, manteve as superintendências regionais da Legião Brasileira de Assistência e os escritórios do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência e impôs dificuldades ao funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Mas foi sob a ofensiva do governo neoliberal ortodoxo⁹ de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) que a PAS enfrentou os maiores desafios daquele período, uma vez que a Medida Provisória (MP) Nº 1.599-42 ampliou o intervalo de realização das Conferências para quatro anos; a MP Nº 880/1995 manteve restrições de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a MP Nº 813/1995 criou o Programa Comunidade Solidária (PCS), sob a gerência da Casa Civil – e não do Ministério da Previdência e Assistência Social – e presidência da primeira-dama, com intermédio de um “conselho consultivo”, à revelia do CNAS, afrontando os conteúdos jurídico-normativos, conceituais e institucionais da PAS e revigorando os traços de assistencialismo, patrimonialismo,

9 Em nossas análises, vimos considerando que a ofensiva macroeconômica neoliberal ortodoxa se inicia a partir do receituário do Consenso de Washington, em 1989, chegando ao Brasil durante o Governo Collor, consolidando-se no Governo FHC, perdurando até os primeiros anos da década de 2000, quando o neoliberalismo transita para a fase social-liberal, objetivada no Brasil pelos governos “neodesenvolvimentistas” de Lula e Dilma, entre 2003 e 2016, e, finalmente, a partir de então e até 2022, objetivaram-se as prerrogativas da fase ultraneoliberal do capital, através dos governos Temer e Bolsonaro.

clientelismo e fisiologismo que, historicamente, a esvaziaram dos conteúdos públicos de um direito social.

A ofensiva de contrarreformas de FHC, no que diz respeito específico à PAS, implicou, ainda, consequências como a restrição de avanços jurídicos, normativos e institucionais; desfinanciamento do setor e alocação de recursos em ações alheias ao seu marco legal¹⁰; esvaziamento, desqualificação e neutralização de seus espaços de participação e controle; e inobservância das deliberações das conferências nacionais de Assistência Social, entre outras práticas, que perduraram até 2004, em meio à adesão do Brasil à agenda social-liberal dos governos “neodesenvolvimentistas” de Lula e Dilma.

O neoliberalismo social-liberal e a assistência social no ciclo “neodesenvolvimentista”

Na fase ortodoxa, especialmente na macroeconomia, a ofensiva neoliberal refuncionalizou os Estados nacionais, para empreender medidas de estabilidade econômica interna (ajuste fiscal e controle da inflação), necessárias à segurança do “ir e vir do capital monetário”, tornado possível pelos avanços técnico-científicos. Promoveu-se, então, a liberalização financeira e comercial das economias nacionais; desregulamentaram-se as leis trabalhistas; articularam-se as privatizações e desmontaram-se direitos sociais.

No entanto, o receituário ortodoxo acirrou as desigualdades sociais e econômicas e globalizou situações de pobreza extrema, atingindo os países centrais, e foi ineficiente em seus planos de estabilização macroeconômica, desencadeando contestações em todo o globo e conduzindo o neoliberalismo à fase “social-liberal”,

10 O PCS chegou a receber consecutivas dotações orçamentárias superiores às do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) (Behring, 2003).

que propunha a manutenção dos mecanismos ortodoxos, mas aliados a uma pauta mais humanitária no enfrentamento da questão social, sob o mote do “**crescimento econômico com justiça social**”.

Foram diversas as evidências do atrelamento do “neodesenvolvimentismo” às prerrogativas sociais-liberais, tais como o próprio *slogan* e a ação de enfrentamento da fome que consagrou o Governo Lula internacionalmente, por retirar 36 milhões de brasileiros da estatística da pobreza e o Brasil do mapa da fome; e a emblemática ênfase do “Ministério do Desenvolvimento Social e **Combate à Fome**”, como se fosse possível alcançar o desenvolvimento social, combatendo a fome, isoladamente, sem o enfrentamento das demais expressões da questão social.

Entre 2013 e 2016, apreendemos, no processo de expansão da PAS, uma preeminência da transferência de renda, em detrimento dos serviços socioassistenciais, e que seu novo marco legal constituiu-se impregnado por conceitos sociais-liberais, tais como *justiça social, equidade social, risco social e vulnerabilidade social*, que mediaram a naturalização de uma concepção compensatória, focalizada e seletiva de Assistência Social¹¹, opondo-se a qualquer perspectiva de universalidade¹². Os nossos estudos evidenciaram, também, que a alardeada redução das desigualdades havia se dado apenas no âmbito do “intratrabalho”, mantendo as históricas desigualdades da dinâmica do trabalho *versus* capital, mesmo

11 Houve uma impregnação do novo marco legal da PAS por conceitos sociais-liberais calcados no arcabouço teórico-ideológico de apoletas do capital, tais como Amartya Sen, John Rawls e Ulrich Beck (Silva *et al.*, 2018). Tais conceitos tornaram-se correntes na cultura profissional dos assistentes sociais.

12 Cabe ressaltar que, num cenário de centralidade ou hipertrofia da PAS, tomada como uma panaceia no enfrentamento da Questão Social, essa concepção compensatória, focalizada e seletiva estendia-se para a proteção social e revigorava a “assistencialização” da Seguridade Social brasileira (Mota, 1995).

quando registrado o aumento da produtividade do trabalho¹³. Além disso, indicamos que a PAS foi expressivamente funcional para a acumulação financeira do capital internacional.

Enfim, até 2016, nossos estudos ratificaram que o “neodesenvolvimentismo” brasileiro materializou as prerrogativas sociais-liberais, tanto no âmbito da agenda macroeconômica quanto da proteção social dos governos Lula e Dilma, e que a expansão da PAS foi permeada por contradições que a situaram entre o atendimento das necessidades do trabalho e a funcionalidade para a acumulação do capital internacional, atuando tanto no **crescimento econômico** quanto na **justiça social** “neodesenvolvimentista”/social-liberal.

Nessa perspectiva, as contribuições da PAS ao crescimento econômico intermediaram a transnacionalização e financeirização do capital e a superexploração da força de trabalho, enquanto, no polo da justiça social, despolitizaram a questão social, ao promoverem ações focalizadas que reverteram estatísticas de desigualdade sem distribuir riqueza, mantendo os custos de reprodução da força de trabalho no âmbito do próprio trabalho e salvaguardando a riqueza do conflito pela sua repartição, para transferi-la ao capital internacional (Silva, 2013).

No entanto, apesar de os governos “neodesenvolvimentistas” não terem interferido na concentração de renda e terem mantido as regalias da burguesia interna, diante dos reflexos tardios da crise de 2008 chegados ao Brasil a partir de 2011, os representantes do capital optaram pela ruptura com a conciliação de classes e – recorrendo ao histórico bonapartismo –, através do

13 Sobre a promoção da justiça social “neodesenvolvimentista”, entendida como o enfrentamento da fome e da miséria e a redução de desigualdades apenas no âmbito do intratrabalho (distribuição pessoal da renda), mantendo incólumes as desigualdades abissais entre capital e trabalho (distribuição funcional da renda), recomendamos a leitura de nossos estudos sintetizados em Silva (2016).

Congresso Nacional e do Senado, “anularam” 54 milhões de votos e orquestraram um golpe jurídico-parlamentar e midiático, que, naquele período, teve seu ápice no *impeachment* da presidenta Dilma, levando o país a transitar para a fase ultraneoliberal¹⁴.

Os eventos que se desenrolaram no Brasil, passando pelas manifestações de 2013, pela reeleição de Dilma e por seu *impeachment* e pelos recentes governos de Temer e Bolsonaro, não podem ser compreendidos sem o recurso à categoria da totalidade, o que nos conduziu à análise da Crise de 2008, dada a universalidade do capital imperialista e suas determinações na particularidade brasileira¹⁵.

Crise de 2008, colapso do “neodesenvolvimentismo” e ultraneoliberalismo no Brasil

Lembremos que o social-liberalismo propôs o enfrentamento da pobreza extrema como prerrogativa da sua *justiça social* e a manutenção da liberalização, desregulamentação e privatização como prerrogativas do *crescimento econômico*. Nesse sentido, se o Brasil “neodesenvolvimentista” foi exemplo internacional do êxito da justiça social, diversas foram as economias – centrais e periféricas, incluindo o Brasil – que comemoraram o êxito do

14 Visando empreender e acelerar processos de expropriação e espoliação de direitos sociais e trabalhistas e de riquezas nacionais para dar lastro ao capital fictício, aos títulos podres e às dívidas neles baseadas, esse golpe – a nosso ver – mantém-se ativo e em disputa com as resistências e lutas progressistas, sendo imprevisíveis seus desdobramentos e podendo ainda ser derrotado ou, a qualquer tempo, lograr êxito.

15 Objetivando compreender as determinações da universalidade do capital sobre o evento do Golpe de 2016, esses estudos foram desenvolvidos através das políticas de qualificação e de internacionalização planejadas pelo PPGSS da UEPB, que nos liberou para a realização de um pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, de Portugal. As principais sínteses desses estudos podem ser acessadas em Silva (2021).

crescimento econômico. Segundo Duménil e Lévy (2011), nos primeiros sete anos, o social-liberalismo promoveu a *quintuplicação* da riqueza das classes superiores e, através da liberalização e desregulamentação, o capital movimentou imensos volumes de investimentos estrangeiros diretos e créditos bancários entre as economias nacionais, num acelerado processo de globalização financeirizada, que, ao mesmo tempo, favoreceu o crescimento econômico das economias e gestou os determinantes da crise de 2008 (*crash* de 2008)¹⁶.

Diante do *crash* de 2008, os Estados nacionais, explicitando a falácia de qualquer apelo neoliberal ao Estado mínimo, desembolsaram trilhões de dólares em benefício das instituições financeiras e, nesse movimento, lançaram mão de recursos públicos – cuja maior fatia, especialmente em sistemas tributários regressivos como o do Brasil, advém dos salários dos trabalhadores – e produziram capitais fictícios e adquiriram ativos podres, para “sanear” o mercado(!)¹⁷. Em diferentes graus entre países centrais e peri-

16 O *crash* de 2008 teve seu epicentro no setor imobiliário dos EUA, mas espalhou-se para todas as economias do globo e alcançou o setor produtivo. Seus desdobramentos recrudesceram os “limites absolutos” da crise estrutural que o capital enfrenta desde a década de 1970 e potencializaram as crises das dívidas soberanas (Silva, 2021), muitas delas aumentadas em mais de 40% entre 2007 e 2017, extrapolando os PIBs nacionais dos países centrais e periféricos e conduzindo o endividamento mundial a um patamar estimado em 237 trilhões de dólares, ou seja, algo em torno de 317% do PIB mundial (Botelho, 2018).

17 Segundo Cunha *et al.* (2015), “[...] de imediato, o Federal Reserve (Banco Central americano) destinou US\$ 180 bilhões aos bancos e o Tesouro Nacional americano comprou ativos podres de instituições financeiras privadas, na ordem de US\$ 850 bilhões. Os bancos centrais da Alemanha, França e Espanha desembolsaram, respectivamente, meio trilhão de dólares, US\$ 350 bilhões e US\$ 100 bilhões em socorro público às agências financeiras privadas. Após o socorro imediato aos bancos [...] sucederam-se montantes destinados à recuperação da crise, compostos por US\$ 787 bilhões para a retomada do crescimento da economia norte-americana e um trilhão de dólares foi desembolsado pelo Fundo Monetário Internacional

féricos, as inflexões do *crash* de 2008 implicaram em expressivo endividamento das economias; acirramento das disputas interimperialistas; arrefecimento das exportações (especialmente de *commodities*) e da produção; dissipação dos postos de trabalho e predomínio de uma riqueza baseada em capital volátil, fictício, amparado em pagamentos futuros, que demandam, com urgência, ganhar lastros em ativos reais (Silva, 2021).

Frente a essas inflexões, o capital colapsou o social-liberalismo e transitou para o ultraneoliberalismo, visando aprofundar a refuncionalização dos Estados; acirrar as espoliações e expropriações e obter tais lastros, na urgência requerida para a sobrevivência do sistema. Para tal fim, fizeram-se necessários golpes contra os regimes democráticos de países dependentes, tais como, Brasil, Colômbia, Venezuela e Argentina, visando reverter as agendas sociais-liberais e “neodesenvolvimentistas”. No Brasil, a movimentação pró-golpe tornou-se perceptível nas manifestações de 2013, quando, a despeito de terem sido deflagradas pelo campo progressista, no seu decurso, elas foram instrumentalizadas pela frente ampla da direita, que articulou os setores reacionários para empreender o descrédito de Dilma¹⁸.

(FMI) para a recuperação da economia mundial [...]” (*apud* Silva, 2021, p. 431). A argumentação de que o recurso a capital fictício e títulos podres é uma estratégia necessária ao “saneamento” do mercado expressa o mais absoluto cinismo dos atuais apoletas do capital.

- 18 Em 2014, a disputa eleitoral já foi fortemente marcada por traços fascistas e golpistas, tendo o insustentável questionamento do resultado das urnas. Durante 2015, o Congresso Nacional, em conluio com a grande mídia e sob a omissão de um “STF acovardado”, depreciou a popularidade da presidenta Dilma e inviabilizou sua governabilidade, impedindo a votação ou derrotando as pautas voltadas ao enfrentamento das inflexões do *crash* de 2008, que se tornaram um tsunâmi, apesar de, em 2008, o então presidente Lula ter afirmado que essas inflexões não passariam de uma “marolinha” na economia brasileira.

Na mais dura frente de ataque, em outubro de 2015, o então PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer, cumprindo as determinações do seu DNA de traição¹⁹, acenou para um acordo tácito com a frente única burguesa, comprometendo-se, através do documento “Uma ponte para o futuro”²⁰, a empreender a transição do país para o ultraneoliberalismo e suas pautas nefastas de expropriação dos trabalhadores e espoliação da nação, em troca do apoio da burguesia reacionária ao golpe que seria cometido. Em breve resumo, essa foi a trajetória do Golpe de 2016, pelo qual a frente única da burguesia interna, representada no Congresso Nacional pela extrema direita reacionária, forjou o caos econômico, político e social e o ambiente de impopularidade da presidenta – com amplo recurso à misoginia, diga-se de passagem –, obtendo o seu *impeachment* e conduzindo o país ao ultraneoliberalismo através do Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Após usurpar a Presidência da República, Temer conduziu o ajuste fiscal e a retirada de direitos sociais e trabalhistas²¹. Entre as suas medidas mais expressivas, estão as Emendas Constitucionais Nº 93 e Nº 95 – a primeira prorrogando até 2023 a elevação do

19 Fazemos aqui alusão às posturas do recém-instituído MDB, sigla pioneira desse partido (e também a atual), que, no período da redemocratização do país, propôs a bandeira das eleições diretas e, depois, ignorando toda a luta popular que se engajou para defendê-la, capitulou da proposta e votou contra a emenda Dante de Oliveira e a favor de eleições indiretas, via Congresso Nacional (Mazzeo, 1988).

20 O documento (Fundação Ulysses Guimarães, 2015) deixava inequívoco o verdadeiro alvo do golpe: os direitos sociais, trabalhistas e até civis dos trabalhadores brasileiros, sendo, pois, a nosso ver, no mínimo, um grande equívoco as adesões de setores progressistas ao “Fora Dilma”, especialmente após terem lido e analisado o referido documento.

21 As contrarreformas eram justificadas “pelo argumento da contenção da dívida pública, cuja explicação para elevação recaí nos ‘exorbitantes’ gastos do Estado brasileiro, que para tanto, deve economizar para pagar a própria dívida. Ou seja, o gasto público gera dívida, que, portanto, deve ser contido para pagá-la.” (Behring; Cislighi; Souza, 2020, p. 114).

percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30% sobre o Orçamento da Seguridade Social²² e a segunda criando o “Novo Regime Fiscal”, que congelou por 20 anos o teto de gastos com as despesas primárias²³. Essas medidas iniciavam a materialização das promessas acenadas no documento “Uma ponte para o futuro”, Carta-Programa do Governo Temer. Dando sequência, em 2017, Temer aprovou a contrarreforma trabalhista (Lei Nº 13.467), eximindo as empresas de responsabilidade quanto aos direitos trabalhistas e deixando grande parte da classe trabalhadora sem proteção (Andrade, 2019).

No âmbito da PAS, contraditoriamente, enquanto o país apontava indicadores sociais preocupantes, assistíamos, já em dezembro de 2016, ao anúncio do cancelamento de 469 mil benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e bloqueio de outros 667 mil, o equivalente a um corte no gasto anual de R\$ 2,4 bilhões²⁴, antecipando como os governos ultraneoliberais lidariam com a “questão social”. Também em 2017, Temer instituiu o “Plano Progredir”, para jovens inscritos no Cadastro Único acessarem microcrédito ofertado pelo Estado e abrirem pequenos negócios, colocando a PAS a serviço do empreendedorismo e flexibilizando

22 A DRU permitiu desvincular os recursos que deviam estar financiando as políticas da seguridade social para empregar livremente no orçamento fiscal, de modo a custear vários tipos de despesas, sendo uma parte destinada para o pagamento de juros e a amortização da dívida pública (Gentil 2016 *apud* Andrade, 2019).

23 A PEC Nº 55 ficou popularmente conhecida como a PEC do “fim do mundo” e congelou as despesas primárias dos Poderes e órgãos da União, relacionadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais. Convenientemente, as despesas financeiras não foram limitadas e o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida seguiu incólume (Andrade, 2019).

24 Vale destacar que o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) do Governo Temer (2016), Osmar Terra, foi, mais tarde, ministro da Cidadania no Governo Bolsonaro (2019) e seguiu realizando cortes no PBF, fechando 2019 com mais de 1,3 milhão de benefícios cancelados, o equivalente naquele ano a um corte de R\$ 1,4 bilhão (GOVERNO [...], 2020).

direitos trabalhistas e previdenciários²⁵. A proposta fez com que o trabalho financiasse a crise do capital, conforme sinaliza Mota (2019) e, mais uma vez, desenhavam-se os indícios da barbárie ultraneoliberal brasileira, de características fascistas, que se consolidou no resultado das eleições de 2018.

O Governo Bolsonaro (2019-2022) foi a representação mais agressiva da agenda ultraneoliberal no país, explicitando a inevitável barbárie do capitalismo tardio, pois, aliou a ortodoxia macroeconômica com o neoconservadorismo, o profascismo, o negacionismo e um reacionarismo político-cultural calcado em ideologias e práticas moralistas, fundamentalistas, racistas, LGBTQIA+fóbicas e misóginas, numa tentativa de reconfigurar a economia, a política, a cultura e as relações sociais em geral, pautando-as na mais absoluta competitividade, irracionalismo e individualismo, conforme pretende a *mundialização financeira, flexível e ultraneoliberal* do capital.

Entre as principais ofensivas de Bolsonaro contra os direitos dos trabalhadores, podemos destacar a contrarreforma da Previdência, que restringiu o acesso da classe trabalhadora à aposentadoria e impulsionou sua submissão da política previdenciária às práticas especulativas dos capitais privados, e o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, recrudescendo a Contrarreforma Trabalhista de Temer e precarizando ainda mais as relações de trabalho. No âmbito da PAS, houve consecutivas reduções de recursos nos anos de 2019, 2020 e 2021, ignorando-se, inclusive, o aumento da demanda, no contexto da pandemia²⁶. Em 2021, foi aprovada a Lei N° 14.176/2021, que alterou a LOAS, restringindo

25 O governo Temer não teve êxito na contrarreforma da Previdência, porém, essa proposta avançou e se configurou no maior ataque de Bolsonaro e Guedes aos direitos sociais conquistados.

26 Boschetti e Behring (2021) evidenciam que, em 2019, houve uma redução de 2% dos recursos destinados ao SUAS em relação a 2018, e em 2020, ano de pandemia, houve uma redução de 31% nos gastos do Sistema, em a 2019.

o acesso ao BPC. No contexto da pandemia de Covid-19, o desfinanciamento afastou ainda mais a Seguridade Social dos seus objetivos e finalidades, promovendo um país de miseráveis, sem acesso ao conjunto de direitos essenciais à sua reprodução social.

Desfinanciado e sofrendo um desmonte brutal, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também não dispôs das condições mais elementares para atender às demandas da classe trabalhadora, justamente quando ela mais precisava. Afastando-se das prerrogativas do marco legal, o ultraneoliberalismo bolsonarista criou uma concepção de pobreza e de assistência social em que os sujeitos foram culpabilizados pelo próprio pauperismo e a PAS foi resumida a práticas de filantropia, patrocinadas pela caridade empresarial. A manutenção do Programa Criança Feliz e a criação do “Brasil Fraternal” e do “Brasil Acolhedor” foram exemplos de reforço à filantropia. Houve desfinanciamento do SUAS; desresponsabilização do Estado; retomada do primeiro-damismo; desprofissionalização das ações públicas e uma absurda moralização da pobreza, sugerindo (numa reatualização anacrônica de Adam Smith) que o pauperismo resulta da inabilidade dos trabalhadores em gerirem seus próprios recursos (Azevedo *et al.*, 2022).

É imprescindível registrar que, além de dar sequência célere às contrarreformas ultraneoliberais, Bolsonaro recrudescer as expressões da questão social também ao omitir-se ao enfrentamento da pandemia e potencializar seus efeitos nefastos, quando, junto aos seus aliados, produziu, promoveu e distribuiu medicações ineficazes; estimulou a imunidade de rebanho; atrasou a compra de vacinas etc. (Medeiros; Silva, 2022), sendo indicado como responsável por milhares de mortes por Covid-19 que teriam sido evitáveis, se cumpridos os protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e se as vacinas houvessem sido adquiridas sem atraso pelo Governo Federal (Werneck *et al.*, 2021).

Enfim, durante o Governo Bolsonaro, o Brasil enfrentou seu período mais nefasto, pois aos efeitos da crise financeira de 2008

e da crise política do país agregaram-se os drásticos efeitos da crise sanitária, todos resultantes do caráter explorador e predatório do capitalismo, que, para obter lucro, destrói a natureza e invade e manipula irresponsável e levemente o meio ambiente, colocando em risco as nações, a humanidade e o planeta, conforme já advertira Mészáros (2011), inclusive, quanto aos riscos de vivenciarmos contínuas pandemias. Nessa mesma perspectiva, Carneiro, Carvalho e Araújo (2021) advertem que, submetida à cegueira do ideário neoliberal, a humanidade vive em meio ao intercruzamento entre a própria crise do capital e tantas outras variadas crises: sanitária, ambiental, social, ética, democrática, civilizatória.

No entanto, apesar das ofensivas e dos equívocos que nos conduziram a uma espécie de “permanente iminência de derrota histórica”, corroborando as prerrogativas do materialismo histórico-dialético de que as **determinações** não se confundem com **determinismos**, duas “casualidades históricas” impactaram o golpe que culminou em Bolsonaro: o vazamento, pelo The Intercept Brasil, da trama da Operação Lava-Jato formulada por suas lideranças (Sergio Moro e Deltan Dallagnol) e até pelas ingerências do Federal Bureau of Investigation (FBI), serviço de inteligência dos EUA, para impedir a sucessão de Dilma por Lula; e, pouco depois, a própria calamidade da pandemia. Ambos os eventos – desmascarando a verdadeira face da extrema direita, explicitada nos traços do governo que a representava durante a pandemia (protofascista, entreguista, lesa-pátria e lesa-humanidade) – favoreceram a eleição de Lula, para um terceiro mandato no Executivo (2023-2026), tensionando o andamento do golpe e abrindo uma possibilidade histórica para a sua reversão²⁷.

27 Em outubro de 2022, contrariando as expectativas do próprio Bolsonaro, tendo em vista o domínio que ele tinha da máquina pública e de todos os recursos – lícitos e ilícitos – que utilizou, tentando impugnar as eleições; obter votos através de *fake news* e de ingerências religiosas de modo, além

Dando sequência e aprofundando os nossos estudos coletivos, referendando-nos nas aproximações acima, hoje, nossas orientações de trabalhos de dissertação, de Pibic e de TCCs se debruçam sobre novos estudos atinentes à PAS: análise da Assistência Social brasileira no decurso do decênio 2016-2026; as concepções de pobreza, proteção social e Assistência Social subjacentes às ações, programas, projetos e benefícios dos governos ultraneoliberais e do novo governo Lula; a transferência de renda como medida de enfrentamento da pobreza; o debate sobre a renda básica e a renda mínima; o combate à fome no ciclo neoliberal do capital; o marco regulatório das organizações da sociedade civil e seus rebatimentos na PAS; e a dinâmica de destituição do poder familiar sob os impactos da pandemia.

Considerações finais

Na absoluta incivilidade do capitalismo tardio, o ultraneoliberalismo é a tentativa de se desvencilhar de qualquer compromisso de enfrentamento da questão social, para consolidar a plena generalização do fetiche da mercadoria, disseminando uma ideologia mercadológica e de práticas individualistas e transformando os direitos conquistados em valores de troca, através de uma sistemática de privatizações, desmonte e desfinanciamento das políticas sociais e, especialmente, para os fins dos nossos estudos, da Seguridade Social e da Política de Assistência Social brasileira.

A agenda ultraneoliberal interfere diretamente no Sistema de Seguridade Social, em seu financiamento e em sua gestão, para viabilizar as expropriações de direitos das classes trabalhadoras e direcionar o fundo público para o capital financeiro internacional.

de impedir os eleitores de Lula de exercerem o direito do voto, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde o haviam eleito no primeiro turno, Bolsonaro saiu derrotado das urnas e Lula assumiu o Executivo em 1º de janeiro de 2023.

Dessa maneira, a burguesia interna empenha-se em construir um arsenal de dominação que dá apoio à agenda ultraneoliberal, compreendendo uma refuncionalização do Estado, que, sob o argumento do controle fiscal e da prioridade do pagamento da dívida, opera a redução drástica dos investimentos sociais. A restrição de direitos e benefícios alcança exatamente os trabalhadores que vivenciam o desemprego e os coloca em situação de vulnerabilidade extrema e, portanto, de demandantes dos serviços socioassistenciais, que, por sua vez, encontram-se cada vez mais sucateados, gerando um ciclo vicioso de abandono do trabalho.

Simultaneamente, surgem também novas formas de alienação e exploração do trabalho, a partir da difusão dos discursos de empreendedorismo, em que o trabalhador custeia todos os instrumentos e insumos de trabalho; é seu próprio capataz; atua sem direitos trabalhistas e vivencia uma precarização do trabalho metamorfoseada de pseudoliberalidade, o que fragiliza a sua consciência mais imediata de *classe em si* e obsta a sua consciência e práxis de *classe para si*.

O Governo Bolsonaro foi a objetivação “letal” do ultraneoliberalismo na particularidade brasileira e, apesar da sua interrupção, através da eleição de Lula, somente a história explicitará os desdobramentos da catástrofe que o Brasil vivencia desde 2016 e que, até o momento, teve seu ápice entre 2020 e 2022, quando, mais de 700 mil vidas foram ceifadas, objetivando a “pulsão macabra” de Bolsonaro pela morte, pela tortura e pelo extermínio, expressa em diversas falas na mídia e nos púlpitos do Parlamento.

Cabe a nós, pesquisadores – ao menos aos que, para além dos compromissos teórico-acadêmico-científicos, afirmam-se comprometidos com um projeto ético-político revolucionário – munir **a classe trabalhadora** de uma “análise da situação concreta”, para que a arma da crítica possa, como verdadeira **práxis**, instruí-la na luta contra armas do neoliberalismo para que, então, enquanto “grande sujeito histórico-coletivo”, ela cumpra a sua tarefa histórica, que, ontologicamente, não é passível de lhe ser usurpada.

Referências

ANDRADE, S. S. **Acirramento do Ajuste Fiscal e suas implicações sobre a Seguridade Social Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

AZEVEDO, C. B. de *et al.* O imperialismo pós-*crash* 2008, o ultraneoliberalismo e a seguridade social brasileira. *In*: ENPESS, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes (org.). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BOTELHO, M. L. Rumo ao desconhecido: endividamento mundial, crise monetária e colapso capitalista. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 23 jun. 2018. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2018/07/23/rumo-ao-desconhecido-endividamento-mundial-crisemonetaria-e-colapso-capitalista/>. Acesso em: 1º maio 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc93.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.742, de 7 de setembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 14.176, de 22 de junho de 2021. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de

renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14176.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

CARNEIRO, A. M. F.; CARVALHO, A. M. P.; ARAÚJO, M. do S. S. de. Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em serviço social. **Temporalis**, Brasília, ano 21, n. 41, p. 173-189, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34520>. Acesso em: 8 de jul. 2021.

CHESNAIS F. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, C.; FERRI-SCHERER, A. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro**: reflexões e alternativas. Lajeado: Univates, 2005.

CUNHA, J. de S. *et al.* Crise mundial e a trajetória do Brasil, entre 2008 e 2015. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], n. 234, p. 4-46, 2015. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/12>. Acesso em: 5 set. 2023.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo na história do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: PMDB, 29 out. 2015.

GOVERNO Federal cancela 1,3 milhão de benefícios do Bolsa Família em 2019 por irregularidades. **Gov.br**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/01/governo-federal-cancela-1-3-milhao-de-beneficios-do-bolsa-familia-em-2019-por-irregularidades>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. l.1: O processo de produção do capital.

MAZZEO, A, C. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MEDEIROS, A. H. de A.; SILVA, S. S. de S. O acirramento da questão social no contexto da crise sanitária no Governo Bolsonaro. *In*: CBAS, 17., 2022. **Anais** [...]. CFESS, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/posters/0000000167.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. *In*: CISLAGHI, J., DEMIER, F. *Neofascismo no poder (ano I)*: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileiras nos anos 80-90. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, S. S. de S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

SILVA, S. S. de S. Controvérsias do trabalho no contexto do imperialismo e do “neodesenvolvimentismo”. *In*: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. **O avesso dos direitos**: Amazônia e Nordeste em questão II. Recife: UFPE, 2016.

SILVA, S. S. de S. *et al.* Inflexões do pensamento social-liberalista sobre o marco legal da política de assistência social.... *In*: EPMAX, 8, 2018, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2018.

SILVA, S. S. de S. Expressões contemporâneas do Imperialismo e desafios à sua análise. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 427-437, maio-ago. 2021.

SPOSATI, A. Assistência Social em debate: direito ou assistencialização? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL CFESS, 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: CFESS, 2011.

WERNECK, G. L. *et al.* **Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil.** [S. l.]: Idec; Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CAPÍTULO 9

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR TENSIONADA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REBATIMENTOS DO ULTRANEOLIBERALISMO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

*Adaires Eliane Dantas dos Santos
Terçália Suassuna Vaz Lira*

Introdução

A onda ultraneoliberal que atinge o Brasil desde 2015 trouxe rebatimentos específicos para as políticas sociais. Através de um movimento de expropriação de direitos e intenso ajuste fiscal, as políticas sociais foram duramente asfixiadas. A educação pública, de forma geral, vivenciou algumas particularidades, pois, além dos ataques ultraneoliberais e constantes golpes contra seu orçamento, discursos conservadores e negacionistas acompanharam propostas para a reformulação dos conteúdos de ensino e da gestão da pasta da educação. Nesse sentido, este artigo traz algumas reflexões do estudo intitulado “O Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Paraíba no Contexto de Intensificação do Ajuste Fiscal Brasileiro” (Santos,

2021), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

O objeto central de análise é a Assistência Estudantil no Ensino Superior Federal, regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além de evidenciar esse programa como umas das principais estratégias para a política de permanência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tentamos destacar as vulnerabilidades às quais o PNAES está exposto e os dilemas e desafios enfrentados pela Assistência Estudantil brasileira nos últimos anos, frente à crise que atinge as universidades diante da intensificação do ultraneoliberalismo interno e externo.

A posição periférica dependente do Brasil sempre conferiu ao país um desenvolvimento em conformidade com os ânimos do capital externo. Em períodos de expansão capitalista, é possível registrar a conferência e a ampliação dos direitos de cidadania associados à reprodução capitalista e ao conformismo de classe. Do mesmo modo, em períodos de recessão econômica, é observada uma supressão dos direitos sociais e das funções do Estado, na perspectiva de redução do gasto público e direcionamento de maiores reservas do fundo público para salvaguardar o capital.

Embora o Brasil, desde seu processo de redemocratização no final da década de 1980, tenha assumido uma política de viés neoliberal, é possível observar que, na quadra histórica de 2015 a 2022, o neoliberalismo interno assume um caráter mais agressivo. Nesse período, em 2016, o país sofreu um golpe de novo tipo (Demier, 2017) e regrediu drasticamente nas conquistas civilizatórias através da revogação de leis, supressão de direitos e desfinanciamento das políticas públicas. E teve um capítulo trágico no Governo Bolsonaro, em que a defesa do liberalismo exacerbado foi acompanhada pelo autoritarismo, conservadorismo e negacionismo. Tudo isso assumiu dimensões assombrosas no contexto da pandemia de Covid-19.

Nesse cenário sociopolítico e econômico, a pasta da educação pública sofreu duros ataques. O Ensino Superior Público, que tinha vivenciado um importante processo de expansão e democratização do acesso na década anterior com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), teve severas restrições orçamentárias, que comprometeram as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Mais do que isso, houve uma perseguição à razão crítica e à autonomia universitária, especificamente no Governo Jair Bolsonaro, que, além de ter reproduzido um discurso depreciativo contra as ciências, tensionou os pilares da autonomia universitária através das constantes interferências no processo de escolha dos dirigentes das IFES.

Neste contexto adverso, a Assistência Estudantil, enquanto uma política orgânica para a educação, também sofreu asfixia no seu orçamento, o que fez despertar preocupações quanto à continuidade do desenvolvimento de suas ações, cobertura dos serviços e permanência dos estudantes no Ensino Superior, especialmente os discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Crise capitalista, ultraneoliberalismo brasileiro e seus rebatimentos na Educação Superior

A compreensão sobre o ultraneoliberalismo instaurado no Brasil nos últimos anos deve ser associada ao entendimento da categoria de crise capitalista, que assume dimensões maiores devidas à crise política e ao ressurgimento de forças conservadoras no solo interno.

Meszáros (2011) destaca que as crises econômicas são endêmicas na estrutura do capitalismo, pois fazem parte do seu ciclo de reprodução. Para Netto e Braz (2006, p. 170), “a crise é constitutiva do capitalismo: não existe, não existiu, e não existirá capitalismo sem crise”. Segundo Mandel (1990), as crises econômicas são

acarretadas por superacumulação de capital dentro do seu ciclo de expansão de mercados e busca incessante por lucros. Portanto, o modo de produção capitalista, em sua processualidade histórica atravessada por relações dialéticas que se confrontam no seu movimento de reprodução, tem sido marcado por períodos de crescimento e recessão econômica.

A crise atual é marcada pela mundialização do capital, acompanhada pela expansão e conexão geográfica espacial dos mercados (Harvey, 2014). Nesse contexto, as crises econômicas também estão conectadas. Desse modo, a crise econômica que se alastra na realidade brasileira desde 2015 tem fortes laços com a crise econômica do capital no cenário internacional eclodida no ano de 2008 nos Estados Unidos e de vinculação com o capital financeiro devido à expansão descontrolada do crédito imobiliário.

Os efeitos retardados da crise global na realidade brasileira podem ser associados às medidas adotadas pelos governos petistas, no período de eclosão da crise nas economias centrais. No contexto da política social liberal que caracterizou as gestões petistas, o Brasil investiu na política de exportação, com altas de *commodities* para abastecimentos dos mercados em crise, aliada ao desenvolvimento de uma política interna de socorro ao capital instalado no país, através de ações de desoneração tributária, incentivo ao crédito, estímulo ao consumo pelas massas e investimento em programa sociais de alívio da pobreza. A economia girava através de isenções fiscais e altas taxas de juros conferidas ao capital e por meio do poder de compra concedido à classe trabalhadora. No entanto, frente ao prolongamento da crise mundial, numa economia conectada e globalizada e com fortes laços de dependência do capital externo, esse modelo não tardou a mostrar seus limites.

O esgotamento dessa política de consenso de classe adotada pelos governos petistas se revela a partir da queda dos lucros capitalistas, elevação dos índices de desemprego, aumento da inflação e superendividamento das famílias. O capital e a

sociedade passaram a sentir os efeitos da crise econômica, que tomou dimensões maiores frente à crise política instaurada no país, sobretudo pelo envolvimento de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) em escândalos de corrupção. Essas tensões culminaram com a perda de popularidade e aumento do nível de insatisfação com os governos petistas. Paralelamente a isso e como frente de colisão com o PT, ressurgem forças conservadoras na política, que contam com forte apoio popular, midiático e do capital, que tinha urgência em recuperar seus lucros.

A partir de 2015, o governo Dilma Rousseff, embora assumisse uma perspectiva social liberal, executou contrarreformas na perspectiva de enxugamento do gasto social e salvaguarda do capital¹ via política de ajuste fiscal. No entanto, as contrarreformas pareciam não ocorrer na velocidade e agressividade que o capital reivindicava.

Essa tensão entre governo e capital, aliada aos conflitos com o Congresso Nacional, com maioria de oposição ao Governo Dilma, bem como a insatisfação de parte da população com a presidenta e a não aceitação do resultado das eleições de 2014 por parcela da sociedade, culminou, em 2016, com um golpe político, midiático, jurídico e parlamentar de novo tipo (Demier, 2017).

O sucessor de Dilma Rousseff na presidência do país foi eficaz em adotar uma política liberal mais ortodoxa, conforme os anseios do capital. Em pouco mais de dois anos de exercício, Michel Temer retrocedeu direitos e conquistas civilizatórias duramente

1 Como exemplos destacamos os decretos que contingenciaram o gasto administrativo, diminuindo os recursos para a saúde e a educação; a suspensão de concursos públicos não autorizados pelo Ministério do Planejamento até outubro de 2015; a reforma ministerial acompanhada da extinção e fusão de algumas pastas; a reforma na previdência social, com alteração das regras para concessão de aposentadoria e pensões; e a tentativa de prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2019, acompanhada da proposta de aumento de 20% para 30%.

alcançadas² pela classe trabalhadora. Além de ter criado um arcabouço fiscal que limitava o investimento público em despesas primárias ao índice da inflação por 20 anos, através da Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Houve, portanto, um enrijecimento do neoliberalismo sob a justificativa de que o país estava em crise e necessitava passar por um novo ajuste fiscal.

A política de ajuste fiscal é uma prioridade dada pelos governos brasileiros para diminuir o gasto social e direcionar maiores reservas do fundo público para o capital. No Brasil, ela ocorre e é intensificada via expropriação de direitos da sociedade, cuja parcela significativa do orçamento que compõe o fundo público e deveria custear as políticas sociais, como forma de garantir a reprodução da força de trabalho, é direcionada para a recuperação das taxas de lucro do capital. Esse redirecionamento exige que o Estado diminua o gasto com financiamento de tais políticas e as reorienta para o mercado. Esse movimento é duplamente vantajoso para o capitalismo, porque, além de se apropriar de uma maior reserva do orçamento público através de amortização dos juros da dívida pública e das desonerações tributárias, tem novos espaços de valorização com a mercantilização de serviços que deixam de ser ofertados pelo Estado e são comprados no mercado. Para Boschetti (2018, p. 148): “a destruição dos direitos, portanto, constitui um verdadeiro processo de expropriação de parcela do fundo público antes acessado pelos trabalhadores, em benefício do capital e da manutenção das taxas de lucro”.

A EC 95/2016 se afirma, portanto, como um mecanismo de expropriação de direitos, no qual há o congelamento do gasto público em áreas essenciais para desenvolvimento humano e do

2 Como exemplos, destacamos a Lei Nº 13.429/2017, que flexibiliza as formas de terceirização de serviços, estendendo essa possibilidade às atividades-fim da administração pública; a reforma trabalhista, instrumentalizada pela Lei Nº 13.446/2017, que traz perdas históricas para a classe trabalhadora; e a proposta de reforma da Previdência.

país, como saúde e educação, para direcionar maiores reservas do fundo público para o capital, especialmente o portador de juros, visto que o teto de gastos imposto pelo dispositivo constitucional só se aplica às despesas primárias (Behring, 2019).

De acordo com Behring (2019), o fundo público é o conjunto de recursos que o Estado mobiliza através da arrecadação de impostos e tributos que incidem em toda a sociedade de forma direta e indireta. Ele conta com as contribuições dos trabalhadores e do capital através da tributação direta, sendo que sobre os trabalhadores há também a incidência da mais-valia e, portanto, a apropriação do trabalho excedente. O restante da sociedade financia o fundo público via taxação indireta de mercadorias e serviços que recaem no consumo e acesso a serviços elementares. Essa é uma das principais formas para a alocação de tributos indiretos adotados no Brasil. Seu caráter é considerado regressivo, visto que onera as massas a partir da taxação de produtos e serviços indispensáveis à sobrevivência humana, como a cesta básica, em detrimento de uma maior carga de impostos sobre a renda e o patrimônio.

A perversidade da EC 95/2016 se revela pelo fato de a classe trabalhadora ser uma das financiadoras do fundo público. No entanto, ao invés de essa classe ter o retorno da tributação em forma de serviços e políticas públicas que elevem as condições de cidadania, ocorre justamente o contrário. A EC 95/2016 é um dispositivo que congela o investimento em políticas públicas básicas para manter altas taxas de juros para o capital financeiro. Isso num contexto de crise econômica em que a população está mais empobrecida e mais necessitada de proteção social e acesso aos serviços públicos.

Os ataques fiscais e ideológicos contra o Ensino Superior Público

Os efeitos do ajuste fiscal e recrudescimento do neoliberalismo, dito ultraneoliberalismo, na política de Educação Superior podem

ser percebidos através de uma análise simples sobre os recursos orçamentários disponibilizados para essa pasta na última década. De acordo com dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP, 2023), na série histórica de 2012 a 2022, os recursos para o Ensino Superior, que cresceram na média dos 10% no período de 2012 a 2015, tiveram crescimento negativo de 2% em 2016, seguido por uma discreta recuperação de 3% em 2017, mas que ainda era inferior ao ano de 2015. A partir de 2017, com a aplicação do novo teto de gastos imposto pela EC 95/2016, é possível verificar que não houve ampliação dos recursos. O orçamento com o Ensino Superior Público se manteve com valor próximo ao dispendido em 2017, chegando, inclusive, a ter a dotação diminuída em 2020 e 2021 na gestão do Governo Bolsonaro. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 1 – Orçamento do Ensino Superior Público (2012-2022)

Ano	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	%
2012	9.516.534.611	21.255.241.424	24.486.302.645	
2013	22.452.751.460	22.945.769.296	27.882.418.532	12%
2014	26.227.276.883	27.126.624.776	30.957.431.399	10%
2015	30.280.206.995	31.270.005.633	34.387.013.591	10%
2016	30.901.706.137	30.844.899.466	33.564.337.792	-2%
2017	32.291.725.182	32.948.682.863	34.550.802.404	3%
2018	32.492.695.158	33.255.856.340	34.445.903.566	0%
2019	33.790.350.340	35.004.374.157	35.654.950.579	3%
2020	29.319.964.950	28.472.727.077	34.544.569.390	-3%
2021	13.467.021.166	13.563.851.341	33.349.012.548	-4%
2022	34.345.182.415	35.584.170.799	35.051.847.084	5%

Fonte: elaboração própria com base em dados do SIOP (2023).

Os dados da tabela acima evidenciam, portanto, os efeitos perversos do ajuste fiscal, principalmente após a aplicabilidade da EC 95/2016. Os recursos não apenas ficaram congelados, conforme

previsto no novo arcabouço fiscal, como chegaram a ser diminuídos em alguns períodos, em relação à competência anterior.

O não investimento na política de educação era uma previsão e intenção do novo teto de gastos, que é ordenado por meio de uma Emenda Constitucional justamente para revogar os artigos da Constituição Federal de 1988 que prevê investimento de percentuais mínimos nas políticas de educação e saúde. As consequências imediatas da EC 95/2016 foram os sucessivos cortes orçamentários na pasta da educação, acompanhados da estagnação das ações de pesquisa e extensão e até mesmo do comprometimento das ações de Assistência Estudantil.

No Governo Bolsonaro, a Educação Superior, que já vinha sofrendo duros ataques, enfrentou uma situação ainda pior. Conforme observado na Tabela 1, os crescimentos negativos dos orçamentos nos anos de 2020 e 2021 foram os piores da série histórica. Na Tabela 1, estamos concentrando nossa análise da dotação atual dos recursos que se refere ao que efetivamente foi disponibilizado para a pasta da Educação Superior até o final do exercício financeiro. No entanto, se observamos o valor definido no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), também disponível na Tabela 1, que contempla a proposta do governo para apreciação do Congresso Nacional, evidenciamos o descaso ao qual estava exposta a educação no governo Bolsonaro. Em 2021, a previsão para a rubrica orçamentária do Ensino Superior foi de R\$ 13.467.021.166, menos da metade dos recursos disponibilizados para 2020 ou até mesmo anunciados na PLOA desse ano. Isso se mostra especialmente preocupante quando levamos em consideração o contexto da pandemia de Covid-19. Enquanto o restante do mundo mobilizava recursos e investia na ciência e nas universidades para descobrir uma vacina e atuar no enfrentamento da pandemia, o Brasil, na contramão, asfixiava as universidades com restrições orçamentárias.

A postura com a qual o Governo Bolsonaro conduziu a pasta da educação não é nenhuma surpresa. Seu governo, além de

ultraneoliberal, alicerçava-se no conservadorismo e no negacionismo, com forte influência de fundamentalistas religiosos e do pensamento do astrólogo e terraplanista Olavo de Carvalho. Os ataques à educação ultrapassaram a esfera orçamentária e se formaram também no campo ideológico. Sobre a conduta do Governo Bolsonaro na educação, Santos e Lira (2022) destacam que:

Ao mesmo passo que o novo presidente e sua cúpula se esforçam para desmontar a educação pública via cortes orçamentários e revogar leis e direitos, como a recente proposta que tentou adiar a renovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) de 2021 para 2022 e mudar suas regras, empenham-se em desqualificar a educação brasileira, especialmente as universidades públicas. Nesse cenário, há um confronto às ciências, sustentados por teorias negacionistas, que tentam esvaziar o conhecimento. E também predomina uma perseguição à razão crítica, denominada pela base olavista do governo de “marxismo cultural”. Na direção contrária, florescem as propostas da “Escola sem Partido” (PL 246/2019), de regularidade e direito ao exercício do ensino domiciliar (PL 2401/2019) e repúdio aos conteúdos de gênero e sexualidade nos currículos do ensino básico.

Outro viés de ataque às universidades se deu através da interferência do Governo Bolsonaro no processo de escolha dos dirigentes das IFES. Normatizado pela Lei N^o 9.192/1995, a escolha dos reitores se dá através de uma consulta pública à comunidade acadêmica. Posteriormente, os três nomes mais votados são encaminhados para a escolha do presidente da República. Desde a institucionalidade da referida Lei, seguia-se a tradição de escolher o nome mais votado como forma de expressar a soberania

e autonomia das universidades. No entanto, no Governo Bolsonaro, a escolha da comunidade acadêmica foi repetidas vezes desconsiderada na realidade de várias IFES. Segundo dados do jornal Brasil de Fato (Giovanaz, 2020), até dezembro de 2020, Bolsonaro ignorou o resultado de pelo menos 19 eleições de reitorados nas IFES. Em muitos casos, o presidente não indicou o primeiro colocado da lista tríplice, o que já fere a escolha majoritária da comunidade acadêmica. No entanto, em outras situações, o reitor foi nomeado por indicação do presidente sem sequer ter concorrido às eleições internas. Essa brecha foi possibilitada com a Medida Provisória Nº 914/2020, que institui a figura do reitor *pro tempore*.

Além dos cortes orçamentários, dos ataques ideológicos e da interferência política na gestão das IFES, o Governo Bolsonaro chegou a apresentar uma proposta de cunho claramente privatizante para as universidades através do projeto Future-se. Estruturado em três eixos básicos (gestão e empreendedorismo, pesquisa e inovação e, internacionalização) o projeto resumia uma proposta de abertura das universidades ao capital e desfinanciamento público. A recusa da comunidade acadêmica ao projeto Future-se e as sucessivas crises que tensionavam o Governo Bolsonaro e a gestão do Ministério da Educação (MEC), que contabilizou quatro trocas de ministros durante o mandato presidencial, não possibilitaram a execução da proposta. Mas ela se configurou como mais uma amostra do pacote ultraneoliberal e de desprezo da gestão de Bolsonaro pelas universidades.

Nesse cenário adverso, a Assistência Estudantil, uma política orgânica para a Educação Superior executada dentro das IFES, também enfrentou dilemas e desafios.

Os dilemas e desafios vivenciados pela Assistência Estudantil nas universidades

Embora a trajetória da Assistência Estudantil nas universidades se cruze com o processo de institucionalidade do Ensino

Superior no país, seu ordenamento legal é algo recente. Só em 2007, no contexto do REUNI, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa do MEC Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, transitada em 2010 para o Decreto Presidencial Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Apesar de o PNAES se configurar como um marcador na trajetória da Assistência Estudantil por materializar demandas significativas do movimento de estudantes e dos agentes de defesa dessa modalidade de assistência através de organizações representativas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) e do Movimento Estudantil, representado através da União Nacional do Estudantes (UNE) e da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), o programa revela algumas fragilidades. A primeira delas é seu ordenamento jurídico, que é regulamentado por meio de um decreto presidencial, um ato monocrático do presidente da República que pode ser facilmente revogado. Em contexto de expropriações de direitos, a salvaguarda deste, por meio de decreto, revela riscos. Leher (2019, p. 78) chama atenção para a vulnerabilidade a que estão expostas as políticas promulgadas por decretos como o REUNI e o PNAES:

Evidentemente nenhuma lei, nem mesmo a Constituição, protege de modo permanente os direitos sociais, mas é diferente a salvaguarda dos direitos sociais por lei ou por decreto. O decreto é um ato monocrático do presidente, enquanto a lei envolve debates no Congresso Nacional. A realidade adversa para as universidades federais no governo Bolsonaro evidencia, contudo, que o desenvolvimento de políticas “democratizantes” (como a expansão das universidades e institutos federais, as cotas e assistência estudantil, assim como o fortalecimento do CNPq e da Finep), sem a institucionalização

destas na forma de lei, permite que os avanços sejam facilmente desmontáveis: essa é a realidade brasileira atual. De fato, a ausência de políticas de financiamento nas universidades, consignadas em lei, e a ausência de lei específica sobre a assistência estudantil debilitam os pilares centrais da recente democratização das universidades federais. No caso específico das cotas, estas foram asseguradas por lei (Lei n.12.711/2012), mas não o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), estabelecido por meio do Decreto n. 7234/2010, o que o torna vulnerável, assim como o orçamento das federais, igualmente não estabelecidos em leis.

Outra fragilidade associada ao PNAES diz respeito ao caráter focalizado do programa, que se limita a um público específico. Conforme disposto no seu artigo 5º: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (Brasil, 2010).

O caráter focalizado das políticas sociais é uma característica neoliberal que revela, através de mediações preliminares, as contradições do capitalismo. Em períodos de crescimento econômico, é comum o reconhecimento de direitos sociais e a extensão da cidadania, no entanto, essa “ampliação dos direitos” se dá sob a ordem do capital e funciona mais como um aparato de conformismo de classe.

Trazendo essa análise para o PNAES, observamos que o programa materializa reivindicações históricas dos estudantes, institui uma rubrica específica para a Assistência Estudantil na matriz orçamentária do MEC, traz uma concepção ampla de Assistência Estudantil com desenvolvimento de ações em dez

áreas estratégicas, que englobam serviços de moradia, alimentação, transporte, creche, inclusão digital, saúde, apoio pedagógico e atenção a estudantes com deficiência, transtornos globais e superdotação. Contudo, ao delimitar um público prioritário de atendimento, o programa é executado sob a lógica da focalização e seletividade do atendimento, de modo que serão definidos critérios de elegibilidade para permitir o acesso de estudantes à Assistência Estudantil. Essas características imprimem uma lógica nas políticas sociais que se aproxima mais da perspectiva assistencial do que da visão de se tratar de um direito.

Para Sposati *et al.* (2014), é essa dimensão assistencial das políticas sociais brasileiras que lhes imprime características como assistencialismo/benevolência e inclusão pela exclusão dos usuários, visto que se utilizam critérios de seletividade de clientes elegíveis. A dimensão assistencial traz uma configuração de políticas sociais compensatórias que não raramente são acompanhadas pela precariedade dos serviços em termos de qualidade e quantidade.

Em tempos de recessão econômica e enrijecimento do ajuste fiscal, essas contradições que permeiam as políticas sociais são intensificadas diante das restrições orçamentárias.

Fazendo uma análise sobre os recursos da Assistência Estudantil, verificamos que a evolução orçamentária dessa ação segue uma curva semelhante à do financiamento do Ensino Superior nos últimos 10 anos. Observamos uma queda nos recursos a partir de 2016, que passa a ter crescimento negativo em 2017 e 2018. Em 2019, ocorre um discreto aumento na dotação atual, mas que volta a declinar em 2020. Mais uma vez, identificamos que o menor investimento se deu no Governo Bolsonaro, no qual os recursos tiveram uma queda de 21% no ano de 2022. Vejamos a Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução orçamentária da Assistência Estudantil no Ensino Superior (2012-2022)

Ano	Órgão Orçamentário	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	
2012	26000- Ministério da Educação	551.393.605	551.993.605	579.847.776	
2013	26000- Ministério da Educação	674.688.015	686.188.015	682.920.732	15%
2014	26000- Ministério da Educação	791.632.704	808.032.704	802.207.316	15%
2015	26000- Ministério da Educação	948.960.405	978.960.405	985.514.405	19%
2016	26000- Ministério da Educação	1.030.037.000	1.016.094.062	1.006.674.625	2%
2017	26000- Ministério da Educação	987.384.620	987.484.620	992.394.617	-1%
2018	26000- Ministério da Educação	957.078.952	957.178.952	961.604.278	-3%
2019	26000- Ministério da Educação	1.070.444.459	1.070.444.459	1.060.913.499	9%
2020	26000- Ministério da Educação	646.838.575	626.463.914	1.028.270.305	-3%
2021	26000- Ministério da Educação	373.652.596	352.880.127	849.772.452	-21%
2022	26000- Ministério da Educação	1.072.349.505	1.074.898.505	985.750.341	14%

Fonte: elaboração própria com base em dados do SIOP (2023).

O ajuste fiscal imposto pela EC 95/2016 já anunciava um sub-financiamento preocupante para as políticas sociais a partir de 2017. As análises destacadas neste trabalho trazem uma amostra dos seus efeitos na pasta da Educação Superior. No entanto, no Governo Bolsonaro observamos que o orçamento atingiu valores abaixo das já preocupantes estimativas formuladas após a aprovação da EC 95/2016. Ou seja, os recursos não apenas ficaram congelados, como foram realmente diminuídos.

Na particularidade da Assistência Estudantil, a diminuição de seu orçamento representa diminuição da cobertura, com real ameaça à continuidade dos serviços e auxílios que contribuem para a permanência estudantil no Ensino Superior. Isso se revela preocupante quando levamos em consideração o perfil do corpo

discente que ocupa as IFES atualmente. Segundo dados da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, publicada em 2019 pelo FONAPRACE, 70,2% dos estudantes das federais têm uma renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio, 51,2% são declarados de etnia negra ou parda e 64,7% cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas. Entre os achados da pesquisa, também se destaca a maior participação nas universidades dos alunos identificados como indígenas aldeados e pretos quilombolas. Enquanto em 2014, esses segmentos representavam 2.329 e 4231 estudantes do universo de alunos, respectivamente; em 2019, eles saltaram para 4.672 e 10.7477 (FONAPRACE, 2019).

Os dados do FONAPRACE (2019) nos revelam que, pelo menos, 70% dos estudantes da IFES têm perfil socioeconômico para requisitar a Assistência Estudantil. Isso gera uma demanda potencial para a Assistência Estudantil que não é acompanhada pela evolução dos recursos orçamentários. Conforme visualizado na Tabela 2, desde 2016, os recursos dessa política vêm apresentando queda no contexto de intensificação do ajuste fiscal e das particularidades vivenciadas pela Educação Superior.

A consequência direta do subfinanciamento de qualquer política social que tem caráter seletivo e focalizado é a intensificação dessas características na perspectiva de selecionar, dentro do público elegível, aqueles com níveis de pobreza absoluta e/ou em situação de risco social. Para tanto, há o endurecimento dos critérios de elegibilidade e das ações de controle para acesso e permanência em determinada política.

Essa lógica é identificada na Assistência Estudantil. Em nossa pesquisa realizada sobre o Programa de Assistência Estudantil da UFPB, no lapso temporal de 2015 a 2020 (Santos, 2021), identificamos que, frente à crise vivenciada pelas IFES e as imposições do ajuste fiscal, houve um enrijecimento dos critérios para acesso e permanência na Assistência Estudantil. Os editais de seleção da UFPB estavam estruturados de forma a focalizar o atendimento

apenas a alunos extremamente pobres. Para tanto, além dos editais preverem prioridade de atendimento para estudantes egressos da rede pública de Ensino Básico e com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, conforme as bases do PNAES, havia a estipulação de outros indicadores sociais para analisar o grau de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes:

Nas avaliações realizadas pelos Assistente Sociais é atribuída uma pontuação ao estudante, cuja referência se encontra numa tabela disposta em edital. A referida tabela, além de privilegiar o atendimento para os alunos egressos da rede básica de ensino público e com renda bruta *per capita* de até 1,5 salário mínimo, conforme disposto no Artigo 5º do PNAES, também lança mão de outros variáveis que tentam identificar o nível de vulnerabilidade do pleiteante ao auxílio, através de uma pontuação que, quanto mais alta, mais representativa será das baixas condições socioeconômicas dos postulantes aos auxílios. A pontuação atribuída ao estudante definirá sua ordem de classificação no resultado do processo seletivo. (Santos, 2021, p. 122).

Ainda fazendo referência ao referido estudo, identificamos que, frente às imposições fiscais e essa intensificação na focalização do atendimento, os estudantes que acessaram o programa de Assistência Estudantil da UFPB, no ano de 2020, estavam, em sua maioria, em faixa de renda *per capita* inferior a meio salário mínimo vigente (87%), sendo a maior concentração na faixa de renda inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo (56%). Não identificamos nenhum estudante que tivesse o perfil de renda máximo para acesso à Assistência Estudantil, ou seja 1,5 salário (um salário mínimo e meio). Ao analisar a origem da renda familiar dos estudantes que conseguiram ingressar na Assistência

Estudantil da UFPB, verificou-se que a maioria, 31% do universo, tinha a principal renda advinda de programas sociais:

A análise do perfil socioeconômico dos estudantes que ingressam no Programa de Assistência Estudantil da UFPB revela a conexão com todas as outras análises realizadas nesse trabalho sobre a Assistência Estudantil no contexto de ataques neoliberais às universidades públicas frente à intensificação do ajuste fiscal. Como podemos observar, na especificidade da UFPB, os gargalos no orçamento do PNAES tiveram como consequência nessa IFES o endurecimento dos critérios para ingresso e permanência dos alunos nos auxílios estudantis, acompanhado por uma maior seletividade do atendimento e focalização do público atendido. Esse processo se reflete no perfil do alunado contemplado com as ações de Assistência Estudantil, formado majoritariamente por alunos egressos da rede pública de ensino básico, autodeclarados pardos, em condição de mobilidade dentro do próprio estado da Paraíba e com renda per capita bruta familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, cuja principal fonte é advinda de programas sociais como PBF. Trata-se, portanto, de alunos expostos a níveis altos de vulnerabilidade social e que estão num perfil socioeconômico abaixo do definido pelo PNAES (Santos, 2021, p. 159).

Evidenciamos, portanto, a lógica perversa do ajuste fiscal. Na realidade brasileira, ele tem sido executado via expropriações de direitos, visto que se diminui o gasto público que financia políticas sociais para redirecionar recursos públicos para o capital. Na particularidade da Assistência Estudantil, observamos que a

lógica do ajuste fiscal implica em redução sucessiva do orçamento. O efeito imediato dessa ação é enrijecer os critérios de focalização e seletividade do atendimento. Com isso, temos uma limitação do atendimento, que passa a ser reservado a um público cada vez mais restrito. A intensificação da focalização e seletividade do atendimento, além de entregar uma dimensão assistencial que se distancia da perspectiva do direito, conforme discutido por Sposati *et al.* (2014), desperta preocupações com relação à demanda reprimida: quantos estudantes com perfil de acesso ao PNAES e em condição de vulnerabilidade socioeconômica deixam de acessar a Assistência Estudantil frente à baixa cobertura dos serviços? Quais as implicações desse não acesso à Assistência Estudantil na trajetória e no desempenho acadêmico desses estudantes? O que presume a luta pela garantia do direito prescrito e a construção de estratégias que revertam o cenário de perdas que se acumulam frente ao cenário de expropriação de direitos regido pelo ultraneoliberalismo que assola o país?

Considerações finais

A crise vivenciada pelo Brasil nos últimos anos revela as conexões que o país tem com o capital externo e os efeitos perversos que as crises capitalistas assumem em economias periféricas. Para se apropriar de uma maior reserva do fundo público e recuperar a sua taxa de lucros frente ao colapso financeiro, a alternativa dada pelo capital foi expropriar os direitos sociais e dar o ônus da crise para a classe trabalhadora. Um golpe político foi orquestrado contra uma presidenta democraticamente eleita para que as exigências do capital fossem atendidas. As forças políticas que se sobressaíram na colisão contra o Governo Dilma, durante o golpe, eram autoritárias e conservadoras, mas o capital não se intimidou em apoiá-las, pois, antes de tudo, eram ultraneoliberais.

Os efeitos desse pacote ultraneoliberal, negacionista, conservador e com fortes aspirações fascistas sacrificou duramente

a sociedade brasileira. Sob a lógica do ajuste fiscal, as políticas sociais foram drasticamente subfinanciadas. Paralelamente ao saque contra o orçamento público e à destruição dos direitos de cidadania, e como consequência disso, os índices de desemprego cresceram no Brasil, com consequente aumento dos trabalhos informais. O país voltou para o mapa da fome devido à ausência de políticas anticíclicas num contexto de crise econômica e sanitária, ocasionada pela pandemia de Covid-19.

Nesse contexto adverso, a pasta da educação pública não poderia ter resultados positivos. A ciência brasileira foi asfixiada e as universidades constantemente atacadas, através dos cortes orçamentários, da interferência política e da perseguição à razão crítica. Nesse cenário, centenas de estudantes tiveram sua permanência no Ensino Superior comprometida pela diminuição no orçamento da Assistência Estudantil, que se fazia necessária mesmo com o advento da pandemia. Afinal, como os alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica poderiam acompanhar as aulas remotas sem recursos tecnológicos e internet? Como esperar um bom êxito acadêmico dos estudantes cujas famílias vivenciavam situação de desemprego e insegurança alimentar? E a tais dificuldades foram acrescentados os transtornos mentais desenvolvidos e acentuados no contexto pandêmico.

A pandemia agravou a questão social brasileira, ressuscitando problemáticas do passado, como a fome, e trazendo novos fenômenos sociais, como os órfãos da Covid, as sequelas da doença e os transtornos mentais desenvolvidos em decorrência do contexto pandêmico, só para mencionar alguns exemplos. Os reflexos desse processo estão presentes no âmbito universitário. A questão social, com suas velhas e novas faces, reproduz-se também nos intramuros das universidades.

A Assistência Estudantil, dentro do contexto universitário, é, portanto, a política que é chamada a dar respostas a essas demandas. No entanto, a efetividade dessas respostas exige expressivos recursos orçamentários para a consequente ampliação das ações.

A Assistência Estudantil deve ser operacionalizada dentro de uma proposta ampla de cobertura. Isso inclui reformulações no PNAES, que deve ganhar mais segurança jurídica, passando a ser instituído não mais por mero decreto, mas por lei, como também são necessárias rupturas com o caráter seletivo e focalizado expresso no programa e sob o qual se afirma a Assistência Estudantil.

Embora o abismo ao qual Bolsonaro levou o Brasil entregue desafios para reconquistas dos direitos sociais, o Governo que se inicia, embora também carregue aspirações neoliberais, principalmente pelas alianças formadas no pleito eleitoral, mostra-se aberto a diálogos com a classe trabalhadora e empenhado em promover políticas anticíclicas para enfrentamento da crise capitalista. Compete ao movimento estudantil, aos defensores da educação pública e a sociedade em geral fortalecer a luta e recolocar as pautas em defesa da educação e da Assistência Estudantil na ordem das ações a serem melhoradas e asseguradas pelo Estado.

Referências

BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreforma no Brasil da redemocratização. *In*: SALVADOR, E; BEHRING, E; LIMA, R. L (org.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BOSHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. *In*: BOSHETTI, I. (org.). **Expropriação de direito no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19192.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei Nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.446, de 25 de maio de 2017. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113446.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Medida Provisória Nº 914, de 24 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv914.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PT-z4CotzYf0J:portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)**. 2023. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true. Acesso em: 26 mar. 2023.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: Fonaprace, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GIOVANAZ, Daniel. Instituições reagem à nomeação arbitrária de 19 reitores e marcam ato para esta terça. **Brasil de Fato**, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/07/instituicoes-reagem-a-nomeacao-arbitraria-de-19-reitores-e-marcam-ato-para-esta-terca>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e as suas interpretações marxistas. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. As crises e as contradições do capitalismo. *In*: NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, A. E. D. **O Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Paraíba no Contexto de Intensificação do Ajuste Fiscal Brasileiro**. 2021. 190 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

SANTOS, A. E. D; LIRA, T. S. V. O ensino superior público no contexto da intensificação do ajuste fiscal brasileiro no período de 2015 a 2020. **Revista Educação em Foco**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 27035, 2022.

SPOSATI, A. O. *et al.* **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Sobre os Autores

ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA

É graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1976), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1983) e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). É Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco no Departamento e na Pós-graduação em Serviço Social, pesquisadora 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Foi representante da área de Serviço Social no Comitê de Assessoramento PS - Psicologia e Serviço Social do CNPq, de julho de 2005 a junho de 2008. Foi membro da Câmara de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas da FACEPE (de 2009 a 2013; 2017-2021). Entre novembro de 2013 e março de 2014 desenvolveu Estágio Sênior no Departamento de Sociologia da University of Cape Town, África do Sul, com bolsa do CNPq. Coordenou a Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE de 2010 a 2015. Foi vice-coordenadora do Instituto de Estudos da África (IEAf), de fevereiro de 2017 a janeiro de 2019.

ANA HORTÊNCIA DE AZEVEDO MEDEIROS

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela mesma universidade. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Pitágoras Unopar. Na UEPB, é membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e

Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS). Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Cruz/RN. Presta assessoria técnica na área de planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de programas e projetos voltados à operacionalização da política pública de Assistência Social nos municípios de Lajes Pintadas e Barcelona, ambos no RN.

ADAIRES ELIANE DANTAS DOS SANTOS

Bacharela e Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é Assistente Social da Universidade Federal da Paraíba (UFCG). Possui experiência na área do Serviço Social.

ALESSANDRA XIMENES DA SILVA

Bacharela, Mestra e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS). Coordenadora da Pós-graduação em Serviço Social da UEPB. Integrante do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) em Serviço Social e Política Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, desde 2019.

DANDARA EMILLY SILVA CHAGAS

Assistente Social formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi Extensionista do Projeto Mulheres e Universidade: a contribuição da extensão universitária para as ações de combate à violência no campus, vinculada a Linha de Pesquisa - Serviço Social e Políticas Públicas para Mulheres do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social na Contemporaneidade - GEPSS (2017/2018). Participou como membro do GEPECON/UFPB - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conservadorismo e foi estagiária do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da

UEPB (NCDH/UEPB). Concluiu mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

FABRÍCIO RODRIGUES DA SILVA

Assistente Social. Professor Substituto do Departamento de Serviço Social (DSS), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus Campina Grande. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ), vinculado a linha de pesquisa Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Programa de Excelência Acadêmica (CAPES/PROEX). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). Especialista em Ciências da Educação e Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). Conselheiro Suplente no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) da Paraíba, biênio 2023 - 2025. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS), vinculado ao Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI), da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (DSS/UEPB).

GÉSSICA ALANNE CLAUDINO VALENTIM

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba e Assistente Social do Núcleo de Assistência Estudantil no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2009). Pós-Graduação em Educação Permanente em Saúde em Movimento (UFRGS), Pós-Graduação em Micropolítica da Gestão

e Trabalho em Saúde (UFF) e Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas de Proteção Social (FNSL).

GILBERTO GRASSI CALIL

Possui graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), graduação em História (Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando no Curso de História e no Programa de Pós-Graduação em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: hegemonia, luta de classes, estado e poder, ditadura, fascismo e integralismo. Atua também nas seguintes áreas: História da América Latina; História Contemporânea e Teoria e Metodologia da História. É líder do Grupo de Pesquisa História e Poder, integrante do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder e editor da revista História & Luta de Classes.

GIRLAN GUEDES DOS SANTOS

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui Mestrado acadêmico e graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Foi presidente da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, durante intercâmbio em Serviço Social na Universidade de Coimbra (2016/2017).

JAMERSON MURILLO ANUNCIÇÃO DE SOUZA

Doutor (2016) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Assistente Social (2005) e Mestre (2009) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolve estudos e pesquisas na área de Serviço Social, com ênfase em

Fundamentos Históricos e Teórico-Práticos do Serviço Social e Ética Profissional. Enfoca os seguintes temas: crítica da economia política, trabalho e reprodução social, conservadorismos como expressões ideológicas, fascismos e extrema-direita, ontologia dialética do ser social.

JORDEANA DAVI PEREIRA

Possui Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1998) e graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (1992). Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase nas políticas sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Fundo Público, Reforma do Estado, seguridade social, ajuste fiscal e direitos sociais.

JOSIANE SOARES SANTOS

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (1996), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em Serviço Social também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). É Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte tendo exercido atividades docentes anteriormente na Universidade Federal de Sergipe (2006-2022). Presidente do CRESS em Sergipe (1999-2002); participou da gestão 2009/2010 da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) na vice-presidência regional (Nordeste); compôs a gestão 2014/2017 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e presidiu esta entidade no período 2017-2020. Tem experiência de ensino na graduação e pós-graduação em Serviço Social. Desenvolve pesquisas na área de Serviço Social e da questão ambiental vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFS (GEPEM/UFS) e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Questão

urbano-rural-ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social” (QTMOSS/UFRN).

KARLA QUEIROZ DO NASCIMENTO

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS); pesquisadora de iniciação científica pelo CNPq na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

LARISSA MARTINS DE ALMEIDA

Assistente Social, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (2017). Possui Graduação em Serviço Social pela mesma instituição (2014). Integra o Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB) desde 2013.

MARIA GEREMIAS DA SILVA

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2018). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - PB (2013). Técnica em Saúde e Segurança do Trabalho pela Escola Técnica Redentorista de Campina Grande - PB (2010).

MAYARA SANTOS BRITO

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Especialista em Gestão Estratégica

na Área Social - FAEL. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) na UEPB. Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social do Jaboatão dos Guararapes - PE e na Secretaria de Saúde de Recife - PE.

MOEMA AMÉLIA SERPA LOPES DE SOUZA

Professora Associada com dedicação exclusiva da Universidade Estadual da Paraíba. Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Coordenadora da Pós-Graduação/UEPB (2018-2020), membro do GTP de Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS -2017-2020. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho e Proteção Social - GETRAPS.

MÔNICA BARROS DA NÓBREGA

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) , Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora efetiva da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculada ao Curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS/UEPB).

NEYDE JUSSARA GOMES ABDALA RODRIGUES

Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS/UEPB).

PALOMA RÁVYLLA DE MIRANDA LIMA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGSS/UERJ (2021 -). Assistente Social com Graduação (2015) e Mestrado (2017) em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Desde 2012 integra o Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB). Também integra o Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/UERJ), que faz parte do Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI/UERJ); e também do Núcleo Estadual da Auditoria Cidadã da Dívida-PB. Tem experiência profissional como assistente social no Centro de Referência de Assistência Social e como estagiária no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Foi Conselheira Coordenadora da gestão da Seccional de Campina Grande do CRESS/13 Região-PB (2021-2023). Realizou pesquisas sobre o trabalho do/a assistente social; a política de assistência social; concepções teóricas das políticas sociais; questão social e organismos multilaterais. Atualmente é Assistente Social do quadro efetivo do Departamento de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus Sousa e professora substituta no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

RAYSSA KÉSSIA EUGENIA RODRIGUES

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política - FOHPS/UnB e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais - GEAPS/UEPB. Mestre em Serviço Social no programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS-UEPB), e bacharel em Serviço Social pela mesma instituição.

SAYONARA SANTOS ANDRADE

Assistente Social, graduada e mestra (2015/2019) em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). Integra o Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais - GEAPS, do Departamento de Serviço Social da UEPB, como profissional técnico.

SHEYLA SUELY DE SOUZA SILVA

Professora Associada, atuando na Graduação e na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Possui graduação (1997), mestrado (2000) e Doutorado (2012) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco/ Brasil e pós-doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa/ Instituto de História Contemporânea/Grupo de História do Trabalho Global e dos Conflitos Sociais. Na UEPB, é membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Políticas Sociais (GETRAPS).

SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS

Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1991), mestrado (1995) e doutorado (2005) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa - Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/ UFRN) e coordenou o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN(2006-2008 e 2012-2014). Desenvolve estudos e pesquisas na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas:Serviço Social, Ética, Direitos Humanos; Diversidade Humana e Movimentos Sociais com ênfase na questão da diversidade sexual e na organização política da categoria dos assistentes sociais. Ex- conselheira do Conselho Federal de Serviço Social, eleita para a Gestão (CFESS) (2005-2008 e 2008-2011) e

membro da Gestão da ABEPSS, na condição de vice-presidente da Região Nordeste (1997-1998) e (1999-2000).

TERÇÁLIA SUASSUNA VAZ LIRA

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Serviço Social pela UFPB. É professora titular da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Foi membro fundador e Coordenador do Fórum Estadual de Erradicação do trabalho Infantil e Proteção ao adolescente trabalhador - FEPETI. Atualmente coordena o Núcleo de estudo, pesquisa e extensão comunitária infanto-juvenil- NUPECIJ da Universidade Estadual da Paraíba. Professora credenciada ao Programa de Pós -graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Sobre o livro

**Capa, Projeto Gráfico e
Edição eletrônica** *Jefferson Ricardo Lima*

Formato *15 x 21 cm*

Mancha gráfica *10,5 x 16,8 cm*

Tipologia Utilizada *Cadalea 12/14 pt*

Este livro é alusivo aos 10 Anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba. Os capítulos foram escritos pelas/os docentes, discentes e convidados com o objetivo de divulgar a produção do conhecimento do Mestrado em Serviço. O PPGSS/UEPB procura investir na pesquisa e qualificação de docentes e profissionais em Serviço Social e áreas afins, que estejam comprometidos com a análise crítica da realidade social brasileira e, em particular, do Nordeste e da Paraíba. Objetiva, através de estudos e discussões, o debate sobre o Serviço Social, a Questão Social, os Direitos Sociais e a Política Social.

ISBN 978-85-7879-885-7

